

A empresa global geradora da precariedade

É importante não esquecer que o objectivo fundamental no capitalismo continua a ser a maximização do lucro, seja a curto, a médio ou a longo prazo, e também o domínio económico. E este objectivo continua a ser o motor do seu desenvolvimento actual, evidentemente em novas condições determinadas pelas profundas transformações já verificadas e que se continuam a verificar no contexto em que as empresas actuam.

■ Eugénio Rosa

Pág. 19

Cuidado com o Poder e Boas Festas

É triste dizê-lo, mas, «no tempo da outra senhora», o acesso aos órgãos de comunicação social era menos «cientificamente» controlado, em muitos aspectos, do que é hoje. Agora, os espaços pequenos e grandes são concedidos ou negados em função de interesses muito definidos, políticos, económicos, sociais e culturais, e os filtros e controlos são ferreamente exercidos.

■ Modesto Navarro

Pág. 20

A greve vitoriosa das enfermeiras da Irlanda

Ao fim de 9 dias de greve, que foram descritos pelas enfermeiras como «os mais duros da sua vida», o governo irlandês aceitou satisfazer várias das reivindicações apresentadas por estas trabalhadoras. A greve foi suspensa em 27 de Outubro, após reunião em que se formalizou o acordo e se discutiram os detalhes da sua aplicação imediata.

■ Pina Gonçalves

Pág. 21

Amazónia sob ameaça

Está em curso uma campanha sem precedentes para subtrair ao Brasil aproximadamente metade do território nacional: a Amazónia. Baseada em falsidades, tal campanha tem como elemento central o questionamento insidioso e por vezes a negação explícita da plena soberania brasileira sobre a Amazónia.

■ Socorro Gomes

Págs. 24 e 25

Serviços de Informações

Tréguas e «pacto de regime»

A recente eleição do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, por acordo entre PS e PSD, relewa um «pacto de regime» e de partilha do poder, envolvendo o «bloco central» e as suas clientelas na «comunidade de informações», mas surge igualmente como uma breve trégua na guerra pelo respectivo controlo. Em todo o caso, tal qual está o sistema de informações, nada há a esperar de particularmente positivo.

■ Carlos Gonçalves

Pág. 30

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 23 de Dezembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1360 • Director: José Casanova

Nova receita para a especulação crescer

Segurança Social promove imobiliário

Nos processos de recuperação

de empresas têxteis do Norte,

os representantes da Segurança Social

apresentam propostas de «viabilização» que

conduzem ao aniquilamento de importantes

unidades industriais, ao aumento

do desemprego e ao fomento

dos negócios imobiliários.

Pág. 5



Multinacionais ameaçam os povos de todo o mundo

O alarme soou em Seattle

Entrevista com João Vieira • Artigo de Sérgio Ribeiro Págs. 15 a 18

EDITORIAL

O genocídio continua



Sábado, em Coimbra, o 7.º Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP

RESUMO

15
Quarta-feira

Tem lugar, promovida pela Câmara Municipal do Porto, uma homenagem a Virgínia de Moura, com a inauguração de um monumento em sua memória ■ O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado denuncia que cerca de 60 funcionários do Hospital Amadora-Sintra recebem menos do que o salário mínimo nacional ■ O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, assina em Paris um acordo de adesão que torna Portugal membro de pleno direito da Agência Espacial Europeia ■ Xanana Gusmão recebe, em Estrasburgo, o prémio Sakharov.

16
Quinta-feira

Jorge Sampaio afirma, em entrevista ao DN sobre Macau, «que o processo de transição pode ser considerado como um sucesso» e que «a transição foi também bem sucedida (...) nas relações bilaterais com a República Popular da China» ■ Luís Amado, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, anuncia que Portugal vai disponibilizar dez milhões de contos para a ajuda na reconstrução de Timor ■ O jornal indonésio *Jakarta Post* noticia que os generais responsabilizados por violação dos direitos humanos em Timor consideram as acusações «prematuras, tendenciosas e não objectivas» ■ O relatório anual da organização Human Rights Watch afirma que, em Angola, tanto a UNITA como o governo são responsáveis pelas violações dos direitos humanos no país ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros russo, em resposta à condenação da Nato pela acção russa na Tchecquia, afirma que «as lágrimas de crocodilo de Bruxelas sobre os "direitos do Homem" são plenas de cinismo».

17
Sexta-feira

Carlos Carvalhas recebe alguns assinantes de uma petição para a construção de uma universidade pública em Viseu e admite a apresentação de um projecto de lei que visa essa tarefa ■ O PCP apresenta uma proposta de apreciação parlamentar do diploma que criou a Administração Geral Tributária e acusa o Governo de que «continua (...) uma política de alienação e privatização de funções de Estado, visando a redução do seu peso na administração pública» ■ É apresentado, em Estrasburgo, um relatório realizado pelo Comité Europeu dos Direitos Sociais que afirma que, em Portugal, existem 27 mil crianças com idade inferior a quinze anos que exercem trabalho remunerado ■ A Renamo contesta o resultado eleitoral e reivindica uma nova contagem manual dos votos.

18
Sábado

Realiza-se por iniciativa da JCP, em Coimbra, o Encontro Nacional do Ensino Secundário que visa debater os problemas actuais da educação do 3.º ciclo e complementar ■ Cerca de cem mil pessoas manifestam-se no Iraque contra o regresso de inspectores da

ONU reivindicando o levantamento do embargo ■ Em vésperas de eleições, duas bombas explodem no Sri Lanka fazendo vinte e um mortos e dezenas de feridos entre os quais a própria presidente do país ■ Em conferência de imprensa, a Renamo defende que o processo eleitoral «está ferido de graves irregularidades» e que não aceita os resultados «que não sejam a vitória».

19
Domingo

Realiza-se a cerimónia de transição de Macau para a China tendo sido, pela primeira vez, hasteada a bandeira chinesa no território ■ Enquanto decorre a cerimónia de transição o vice-presidente de Taiwan, Lien Chan, defende que é «ridícula» a proposta de reunificação apresentada pelo presidente da República Popular da China, Jiang Zemin ■ A população russa vai às urnas para eleger a Duma ao mesmo tempo que continua a guerra na Tchecquia ■ Uma comissão de inquérito exige que Helmut Kohl denuncie a origem dos financiamentos secretos da CDU, ameaçando-o de ser preso caso não o faça ■ O jornal britânico *The Sunday Times* divulga um relatório que afirma que a terceira causa de morte na Grã-Bretanha são os erros médicos.

20
Segunda-feira

A SATA admite pagar adiantamentos das indemnizações aos familiares das vítimas do acidente em São Jorge ■ O exército da República Popular da China entra em Macau, com cerca de 5000 pessoas a assistir ao cortejo num ambiente de festa ■ 13 pessoas de um grupo artístico macaense são detidas por organizarem uma manifestação a «expressar os sentimentos da comunidade artística de Macau sobre a entrega de poderes no território» ■ São descobertos 52 cadáveres numa vala comum no Oecussi, em Timor Leste, tendo sido também encontradas ossadas de mais 12 pessoas a 40 quilómetros de Díli ■ Jorge Sampaio anuncia a promoção por parte de Lisboa de uma reunião entre «a sociedade civil europeia e asiática» no âmbito da presidência portuguesa da UE.

21
Terça-feira

A visita de Jorge Sampaio a Timor é adiada devido a uma pneumonia contraída pelo Presidente, tendo os seus médicos aconselhado o retorno a Lisboa ■ Kofi Annan, secretário-geral da ONU, afirma que o português Coelho Lima, superintendente-chefe, ficará com o comando das forças policiais em Timor Leste ■ A Guarda Civil espanhola descobre e apreende, em Calatayud (Zaragoza), uma furgoneta com 950 quilos de explosivos, impedindo assim o que poderia ser o maior atentado até hoje da ETA ■ O museu aeroespacial de Belgrado inaugura uma exposição com o resto dos aviões da Nato que foram abatidos durante o ataque à Jugoslávia, afirmando que as peças «caíram literalmente do céu e testemunham a brutalidade sem escrúpulos do inimigo» ■ Na Venezuela, o número de vítimas das inundações e torrentes de lama está estimado entre 30 a 50 mil sinistrados.

D e há cerca de dez anos para cá, de três em três meses, infalivelmente, o Conselho de Segurança da ONU reúne para decidir sobre o Iraque. E como decide sempre de acordo com as ordens do governo dos EUA (devidamente acolitado pelo seu incondicional homólogo da Grã-Bretanha), decide sempre pela continuação do genocídio contra o povo iraquiano.

Mais uma vez isso aconteceu no fim da semana passada: por «proposta» dos EUA e da Grã-Bretanha, o CS aprovou uma resolução que exige o regresso ao Iraque dos «inspectores internacionais» - ou seja de inspectores que em nome da ONU fazem espionagem a favor dos EUA. Em troca e se o Iraque se portar bem e «cooperar completamente» com os espões dos EUA, haverá uma suspensão provisória das sanções. A resolução foi aprovada com onze votos a favor e quatro abstenções: China, França, Rússia e Malásia. Os três primeiros, enquanto membros permanentes do Conselho de Segurança, tinham direito a vetar esta resolução mas não utilizaram esse direito «para não criar um novo conflito diplomático com os EUA». Qualquer desses países sabe, obviamente, que a sua preocupação em evitar um «conflito diplomático com os EUA» terá como consequência inevitável a morte de milhares de iraquianos, nomeadamente de crianças - mas terão entendido que essas mortes são bem menos importantes do que o «conflito diplomático»...

Assim foi criado um novo organismo de controlo (a Comissão de Inspeção, Verificação e Acompanhamento das Nações Unidas) que tem como objectivo dar continuidade à acção dos tais «inspectores internacionais». Ao serviço dos EUA. Ao serviço da morte.

O bloqueio imposto ao Iraque constitui um caso sem precedentes quer no que respeita à amplitude das sanções decretadas, quer pelo rigor «cirúrgico» com que elas são aplicadas, quer ainda pelos seus efeitos devastadores sobre a economia, o tecido social, o estado de saúde da população. Quando o antigo secretário de Estado James Baker afirmava, com a arrogância criminosa característica dos governantes da «pátria dos direitos humanos», que «as nossas forças agirão de forma a fazer regressar o Iraque à idade da pedra» não estava a falar em sentido figurado. O irlandês Denis Halliday, que no princípio deste ano se demitiu das suas funções de coordenador da ONU para o Iraque (e assim se libertou do voto de silêncio imposto aos funcionários internacionais), denunciou, na altura, a situação: «Cheguei à conclusão de que a manutenção das sanções da ONU constitui uma forma de genocídio», diz ele. E referindo a destruição quase total de «instituições de saúde, escolas, universidades, serviços de transportes», acrescenta: «mas o pior é talvez a destruição das capacidades de produção de electricidade, de reservas de água potável e dos esgotos. Já não há água potável no Iraque e isso mata muitas crianças todos os dias». E explica mais em pormenor: «desde 1991, as sanções mataram 500 000 crianças. E continuam a matar cinco a seis mil crianças por mês». Quanto aos chamados observadores internacionais, Halliday acha que eles devem ser escolhidos na base da sua «lealdade à ONU e

não à CIA ou a outras agências de espionagem como era o caso da Unscow».

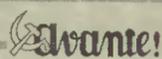
Uma das sanções decretadas por ordem do governo desse «berço da democracia» que são os EUA, tem a ver com as drásticas limitações à exportação de petróleo pelo Iraque. Antes do embargo o Iraque exportava cerca de quatro mil milhões de dólares de petróleo; agora apenas lhe é permitido exportar 150 milhões. Sendo esta a principal fonte de riqueza do país, é fácil deduzir o significado desta sanção no que respeita à importação de bens essenciais, nomeadamente produtos alimentares e farmacêuticos. Assim, numa população que ronda os 18 milhões, mais de quatro milhões de pessoas, das quais cerca de 2 milhões e meio são crianças com menos de cinco anos, padecem de graves problemas de saúde. Procurando torner esta limitação, o governo iraquiano recorreu, a dada altura, aos fundos depositados em bancos estrangeiros para aquisição de géneros de ordem estritamente humanitária (no sentido real da palavra e não no sentido hipócrita que lhe é atribuído pelo governo dos EUA). Durante algum tempo, exceptuando a França e os EUA, todos os países ocidentais aceitaram libertar esses fundos - propriedade do governo iraquiano, note-se... Mas foi sol de pouca dura: por ordem de

Clinton, via ONU, essas contas bancárias foram todas bloqueadas. Quanto à importação de produtos farmacêuticos, ela é severamente condicionada. Nenhum medicamento contendo nitrato pode entrar no Iraque. Porque, dizem os EUA, o nitrato pode servir para fabricar «armas de destruição massiva». O facto de o nitrato ser um componente de produtos anestésicos e de, por efeito dessa proibição, milhares de operações cirúrgicas estarem a ser feitas sem anestesia é, para o governo de Clinton, uma questão secundária...

O bloqueio imposto ao Iraque constitui um caso sem precedentes quer no que respeita à amplitude das sanções decretadas, quer pelo rigor «cirúrgico» com que elas são aplicadas, quer ainda pelos seus efeitos devastadores sobre a economia, o tecido social, o estado de saúde da população.

Para além disso, os bombardeamentos prosseguem com criminosa regularidade - e, acrescente-se, na maior parte dos casos no meio de um total silêncio por parte da comunicação social dominante. Centenas de milhares de pessoas foram mortas desde 1991 por efeito da tal «guerra cirúrgica», assim chamada por só atingir «alvos militares». Desde os milhares de soldados iraquianos enterrados vivos pelo exército dos EUA, até aos mísseis que, «não funcionando como se esperava» (segundo a hipócrita formulação do general Anthony Zinni, comandante das forças norte-americanas no Golfo), atingem bairros residenciais, passando pela utilização das célebres bombas produzidas à base de urânio com consequências dramáticas no curto, médio e longo prazo - o morticínio levado à prática pelo imperialismo norte-americano no Iraque constitui uma demonstração exemplar do conceito de direitos humanos *made in USA*. No entanto, no Natal iremos ouvir o Presidente Clinton falar desses direitos humanos, das ajudas humanitárias, da democracia, da liberdade, do mandato divino de que o seu governo é portador para assegurar a paz e a felicidade no Mundo - enfim de todas as balelas com as quais, habitualmente, procura disfarçar a natureza criminosa do sistema que hoje domina o Mundo, desta nova ordem mundial imperialista de cariz totalitário e fascizante dominada, precisamente, pelo imperialismo norte-americano.

Entretanto, no Iraque, o genocídio continua.



Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

Proprietários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
- 1600 - 196 Lisboa - Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 - 1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90 - 21 781 71 91.
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
- 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF - 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA - Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
- 1169-161 Lisboa
Telef. 21 815 34 87/815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. 21 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linho - 2710 Sintra
Telef. 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Li. 227 - 4470 Maia
Telef. 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
- Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1169-161 Lisboa
- Telef. 21 815 34 87/21 815 35 11 - Fax: 21 815 34 95

Composição e impressão
Heka Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Deposito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

A arte de (des)informar

«Eleições russas. Ganham os amigos de Ieltsin» - dizia-nos o «Público» na primeira página da sua edição de 20.12. Lá dentro o inevitável Milhazes garantia-nos que o Kremlin tinha todas as «razões para festejar uma importante vitória». E «explicava»: os amigos da «família Ieltsin» obteriam o 2.º lugar, logo a seguir ao «partido mais votado» que seria o Partido Comunista. Este critério de atribuir a vitória ao 2.º classificado - riquíssimo pela carga de originalidade que comporta - viria a ser consideravelmente enriquecido no dia seguinte, por via do mesmo Milhazes. Dividindo os diversos partidos concorrentes às eleições em «vencedores» e «vencidos», o fogoso correspondente do «Público» em Moscovo, não hesitou em colocar o Partido Comunista da Federação da Rússia «no campo dos derrotados», «não obstante ter vencido nos círculos uninominais e proporcionais».

Aqui chegado perguntará o leitor: mas então o PCFR perdeu votos? Perdeu influência? Perdeu lugares na Duma? E Milhazes, solícito, responde: não, não perdeu votos, nem perdeu influência e em relação a man-

dados, podendo vir a perder alguns, pensa-se que poderá vir a obter entre 150 a 160 enquanto nas anteriores eleições obteve 157... Aliás, sempre segundo o correspondente do «Público», «o desaparecimento dos comunistas, que alguns previam após a dissolução da URSS, não se concretizou» e «oito anos depois» dessa dissolução, o PCFR conquistou «um quarto dos lugares na Duma». Com tudo isto quer Milhazes dizer que o PCFR, que já deveria ter desaparecido, não só não desapareceu como foi mesmo o partido mais votado e tamanha desobediência exige castigo da mesma dimensão. E toca de anunciar a vitória dos «amigos de Ieltsin» - classificados em segundo lugar - e a derrota do teimoso PCFR - classificado em primeiro lugar.

Mas Milhazes não é só isto. Seguindo uma outra linha de inteligência explicativa da «derrota do PCFR», diz ele que, «ao contrário das previsões, os comunistas não foram os grandes vencedores» - com isto querendo dizer que havendo quem pensasse que o PCFR teria um resultado mais elevado e tal não se tendo verificado... ora bem, aí está a

«derrota» à vista de todos os milhazes do Planeta. Curiosamente, o versátil correspondente do «Público» em Moscovo segue o método inverso para avaliar a votação do partido fascista: num dia diz-nos que Jirinovski contava obter «uma votação de 15%»; no dia seguinte coloca o mesmo Jirinovski (a que pitorescamente chama «extravagante ultranacionalista») «no campo dos vencedores» pelo «facto de ter superado a barreira dos cinco por cento».

Como pode ver-se, Milhazes utiliza um método de análise de eficácia garantida: começando por definir as conclusões a que quer chegar engendra, depois, os argumentos necessários para demonstrar o que já concluiu e pronto, está a «informação» pronta a ser servida ao público - neste caso pelo «Público». E é nesta arte de (des)informar - apelidada, regra geral, de liberdade de informação - que se encontra a essência da permanente e persistente operação manipuladora característica da nova ordem comunicacional.

■ José Casanova

A prova real

Constituem evidentemente passos no sentido certo as recentes declarações do ministro Ferro Rodrigues reconhecendo que o estabelecimento de um tecto ou *plafond* nos descontos para a Segurança Social «pode interessar muito às seguradoras, mas é um assunto menor no que temos que resolver» e que «precisamos de mais receitas, não de menos» (in *Visão* de 25/11/99), bem como a afirmação feita esta semana pelo actual secretário de Estado da Segurança Social, José Vieira da Silva, em que é afirmado que «o plafonamento não é uma questão central, nem sequer é uma questão importante da gestão reformista da Segurança» e que «a existência de um limite contributivo que tivesse significado do ponto de vista económico colocaria problemas impossíveis de superar no equilíbrio financeiro do sistema e não resolveria nenhum problema fundamental da sustentabilidade a longo prazo» (in *Público* de 20/12/99).

Estas declarações permitem de alguma forma compreender a agitação que grassa no *lobby* das seguradoras, observável nos órgãos de comunicação que lhe são afectos e, também, no recente debate promovido pelo CDS/PP.

Deste último debate são aliás de reter as afirmações de Bagão Félix, reconhecendo que o estabelecimento «de um limite (às contribuições) a cinco salários mínimos pode disponibilizar entre 30 e 40 milhões de contos para aplicações financeiras» para os privados, bem como as esclarecedoras palavras de Correia de Campos, antigo presidente da Comissão do Livro Branco da Segurança Social, ao consi-

derar que o tecto admitido pelo Governo constitua uma «proposta envergonhada» limitadora da existência de um segundo pilar da segurança social (fundos de pensões privados).

Com a questão do tecto contributivo ou *plafond* justamente colocada no centro do debate sobre o futuro da Segurança Social, o que obviamente não menoriza a importância de outros temas como os do financiamento do sistema ou do nível das prestações sociais, os próximos passos do PS necessitam de ser seguidos com grande atenção.

Pois se o Governo aparece (finalmente) a reconhecer que o plafonamento não apresenta vantagens para o sistema público de Segurança Social, por que continua a admitir a possibilidade da sua introdução na nova Lei de Bases que a Assembleia da República tem em apreciação?

Não será peregrina a ideia de deixar em aberto um problema que é verdadeiramente estruturante da reforma da Segurança Social, uma vez que dele depende a natureza futura do sistema, com o propósito de o derimir *à posteriori* através de legislação corrente?

Não estamos aqui perante uma verdadeira prova real às intenções do Governo?

■ Edgar Correia



Foto: Jorge Caria

Tréguas - de Natal

CRISE & guerra

Quando se fizer um balanço deste último quinquénio, cremos que dois acontecimentos maiores avultarão para o desenvolvimento mundial. É certo que outros haverá também significativos, com lições a ter em conta pela luz que lançam sobre o passado e o porvir. Mas aqui referimo-nos, por um lado, à crise económica mundial que assolou o globo nestes últimos 3 anos, e que não está de modo algum «reabsorvida»; e por outro lado à agressão à Jugoslávia, com tudo a que se lhe liga, e que vai muito além dos Balcãs, implicando o mundo inteiro. Complexos de acontecimentos que não só marcam o quinquénio como marcarão em vários planos o próximo futuro.

A crise económica de 1997-1999... , aparentemente despoletada pela desvalorização da moeda da Tailândia em meados de 97 e desencadeando a mal chamada «crise asiática», logo potenciada pelo colapso russo de Agosto de 98 e prolongada pela crise do Brasil e outros países da América Latina - englobou praticamente todas as regiões do mundo incluindo a Europa e os Estados Unidos, para não falar já de África, Médio Oriente e China. Por isso é justo adjectivá-la de «global», ainda que com tempos e modos diferenciados. Não podemos ainda dizer que findou. Não é só a Ásia do Sudeste e Japão que conhecem apenas um recomeço de recuperação, após uma «imensa destruição de riqueza» (*Business Week*) e terríveis consequências sociais (PNUD). Da recessão não se livrou também ainda a América Latina. A Europa parece começar uma retoma, mas irregular e reduzida. Os EUA, em que fortes repercussões exigiram medidas extremas (exemplo: o *hedge fund* LTCM), continuam a bater recordes: de dívida externa, de endividamento das famílias, de défice comercial, de inflação bolsista, etc., pelo que o fim inevitável do tão badalado «boom» pode bem não ser nada *soft*. Nada de tudo isto pode ser entendido, em suas causas e consequências, ignorando uma real sobreprodução rastejante e por vezes explosiva, uma crescente dificuldade de realização da mais-valia, e a interligada hipertrofia financeira, cada vez mais especulativa e parasitária. Fala-se já de «crise da globalização neoliberal». Será. Mas de certeza, mais fundo, é crise do próprio modo de produção capitalista.

A agressão militar da NATO/EUA à Jugoslávia a pretexto do Kosovo é uma «enésima» confirmação da congénita agressividade imperialista. Mas o que há de novo é, neste final do século XX, o descarado salto qualitativo da Nova Ordem na subversão da ONU e do Direito Internacional e no *diktat* arbitrário do uso da guerra nas relações internacionais. Pondo assim em causa o próprio patamar superior universalmente estabelecido a que a Humanidade acedera após a grande matança da II Guerra Mundial, com a derrota do nazi-fascismo e o papel desempenhado pela URSS. Desaparecida esta, a Nova Ordem forceja por se impor pela desordem do direito e o arbítrio do poder militar. O agora reclamado «direito/dever de ingerência» por razões «humanitárias», ressuscita, a séculos de distância, as estafadas justificações ideológicas da conquista e rapina coloniais do globo. E no bojo desta subversão está o rasgar do caminho para o novo avanço em curso da militarização e da guerra. «Locais» ou «regionais» em todos os azimutes, para já. Mas no emaranhado dos interesses geoestratégicos e mercantis «globais», não pode ser descartado que as rivalidades interimperialistas, uma vez mais, se sobreponham às convergências para despoletar nova hecatombe bélica, por sobre a hecatombe social que já aí está.

A história do capitalismo abunda na correlação entre crise económica e guerra, título desta crónica. Será bom estudar os seus múltiplos nexos. Não podem os povos, os trabalhadores, as forças de esquerda, minimizar os perigos. Luta pela paz e luta pelo progresso social estão na ordem do dia e é hoje muita vasta a frente dos vitalmente interessados: a enorme maioria da Humanidade. Cabe-nos, com lucidez na análise e amplitude na mobilização, agir mais e mais, resistindo e congregando, para vencer a batalha da paz, da vida, do progresso.

■ Carlos Aboim Inglez

Catástrofe na Venezuela

Tempestades e chuvas diluvianas abateram-se esta semana, e durante vários dias, sobre a Venezuela, provocando uma catástrofe humanitária já classificada como a maior que ocorreu na América Latina nos últimos 50 anos, com mais de mil mortos já confirmados e, pelo menos, 10 mil desaparecidos. As águas arrastaram terras e engoliram povoações inteiras, em muitos casos soterrando-as com vários metros de lama. O grosso das vítimas está nas populações pobres, aglomeradas em bairros e povoações não apenas de construção frágil ou precária, mas também localizadas desordenadamente nas orlas das cidades ou em zonas baixas e junto a cursos de água. Todavia, o volume das chuvas não poupou mesmo as zonas ordenadas das cidades, sobretudo as localizadas em zonas baixas, atolando em lama prédios inteiros de vários andares. A fragilidade da protecção civil do país e a dimensão da catástrofe agravaram ainda mais o drama, dado que, na maioria dos casos, as evacuações e os resgates tiveram de se fazer inicialmente por helicóptero. Outro problema é a falta de uma rede hospitalar capaz de responder a uma tragédia destas dimensões. A comunidade internacional desencadeou de imediato operações de ajuda humanitária, com Cuba, e depois os EUA, a serem os primeiros a avançar para o terreno. A ajuda internacional está a encontrar dificuldades no acesso a vários locais da tragédia, dado que uma parte dos aeroportos também ficou momentaneamente inoperacional. Até ao momento, não há registo de vítimas mortais entre a numerosa comunidade portuguesa radicada no país. Entretanto, a Embaixada da Venezuela em Portugal abriu uma conta de solidariedade no banco Santander, no nosso país, que passamos a divulgar - «EMERGÊNCIA VENEZUELA» N.º 331200026333 - NIB n.º 003003310020002633362.

Mumificação dos faraós descoberta por estudantes

Um grupo de estudantes de egiptologia da Universidade Americana do Cairo (AUC) afirmou esta semana ter descoberto uma parte dos segredos da mumificação de cadáveres feita na era faraónica do Egipto. Após três meses de experiências, os estudantes conseguiram mumificar com êxito os cadáveres de três coelhos e de um pato cedidos por um talhante do Cairo. A experiência baseia-se noutras já efectuadas por um pesquisador

egípcio que conseguiu, no princípio do século, mumificar um pato, e pelo egiptólogo norte-americano Bob Brier, que embalsamou um



corpo humano em Nova Iorque em 1994. Seguindo as receitas antigas para garantir o processo de mumificação autêntico, os estudantes usaram os ingredientes, sais e óleos utilizados pelos antigos egípcios, tendo efectuado radiografias das espécies conservadas no Museu Nacional do Cairo para encontrar os segredos das técnicas de amortalhamento e da maneira como os órgãos eram retirados pelos antigos egípcios.

Caudal do Douro a níveis mínimos

Segundo o *Diário de Notícias*, um ano após a assinatura do acordo hidrográfico luso-espanhol o caudal do Rio Douro em Crestuma, a 20 quilómetros da foz, era de

sete mil hectómetros cúbicos, valor que está dentro dos parâmetros mínimos definidos no acordo luso-espanhol em relação ao Douro assinado a 30 de Novembro do

ano passado, que prevê cinco mil hectómetros cúbicos anuais naquela barragem, mas que se afasta brutalmente da média anual de 15 mil hectómetros cúbicos ali

registada desde 1987. Citado pelo *DN*, Adriano Bordalo Sá, investigador do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, que se tem dedicado ao estudo da ges-

tão dos recursos do Douro, considera ter-se verificado uma «redução drástica», mesmo considerando que o ano de 1999 tenha sido seco. Quanto à quota mínima de cinco mil hectómetros cúbicos estabelecida pelo convénio luso-espanhol para o Douro é semelhante aos valores retidos em Crestuma (4,7 mil hectómetros cúbicos) no ano de 1992, um

período de extrema seca, o que tem suscitado a acusação de que o Governo português admitiu o nivelamento por baixo no estabelecimento da quota de caudal acordada o ano passado. Entretanto, um dos grandes problemas do Douro português tem a ver com a agricultura intensiva praticada em Espanha à custa das águas do Douro, com os espanhóis a armazenar a água no Inverno e a não a libertar no Verão, gastando-a na rega das plantações de cereais e de beterraba. A apropriação é flagrante e sobejamente conhecida: no curso espanhol do Rio Douro, 93% da água usada vai para a agricultura.



Novos massacres descobertos em Timor

Foram esta semana descobertos 52 cadáveres no enclave de Oecussi (parte de Timor-Leste que fica encravado em Timor Oriental) pela força multinacional da Interfet, na maior vala comum até agora encontrada em Timor. A descoberta foi confirmada num relatório entregue por um oficial dos serviços de informação da Interfet ao ministro da Defesa australiano, John Moore, durante a sua visita às tropas destacadas no território. Inicialmente, havia sido anunciada a descoberta de 14 cadáveres, mas posteriormente os militares encontraram mais 38 corpos que, segundo testemunhas, resultaram de massacres efectuados antes de as forças da Interfet terem entrado em Oecussi, no final de Outubro. As testemunhas que indicaram a localização exacta da vala comum afirmaram que, em Setembro, dois grupos das milícias pró-indonésias, militares indonésios e polícias entraram neste sector de Timor-Leste e abateram os timorenses pró-independência. A polícia civil das Nações



Unidas abriu já um inquérito, enquanto a força multinacional calcula que, só no enclave, teriam sido assassinadas pelo menos 170 pessoas.

Produção e tráfico de droga estimulados no Terceiro Mundo

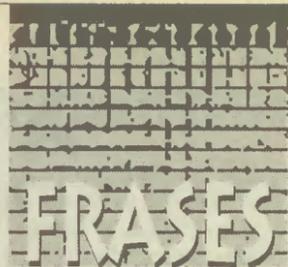
Segundo um estudo realizado pelo Observatoire Geopolitique des Drogues (OGD), organismo sediado em França que tem efectuado as maiores investigações com o mundo da droga, as guerras e os conflitos regionais estão na origem da expansão da produção de drogas em países ou regiões, nomeadamente Birmânia, América Central, Afeganistão e África Austral. Segundo a Lusa, o documento dissecou a par e passo os meandros deste comércio terrível, constituindo-se numa «questão transversal que vai

do bairro de lata no Terceiro Mundo ao sistema financeiro internacional», terminando num «paraíso fiscal ou num grande banco de Nova Iorque», com o respectivo branqueamento. O estudo deixa clara a articulação entre o

incremento da droga e os conflitos locais ou regionais e exemplifica. Se na Birmânia, após a I Guerra Mundial, a produção do ópio se ficava pelas 200 toneladas anuais, já nos anos 50 a sua utilização como base de retaguarda

pelas tropas dos Kuomintang (afectas a Chang Kai-Chek, que formaria um novo governo anticomunista em Taiwan, em oposição à revolução chinesa), com o apoio da CIA, e depois o conflito do Governo de Rangun com

o Partido Comunista e as minorias étnicas, fizeram com que a produção atingisse as 800 toneladas em 1988 e, ao longo dos últimos 10 anos de ditadura militar na Birmânia, a produção do ópio atingiu cerca de 2500 toneladas, das quais 220 são heroína. Outro exemplo é o do Afeganistão onde, em 1979, a produção de ópio era de 300 toneladas. Com a intervenção soviética e, depois, as lutas dos *mujaidines* e o envolvimento do Paquistão, com o apoio da CIA, a produção chegou a 1992 com um volume de 1500 toneladas.



“Trocámos a construção das teias da solidariedade, da fraternidade, da liberdade, da igualdade por um supermercado. De preferência daqueles que levam as compras a casa. É a maior burla do neoliberalismo. Vendemos a alma ao diabo em 48 prestações sem entradas nem juros.”

(Francisco Moita Flores
«Diário de Notícias», 13.12.99)

“Em dois meses de governação, já se ouviu dizer mais mal de Maria de Belém e de Manuel Maria Carrilho do que em toda a legislatura anterior. Depois, é vê-los saltar para os jornais a gritar bem alto para o chefe ouvir: «Agarre-me senão eu saio.» O mais curioso é que Guterres agarra-os mesmo.”

(Margarida Guimarães
«Semanário Económico», 17.12.99)

“O Porto 2001 precisa de uma limpeza de balneário (...)”

(Carlos Magno
«Diário de Notícias», 15.12.99)

“Este Governo precisa de «mais» Guterres.”

(Mário Bettencourt Resendes
«Diário de Notícias», 16.12.99)

“Ser primeiro-ministro ou Presidente da República não está inscrito no meu código genético.”

(João Soares
«Expresso», 18.12.99)

“Os portugueses têm sobejas razões para entrarem no novo século seguros de si e com confiança no futuro.”

(Mário Soares
«Focus», 19.12.99)

“Tanto o PSD como o Benfica ou a RTP têm feito muito para destruir a sua credibilidade. A intensidade do drama mediático à sua volta mostra como continuamos a ser uma sociedade que se revê, de facto, na exaltação da mediocridade dos perdedores.”

(Miguel Gaspar
«Diário de Notícias», 16.12.99)

“O que se pretende é que a RTP não tenha lucro mas tenha um custo estabelecido e assumido pelo Estado anualmente para que não seja necessário contrair dívidas.”

(Arons de Carvalho
«Diário Económico», 16.12.99)

“Os portugueses são cruéis com os seus artistas.”

(Filipe La Féria
«Diário de Notícias», 19.12.99)

TRABALHADORES

Nova receita para a especulação crescer

Segurança Social promove imobiliário

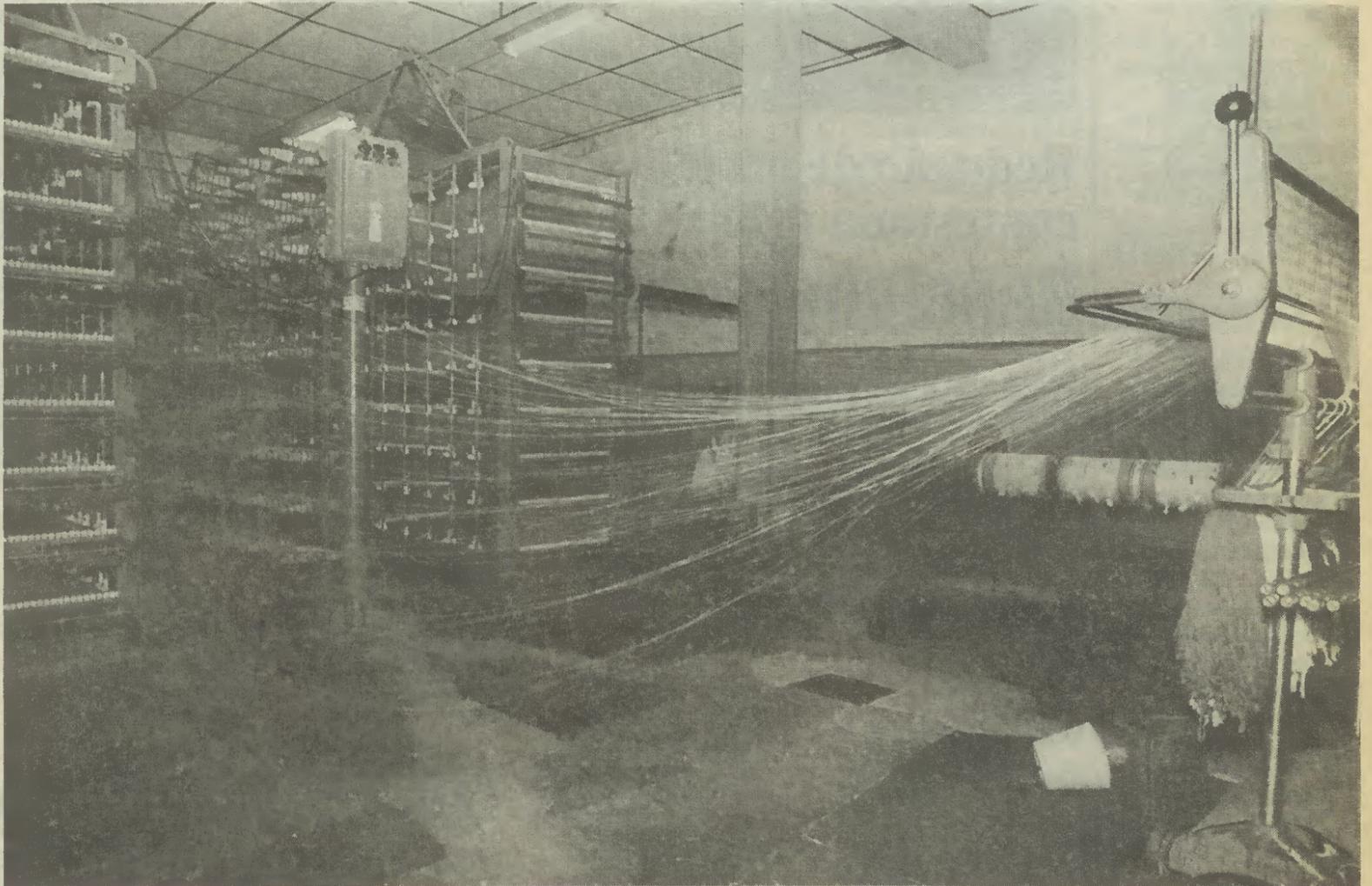
Nos processos de recuperação de empresas têxteis do Norte, os representantes da Segurança Social apresentam propostas de «viabilização» que conduzem ao aniquilamento de importantes unidades industriais, ao aumento do desemprego e ao fomento dos negócios imobiliários.

A situação na Lionesa, com 200 trabalhadores, e nas empresas do Grupo Luís Correia, com cerca de 500, tem sido acompanhada pela Fesete/CGTP-IN, que fala mesmo em «negociatas desenvolvidas nas últimas semanas entre responsáveis do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e grupos com interesses imobiliários». Nestes negócios «tudo indica estar o próprio BPI envolvido», diz a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, num comunicado que distribuiu após a assembleia de credores da Lionesa, que teve lugar sexta-feira em Vila Nova de Gaia.

Os deputados comunistas Agostinho Lopes e Honório Novo apresentaram anteontem três requerimentos na Assembleia da República sobre estes problemas (ver caixa).

Amarga prenda

A proposta da Segurança Social para a Lionesa fica a



Com estas propostas da Segurança Social, as fábricas fecham, a produção diminui, o desemprego aumenta e a especulação imobiliária prospera (foto de arquivo)

aguardar, durante dez dias, a votação por escrito do banco BPI, que representa quase 34 por cento dos créditos. De qualquer forma, a «viabilização» que ficou desenhada no tribunal representa para os trabalhadores uma «prenda de Natal amarga», uma vez que a opção é entre a falência, por não serem aceites os projectos de recuperação da empresa, e «uma viabilidade precária», caso o BPI decida apoiar a proposta da Segurança Social (que detém cerca de 44 por cento dos créditos da Lionesa).

Os dois maiores credores rejeitaram as outras propostas

de viabilização apresentadas na assembleia de dia 17, uma em nome dos trabalhadores, outra da firma Jotabe.

Os responsáveis do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social propõem que a Lionesa dê lugar a duas empresas: uma sociedade imobiliária, que ficará com o património imóvel, avaliado em cerca de um milhão e duzentos mil contos, e que deverá ser vendido para pagar aos credores; e uma sociedade industrial, sem património imobiliário, que deverá, num prazo máximo de dois anos, abandonar as instalações actuais.

«Antes do início da assembleia de credores, à porta fechada, BPI e Segurança Social discutiam apenas o montante e a ordem de prioridade do recebimento dos seus créditos, quando for vendido o imóvel da Lionesa», denunciou a federação, recordando que os 200 trabalhadores «durante 5 anos não sentiram o sabor de um subsídio de férias e de Natal, sendo agora “premiados” com o desemprego, os salários em atraso ou a perda do posto de trabalho» num prazo não muito distante.

No princípio de Dezembro, a Fesete tinha alertado para os

graves perigos desta «viabilização inédita, mas algo maquiavélica», que «parece ser uma nova receita da Segurança Social para as empresas com processos de recuperação, a qual pode ser muito útil aos especuladores imobiliários, em detrimento da aplicação dos valiosos patrimónios no relançamento da actividade produtiva, numa viabilização sustentada».

A previsão confirmou-se no Tribunal de Felgueiras, no dia 13, quando teve lugar a assembleia de credores da Têxtil Luís Correia (à qual se seguiram as assembleias de credores da Luzcor e da Luzmonte, empresas do mesmo grupo, no Tribunal de Guimarães). Também para o Grupo Luís Correia a Segurança Social propõe a divisão em sociedades industriais e imobiliárias, afirmando os representantes do IGFSS que tal proposta seria levada «até às últimas consequências, mesmo que acarretasse a falência».

Esta posição torna-se ainda mais chocante, como disse ao «Avante!» o dirigente da Fesete que acompanha estes casos, por haver uma empresa têxtil interessada em viabilizar a Luís Correia e que, em cerca de um ano de participação na gestão, está a obter resultados animadores. José Fernando adiantou-nos que, até esta altura, a federação não responsabilizava o Instituto de Gestão

Financeira da Segurança Social, mas apontava apenas os seus representantes locais. Só que a distinção deixou de fazer sentido, depois de ficar expressa a cobertura que os máximos responsáveis do IGFSS dão a este comportamento.

A proposta da Segurança Social para a Têxtil Luís Correia, acusa a Fesete, «cria um vazio perigoso para a continuidade laboral e premeia os interesses imobiliários». Entretanto, a Peruma Têxteis apresentou um plano que «garante o nível de emprego e a viabilidade do grupo, dando inclusive mais garantias à própria Segurança Social», salienta a federação.

No entanto, apenas um recurso jurídico de emergência impediu que no dia 13 começasse o fim de um importante grupo têxtil, que trabalha sobretudo para exportação. A Peruma provocou a suspensão do processo, apresentando recurso para o IAPMEI, o que representa um novo prazo de 4 meses para obter um acordo extra-judicial para a viabilização da Luís Correia.

Foi notada pelos presentes no Tribunal, disse José Fernando, a indignada reacção do representante de uma imobiliária, que preferia ter sido logo aprovada a proposta da Segurança Social e mostrou muito interesse em concretizar rapidamente a compra de terrenos e edifícios.

Deputados comunistas questionam o Governo

A situação na Lionesa e no Grupo Luís Correia levou Agostinho Lopes e Honório Novo, deputados do PCP eleitos pelos distritos de Braga e do Porto (onde aquelas empresas estão sediadas), a apresentarem anteontem três requerimentos na Assembleia da República, solicitando informações e esclarecimentos por parte dos ministérios da Economia e do Trabalho, bem como do IAPMEI.

«Importa definir uma estratégia política que permita defender a capacidade produtiva do País, particularmente nesta região tão afectada por fenómenos de desindustrialização e que, assim, permita defender o emprego», afirmam os deputados, nos requerimentos acerca do Grupo Luís Correia, salientando que neste sentido vão as declarações políticas oficiais e que «os actos e as decisões têm que lhes dar corpo e ser coerentes com elas».

Os deputados querem que o Governo diga se considera

«aceitável que a estratégia dos representantes da Segurança Social seja a da promoção imobiliária, em detrimento óbvio da viabilização industrial e da defesa do emprego».

No requerimento sobre a Fábrica de Tecidos Lionesa, de Leça do Balio (concelho de Matosinhos), Honório Novo recorda que se trata de uma unidade têxtil de grandes tradições, que já ocupou 1500 trabalhadores, passou por fases muito difíceis e, no entanto, possui *know-how* e capacidade tecnológica à altura das actuais exigências do mercado. As potencialidades não foram, contudo, aproveitadas pela administração, «incapaz de levar a bom termo o processo de recuperação negociado e iniciado há cerca de cinco anos». No final de 1998 os trabalhadores apresentaram uma nova solução para a viabilização, que foi negociada e ganhou o acordo dos representantes do Estado, incluindo a Segurança Social, cujos representantes agora alteraram a sua posição.

TRABALHADORES

Luto e luta na construção

A paralisação simbólica de 30 minutos, realizada dia 15 em memória dos trabalhadores que morreram em acidentes de trabalho, foi considerada como um sucesso pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção do Norte. Em declarações à Lusa, Albano Ribeiro afirmou que a paralisação atingiu 80 por cento dos trabalhadores nas empresas onde o sindicato realizou plenários, situando-se entre os 60 e 70 por cento nas restantes empresas do distrito. Nas obras de construção das novas instalações da Polícia Judiciária do Porto, onde se concentraram os dirigentes sindicais, a paralisação atingiu os 100 por cento.

O elevado número de mortes por acidentes de trabalho na construção civil deve-se, principalmente, ao aumento do trabalho precário e clandestino, denuncia o sindicato, citando estatísticas que referem que, todos os dias, cerca de 60 trabalhadores da construção civil sofrem acidentes no seu local de trabalho, sendo que 80 por cento dos casos envolvem trabalhadores clandestinos. Denunciar esta situação foi o objectivo principal dos representantes dos trabalhadores, ao promoverem o «Dia de luta e de luto contra a sinistralidade laboral».

Burocracia derrotada

As cozinheiras do município de Lisboa venceram a burocracia da gestão de Recursos Humanos, anunciou o STML, que tinha convocado uma greve para 7 de Dezembro. Nas vésperas da paralisação, a vereadora responsável deu satisfação à principal reivindicação das trabalhadoras e do sindicato e fez publicar o aviso de abertura de concurso para a categoria de cozinheira principal. «No entanto, fê-lo numa forma que consideramos arrogante e provocatória», protestou o sindicato, salientando que, apesar da «clara tentativa de criar confusões e desmobilizar a greve», as cozinheiras dos três principais refeitórios paralisaram a cem por cento. O sindicato exige a resolução célere do problema do atraso dos concursos, que afecta largas centenas de trabalhadores de outras categorias profissionais, e denuncia que «é só no que respeita à satisfação das justas reivindicações dos trabalhadores que impera a burocracia», uma vez que, publicada há menos de um mês a legislação sobre ajudas de custo dos dirigentes, a mesma vereadora levou já a sessão de Câmara propostas de aumentos de 133 contos mensais para directores municipais, 53 contos para directores de departamento e 33 contos para chefes de divisão.



O ataque ao emprego tem atingido outras unidades do Grupo Siemens em Portugal

Redução de emprego contestada pelo SIESI

Rescisões paradoxais na Siemens de Évora

A administração, ao mesmo tempo que exige aos trabalhadores a prestação de trabalho extraordinário, pressiona-os para rescindirem os contratos de trabalho, enquanto vai recebendo dinheiros do Estado e da UE para a criação de emprego – denunciou na semana passada o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas.

Os trabalhadores da fábrica da Siemens em Évora, reunidos em plenário, exigiram a manutenção dos postos de trabalho e o fim das pressões exercidas pela administração para rescindir centenas de contratos. As conclusões do plenário foram divulgadas pelo SIESI/CGTP, numa conferência de imprensa realizada junto aos portões da empresa, onde se juntaram algumas dezenas de operários, informou a Agência Lusa. Carlos José Ribeiro, dirigente do sindicato, denunciou o clima de instabilidade que se vive na fábrica, depois da administração ter feito saber que pretende afastar 120 trabalhadores efectivos de imediato, através de rescisões por mútuo acordo.

A Siemens já liquidou mais de 500 postos de trabalho durante este ano, 300 dos quais em Évora, denunciou o sindicalista, salientando que a unidade ebovense vive um óptimo momento

económico. A fábrica emprega 1100 trabalhadores e dedica-se à produção de relés, equipamento predominantemente destinado à indústria automóvel.

O dirigente do SIESI acusou o Governo de «cumplicidade» com a Siemens nesta manobra para redução do emprego. Citando dados da Comissão Europeia, Carlos José Ribeiro disse que a Siemens em Portugal recebeu, entre 1994 e 1999, no âmbito do PEDIP II, 43 milhões de euros do Estado português, destinados à modernização das empresas e à criação de emprego, e que presentemente tem autorizações de apoios de mais 34 milhões de euros.

Os sindicalistas temem que a redução atinja um maior número de trabalhadores e admitem a convocação de uma greve em Janeiro, caso se mostre infrutífera uma reunião agendada na delegação do Ministério do Trabalho com a administração da Siemens.

Continente reconhece ilegalidade

A loja Continente em Guimarães reconheceu a ilegalidade dos contratos a termo certo de quatro trabalhadores e aceitou a sua passagem a efectivos, informou o sindicato do sector numa nota enviada à comunicação social.

A intenção da empresa de não renovar os contratos dos trabalhadores, ao fim de cinco anos de serviço, levou a CESNorte (Sindicato do Comércio e Serviços do Norte) a intervir junto do gerente da loja, numa reunião realizada a 26 de Novembro. «Ficou claramente provado que os contratos a termo na empresa, em regra, se destinam à ocupação de postos de trabalho permanentes, não havendo qualquer justificação para este tipo

de contratos», tendo ainda o gerente justificado a não passagem a efectivos desses trabalhadores por estes não se enquadrarem no perfil dos parâmetros da empresa.

A nota afirmava também que a intervenção do sindicato e o reconhecimento da ilegalidade por parte da empresa, vêm realçar a importância das organizações dos trabalhadores no combate ao trabalho precário e à luta pelos seus direitos.

Makro

O CESNorte veio a público apoiar a decisão da Makro de Braga de se solidarizar com várias instituições do concelho,

comentando uma eventual compra da unidade industrial de Évora pela multinacional norte-americana Tyco International, com sede nas Bermudas, o sindicato notou que o negócio, «tanto quanto se conhece, não está juridicamente concluído».

Salvar a Califa

O Sindicato Têxtil de Aveiro interpelou Pina Moura acerca da situação da Califa, em São João da Madeira, e das medidas que o ministro tenciona tomar para permitir a viabilização da maior empresa de vestuário do distrito de Aveiro. Foram também enviadas cartas ao ministro do Trabalho, ao governador civil e aos grupos parlamentares, salientando a importância de salvar a empresa e os seus 350 postos de trabalho.

A Califa (Carlos Teixeira da Silva & Filho) tem em curso um processo de recuperação, encontrando-se num período de gestão controlada, decidido numa assembleia de credores, em Julho, e que termina a 17 de Janeiro. O sindicato teve conhecimento de que foi apresentada ao administrador uma proposta de compra, que não foi aceite porque não satisfazia as condições exigidas pelos credores; embora dispondo de «parca informação», o sindicato adianta que faltariam apoios financeiros bancários e do IAPMEI.

Com o objectivo de analisar a possibilidade de as condições dos credores sofrerem alguns ajustes, de forma a melhorar as perspectivas de viabilização, o administrador judicial convocou nova assembleia de credores para 10 de Janeiro. Até esta data, apela o sindicato, o Governo deve fazer tudo o que lhe compete para salvar a Califa.

Na carta que enviou aos ministros, deputados e governador civil, a direcção do sindicato afirma que «tem consciência da complexidade que envolve toda a situação da Califa e dos interesses que lhe estão subjacentes, mas não pode permitir que tais interesses se sobreponham ao legítimo e sagrado direito ao trabalho». Entre as medidas a adoptar, solicita que seja averiguado, junto do IAPMEI, se foram ou não solicitados apoios e, confirmando-se que foram recusados, quais os motivos de tal recusa.

«Se os credores, os actuais proprietários da empresa (família Carlos Teixeira da Silva), o Governo e outras entidades quiserem, a Califa continuará a ser uma grande produtora de riqueza», diz o sindicato.

Vimeca

Greve segunda-feira

Os trabalhadores da Vimeca vão entrar em greve na próxima segunda-feira, entre as três da manhã e o meio-dia, prosseguindo um processo de luta que visa a igualdade das condições de trabalho entre os funcionários provenientes da ex-Rodoviária de Lisboa e os que já se encontravam na empresa antes de 1995, data da fusão de ambas.

A administração da Vimeca recusa voltar a negociar com a Federação dos Sindicatos de Transportes Rodoviários e Urbanos (Festru) e decidiu aplicar o contrato colectivo de trabalho da Antrop.

Desde dia 13 e até à próxima segunda-feira, os trabalhadores recusam-se a conduzir mais do que oito horas por dia, cumprindo rigorosamente o seu período normal de trabalho diário e não efectuando trabalho suplementar.

A Festru afirma que mais de um terço da actividade normal da Vimeca é suportada por trabalho suplementar, o que se prova com o actual parqueamento de cerca de 50 viaturas.

Esta situação viola claramente a lei do trabalho suplementar, que limita o seu exercício a um máximo

de 200 horas por ano. A federação acrescenta que os trabalhadores da empresa fazem em média cerca de 700 horas suplementares anuais. Ou seja, a actividade que normalmente têm em dois anos corresponde a três.

Os sindicatos acusam a administração da empresa de mentir aos utentes, ao cortar mais de um terço do total dos serviços e garantindo ao mesmo tempo que o número dos autocarros em circulação se mantém. A Festru afirma ainda que a Vimeca «arrecada centenas de contos aos utentes sem assumir os respectivos serviços que estes têm direito».

A federação acusa ainda a empresa de sancionar ilegalmente os trabalhadores que entram em greve e de decidir unilateralmente a aplicação de uma convenção unanimemente rejeitada pelos seus funcionários, desrespeitando as regras da contratação colectiva.

A Festru refere outras ilegalidades: a proibição da realização de plenários; o despedimento sem justa causa; e a tentativa de eliminar um conjunto de direitos dos trabalhadores, como o regime do horário de trabalho, o subsídio de refeição e os complementos de subsídio de doença, de acidente de trabalho e de reforma.

Polisuper

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP) exige que o Supermercado Polisuper cumpra o contrato colectivo de trabalho e termine com os atropelos à legislação.

O CESP denuncia o caso de Fátima Martins, que, dias depois de ter sido eleita delegada sindical na loja de Mem Martins, recebeu ordens para ser transferida para São João do Estoril. Recusando cumprir uma decisão ilegítima, foi impedida de prestar serviço no seu local de trabalho.

«A Polisuper está a comportar-se como uma empresa "fora da lei", não percebendo ou não

querendo perceber que Portugal é um Estado de direito e não uma "república das bananas", onde os patrões, arrogantes e desrespeitadores da lei, querem fazer o que muito bem lhes dá na "real gana"», acusa o sindicato.

«A oposição à delegada sindical radica nas muitas ilegalidades praticadas pela empresa, nomeadamente no que se refere ao incumprimento da lei da maternidade e paternidade, ao subsídio de alimentação inferior ao previsto no contrato colectivo para os super e hipermercados, e classificações profissionais incorrectas face à função e antiguidade, que significam vencimentos inferiores aos que legalmente devem receber», explica o CESP.

TRABALHADORES



Depois do plenário, os sindicalistas desfilaram até ao Ministério da Administração Interna

Plenário nacional acabou na rua STAL e STML intensificam luta

Carreiras, suplementos de risco, salários e emprego foram os grandes temas abordados no plenário nacional do STAL e do STML, realizado no dia 14. Os sindicalistas prometem intensificar a luta e provaram-no ao desfilar até ao Ministério da Administração Interna, onde entregaram a resolução aprovada na iniciativa. Aditem a realização nos próximos meses de uma manifestação e de greves.

Reunidos em plenário nacional na Casa do Alentejo, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML) decidiram intensificar o processo de luta e promover uma acção de esclarecimento e mobilização dos trabalhadores em todo o país. A primeira acção teve lugar nesse mesmo dia, com um desfile até ao Ministério da Administração Interna, envolvendo meio milhar de dirigentes e delegados sindicais.

No local, os representantes sindicais entregaram a resolução aprovada no plenário a um adjunto do gabinete do ministro Fernando Gomes, apesar de ter sido previamente pedida uma audiência. O Ministério argumentou que Gomes havia sido empossado apenas na véspera, desconhecendo grande parte dos problemas colocados.

O documento aprovado prevê a realização de plenários sectoriais e descentralizados, admitindo a possibilidade de uma manifestação nacional na segunda quinzena de Janeiro e de greves nos meses de Fevereiro e Março.

Caminho condenado

«António Guterres e o Partido Socialista não podem, de forma alguma, insistir numa política contrária aos interesses e anseios dos trabalhadores deste país, particularmente os da administração local», lê-se na resolução.

O STAL e o STML consideram que o mandato do anterior Governo se traduziu por uma constante fuga aos compromissos e promessas assumidos. «Só isso explica o saldo destes

parcos meses de governação que, embora poucos, se assumem já como de uma acção no prosseguimento da mesma política que ainda recentemente condenámos», afirmam os sindicalistas.

O documento analisa a actual situação: «Nos salários, assistimos à repetição da já velha e mofoenta fórmula da contenção. Curiosamente, em claro contraste com optimistas "previsões" postas a circular em alguns órgãos de comunicação social antes das eleições legislativas que davam como certo um crescimento real do poder de compra dos trabalhadores.»

Em relação às carreiras, os sindicatos referem «o silêncio absoluto sobre o que falta e se exige negociar», acusando o Governo de marcar a diferença apenas pela manutenção e publicação do diploma «discriminatório e injusto» para a car-

reira de operário altamente qualificado.

O STAL e o STML criticam ainda a falta de aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco.

«Apesar de "novo", pelo menos do mandato recém-iniciado, o actual Governo emana do mesmo partido e é composto pela grande maioria dos governantes que nos últimos quatro anos prosseguiram uma política contrária aos interesses e anseios dos trabalhadores da administração local», considera a resolução.

«Foi exactamente essa política – de desrespeito pelos compromissos e promessas, de contenção salarial (imposta a troco de negociatas com a UGT), de tentativa de retirada de direitos – que os trabalhadores combateram energeticamente. Não vamos, pois, permitir a sua continuação», afirmam os sindicalistas.

Eleitos órgãos executivos da CGTP

O Conselho Nacional da CGTP-IN, eleito no 9.º Congresso, tomou posse dia 16, na sede da central, e realizou de seguida a sua primeira reunião, onde foram eleitos os membros da Comissão Executiva e do Secretariado.

Manuel Carvalho da Silva foi reeleito para o cargo de secretário-geral (denominação que, no congresso de dias 10 e 11 de Dezembro, veio substituir a de coordenador), integrando igualmente os dois órgãos executivos.

Os restantes 28 membros da Comissão Executiva são Adão Mendes, Amável Alves, Américo Nunes, Arménio Carlos, Armindo Carvalho, Carlos Trindade, Cristina Araújo, Deolinda Machado, Eduardo Chagas, Ernesto Silva, Florival Lança, Francisco Brás, Graciete Cruz, João Paulo, Joaquim Almeida, José Carlos Martins, José Ernesto Cartaxo, José Maria Ferreira, Manuel Freitas, Manuel Guerreiro, Maria do Carmo Tavares, Maria Emília Reis, Maria Filomena Ramos, Paulo Sucena, Paulo Trindade, Rui Paixão e Ulisses Garrido. Da Comissão Executiva fazem parte dez sindicalistas que a não integravam no mandato anterior (nomes em *italico*).

Para o Secretariado foram também eleitos Américo Nunes, Deolinda Machado, Ernesto Silva, João Paulo e Joaquim Dionísio.



Para a semana Informáticos em greve

Os informáticos da Administração Pública vão estar em greve nos próximos dias 29, 30 e 31, exigindo a reestruturação das carreiras. O recurso à em greve é visto como inevitável, depois do «completo fracasso» do grupo de trabalho que juntou sindicalistas e representantes do Governo.

«Nas reuniões, procurámos que fossem atendidas as exigências consagradas na proposta e particularmente as matérias referentes à ultrapassagem da limitação do índice 900 no salário máximo, a integração de todos os informáticos a desempenharem funções embora noutras carreiras, as transições adequadas para os trabalhadores das carreiras de registo de dados e controlo de trabalhos, o regime de turnos e a bonificação na aposentação», explicou a Frente Comum de

Sindicatos da Administração Pública, numa conferência de imprensa realizada na terça-feira.

«Sem propostas, sem orientações e com dificuldade em responder eficazmente aos problemas, as reuniões têm-se arrastado sem que se tirassem quaisquer conclusões», afirmam os sindicalistas. «Nenhuma das várias matérias realmente relevantes e que constituíram mandato do grupo de trabalho foi assunto de consenso entre os sindicatos e os representantes das direcções gerais», dizem.

«As carreiras continuam estruturalmente na mesma, os índices não tiveram qualquer alteração inviabilizando o objectivo da competitividade externa, as condições de trabalho e o regime de aposentação não merecem qualquer proposta especial, o regime de turnos mantém-se inalterado e a solução apontada para a integração do pessoal de outras carreiras que desempenham funções na informática é totalmente ineficiente», considera a Frente Comum.

Os sindicalistas adiantam, contudo, ter total disponibilidade para dar início a um processo negocial «digno do próprio conceito».

A data da greve foi escolhida propositadamente de forma a não criar dificuldades adicionais à resolução de quaisquer problemas resultantes do chamado «bug do ano 2000».

Administração Pública Negociações salariais a 10 de Janeiro

As negociações para a actualização dos salários dos trabalhadores da Administração Pública terão início a 10 de Janeiro e deverão terminar em meados de Fevereiro, disse Paulo Trindade, dirigente da Frente Comum de Sindicatos, após uma reunião com o ministro Alberto Martins e o secretário de Estado Alexandre Rosa.

As propostas do Governo só devem ser conhecidas naquela data. Na Propos-

ta Reivindicativa entregue em Novembro, a Frente Comum reivindica aumentos de seis por cento, valor reafirmado ao Governo, bem como o princípio de que «nenhum trabalhador tenha menos de cinco mil escudos», afirmou Paulo Trindade, citado pela Lusa.

Durante a reunião, a Frente Comum e o Governo chegaram a alguns pontos de consenso, nomeadamente a ideia de que «a convergência não deve fazer-se à

custa da perda do poder de compra» e de que «a melhoria dos serviços públicos é indissociável da melhoria das condições de trabalho». Na ocasião, Paulo Trindade disse esperar que «estes objectivos se traduzam em actos».

A Frente Comum defende ainda a equiparação do índice 100 (salário mínimo na Administração Pública) ao salário mínimo nacional e a revisão de carreiras.

SAMORA CORREIA Até quando os acidentes?

«Quantas dezenas mais de pessoas terão de perder a vida no Cruzamento do Infantado para que a situação se resolva?», pergunta a Comissão de Freguesia de Samora Correia do PCP, lembrando os 32 acidentes, de que resultaram 11 mortos e 70 feridos, que em 1998/99 ali ocorreram.

Aliás, a inoperância do Governo e da ICOR em relação ao problema, é apenas comparável à do ICER (antiga JAE) no que respeita às Rotundas do Porto Alto, sobre as quais o PCP já a questionou.

Atendendo ainda a que o piso da Recta do Cabo, via fundamental para a região, se encontra em elevado estado de degradação, a Comissão de Freguesia do PCP diz que estas são situações «inaceitáveis», razão por que a deputada comunista pelo distrito de Santarém, Luísa Mesquita, irá questionar o Governo sobre as mesmas.

AVEIRO Urge debater Euro 2004

A realização do Euro 2004 em Aveiro pode marcar decisiva e estruturalmente o crescimento e o desenvolvimento do concelho, considera a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP que, com o objectivo de debater o acontecimento, propôs a realização de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Porém, não tendo obtido qualquer resposta por parte da Câmara ou do seu presidente, o representante da CDU requereu a inclusão do Euro 2004 na ordem de trabalho da reunião da Assembleia Municipal do passado dia 15, por não ser admissível que neste como em relação a outros actos de gestão, o PS se comporte na Câmara «como se o concelho fosse sua propriedade».

VIANA DO CASTELO Onde está o diálogo?

O secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, Narciso Miranda, visitou recentemente Viana do Castelo. Tratando-se de uma visita de trabalho, esperava-se que ela servisse para avaliar a execução das obras em curso, programar novos investimentos e aprofundar situações que, pela conflitualidade de interesses, exigem tratamento cuidadoso. Assim pensava a Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP que, em nota à comunicação social, considerou lamentável que Narciso Miranda nada tenha dito sobre o portinho de Vila Praia de Âncora - que já foi motivo de um requerimento do deputado comunista Honório Novo - e, ao falar dos acessos ao porto de mar, tenha apontado como «fundamental o acesso rodoviário ao IC1 (por Darque)», negando a promessa de encontrar as «melhores soluções através do diálogo». A população e os órgãos autárquicos de Darque querem a melhoria dos acessos ao porto de mar, diz o PCP, em condições que respeitem o ambiente e «a história de uma freguesia sempre relacionada com o seu rio», não, como se pretende fazer, «agredindo de forma irreversível o estuário do rio Lima e separando Darque e as suas gentes do convívio com o rio».

SETÚBAL Carências no Pré-escolar

A propósito do dia que o Presidente da República dedicou à educação pré-escolar, a Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP lembrou publicamente que Setúbal é o distrito com menor índice de cobertura ao nível da educação pré-escolar (taxa de 48,2% em 98/99), sendo por isso incompreensíveis os critérios que presidiram à aceitação de candidaturas e à aplicação dos 140 milhões de contos que o Governo afirma ter investido a nível nacional. A DORS cita, depois, algumas afirmações do ministro da Educação no sentido do alargamento e melhoria do pré-escolar, lamentando o «desfasamento» entre o seu discurso e a realidade, já que as famílias que recorrem às redes privadas não registam qualquer diminuição do preço das mensalidades e Setúbal, apesar das suas carências, viu recusadas as candidaturas apresentadas pelas autarquias.

LEIRIA Educação com verba baixa

Sem prejuízo de uma posição final após análise mais profunda ao Plano de Actividades e Orçamento da Câmara de Leiria para o ano 2000, a Comissão Concelhia do PCP já deu um primeiro parecer que aponta algumas deficiências e propõe a inclusão ou reforço de numerosos projectos. Entre as deficiências, o PCP aponta nomeadamente as baixas verbas destinadas à Educação, Cultura, Acção Social, Planeamento Urbanístico, Parques Industriais e Zonas Verdes e Espaços de Lazer, assim como a falta de qualquer plano ou programa de reabilitação ou salvaguarda do centro histórico, para além do PROOM.

III Quadro Comunitário de Apoio Verbas para o Alentejo são insuficientes

Recentemente reunida, a Direcção Regional do Alentejo do PCP apreciou o balanço de execução do segundo Quadro Comunitário de Apoio (II QCA) e o processo de preparação do terceiro (III QCA).

Em relação ao II QCA, a conclusão dos comunistas vai no sentido de considerar que, no que se refere à região, o Governo fez um investimento significativamente inferior aos 500 milhões de contos inicialmente estabelecidos, tornando impossível, na prática, atingir os objectivos definidos.

No Alentejo, este facto é particularmente grave, pois as metas inicialmente definidas eram já muito insuficientes, como então

sublinharam muitas das entidades da região. Assim, para o PCP, impõe-se uma nova forma de fazer política, que tenha a participação do povo e das entidades representativas e que não «manipule e partidarize tudo» como faz a actual direcção da CCRA.

Quanto ao III QCA, apesar da forma como o processo foi conduzido e dos atrasos na entrega do Plano de Desenvolvimento Regional (PDR) e das Intervenções Operacionais, é preciso

aproveitar os meios financeiros que proporciona e contribuir para vencer o desafio do desenvolvimento.

Para já, dado que estas propostas não foram objecto de discussão nem divulgação, apenas se sabe - via Internet - que a repartição indicativa dos investimentos regionalizáveis aponta para o Alentejo 9,8% (837 milhões) do total para o País, montante muito aquém dos 15% reivindicados pelo PCP, autarquias e parceiros económicos e sociais. O que, à partida, se afigura muito insuficiente para a criação de condições que permitam superar o défice de desenvolvimento da Região.

A poucos dias da entrada em vigor do novo QCA, continuam, porém, por conhecer as intenções do Governo no que se refere ao sistema de gestão e acompanhamento dos programas, que o PCP defende seja da responsabilidade das autarquias e Associações de Municípios, e à contratualização.

Enfim, um processo que mais uma vez coloca «a necessidade urgente de democratização das estruturas desconcentradas do Estado na Região e da transformação da CCRA em Instituto Público Regional onde as autarquias tenham um papel preponderante».

PCP/Viana do Castelo Inaugurado Gabinete de Apoio ao Cidadão

O deputado comunista Honório Novo, acompanhado de João Duarte, da Direcção Regional de Viana do Castelo do PCP, e de Fernando Canedo e João Abel Cerqueira da CDU, avistou-se, na semana passada, com o director da Sub-Região de Viana do Castelo da Administração Regional de Saúde (ARS). Na entrevista, o deputado tomou conhecimento de algumas carências preocupantes nesta área ao nível de recursos humanos e comprometeu-se a procurar inscrever em

PIDDAC verbas para a construção de várias extensões do Centro de Saúde.

Mais tarde, em Vila Praia de Âncora, Honório Novo reuniu com cerca de 150 pessoas ligadas ao mar, a quem deu conta do requerimento que apresentou ao Governo sobre o Portinho desta localidade.

Desta vez acompanhado de Cerqueira Rodrigues, coordenador da CDU/Caminha, e dos eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Vila Praia de

Âncora, o deputado comunista teve oportunidade de ouvir as reclamações dos pescadores, revoltados com as promessas não cumpridas em relação à construção daquela infra-estrutura.

Aproveitando, ainda, a visita ao distrito, Honório Novo inaugurou oficialmente o Gabinete de Apoio ao Cidadão eleito, manifestando a sua satisfação por a DORVIC do PCP ter tomado esta iniciativa e ser ele o deputado a apoiar o distrito de Viana do Castelo. É que a CDU não elegeu

qualquer deputado por Viana mas, mesmo assim, «vai garantir a sua ligação à Assembleia da República e melhorar e reforçar a articulação da actividade política do distrito com a acção dos deputados eleitos pela CDU».

O Gabinete de Apoio ao Cidadão funciona às terças-feiras, entre as 17.30 e as 20.00 horas, sendo coordenado por João Duarte, cabeça de lista da CDU às últimas eleições, assessorado no atendimento por Maria do Céu Gonçalves e Dina Teles.

Desemprego aumenta em Setúbal

Dois meses após as eleições, o desemprego continua a subir no distrito de Setúbal. Isto, apesar da «preocupação» em relação ao problema demonstrada em campanha eleitoral pelo actual ministro Jorge Coelho que, então, até se vangloriava de o Governo do PS ter tomado um conjunto de medidas que teriam levado à criação de milhares de postos de trabalho.

A denúncia pertence à Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP que, em tomada de posição pública, tendo em

conta as situações de desemprego já concretizadas, como aconteceu a partir do final de Novembro a cerca de 750 pescadores de Sesimbra, alerta para o eventual reforço desta tendência nos próximos meses.

A ameaça de desemprego paira, contudo, sobre muitos outros trabalhadores, como sejam os da unidade da ADP no Barreiro (50), cujo encerramento foi anunciado; os da Valério, no Montijo (200), também por encerramento da empresa; ou, ainda, os da Norporte, em Alhos

Vedros (450), sem perspectiva credível de reabertura da empresa.

Entretanto, só no sector das confecções, aos 600 postos de trabalho que se perderam, desde finais de 1998, há que somar o atraso no pagamento de indemnizações aos trabalhadores da Gelfa e da Convex, a suspensão dos contratos colectivos de trabalho nas Malhas Vitória ou na Riocopa e a ameaça de despedimento a cinco trabalhadores da Edcar.

Também o acordo de pesca

com Marrocos foi, na opinião do PCP, mal conduzido pelo Governo, com repercussões directas no emprego e na economia da região. Assim, a DORS considera necessário que o Governo tome uma atitude política responsável em defesa da pesca e dos interesses da nossa frota que permita nomeadamente às 13 embarcações de Sesimbra retomarem o seu trabalho nos pesqueiros marroquinos. Pois, como sublinha, «os pescadores e armadores querem trabalho e não subsídios!».

CAMARADAS FALECIDOS

José António - Com 71 anos de idade, faleceu de morte súbita o camarada José António, o «Carvalhinhos», natural de Montemor-o-Novo. Membro do Partido desde 1945, foi sempre, desde a sua juventude, um militante muito dedicado.

José Manuel Figueiredo - Após doença prolongada, faleceu no passado dia 14 de Dezembro, com 56 anos de idade, o camarada José Manuel Figueiredo, vereador da Câmara Municipal da Moita. Trabalhador da Siderurgia Nacional, aderiu ao Partido em 1969 e, durante mais de 20, anos foi delegado sindical da empresa. Resistente antifascista, foi delegado ao Congresso da Oposição Democrática, em Aveiro, e perseguido pela PIDE/DGS. Refugiou-se em França, onde teve participação destacada no movimento cultural de emigrantes portugueses e na organização do apoio a refugiados políticos. Foi deputado à Assembleia Constituinte e um grande impulsionador e dirigente do Movimento Associativo. Foi presidente da Junta de Freguesia da Baixa da Banheira. No seu funeral, o presidente da Câmara Municipal da Moita, João de Almeida, recordou a «qualidade humana» de José Manuel Figueiredo que fez dele um «cidadão integral, incondicionalmente votado ao serviço da comunidade nas suas diversas dimensões». Um «cidadão associativista, sindicalista, militante partidário, autarca e deputado» que ficará na memória de quem o conheceu.

José Tavares de Almeida - Faleceu, no passado dia 8 de Dezembro, com 88 anos de idade, o camarada José Tavares de Almeida. Membro do Partido desde há muitos anos, esteve preso 10 anos no Tarrafal e três em Peniche, mantendo até à morte a sua ligação ao Partido. Pertencia à célula dos reformados da Damaia.

Luís André Sanches Santos - Com 68 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Luís André Sanches Santos. Militante do Partido desde 1974, esteve sempre disponível para a realização de tarefas na organização da freguesia do Lavradio, Barreiro, a que pertencia.

Maria do Carmo Brito Gonçalves - Faleceu, com 86 anos de idade, a camarada Maria do Carmo Brito Gonçalves. Membro do Partido desde 1974, fazia parte da Organização da freguesia de S. Sebastião, Setúbal.

Miguel Lasete Lança Lopes - Faleceu recentemente, vítima de doença prolongada, o camarada Miguel Lasete Lança Lopes, de 75 anos de idade. Membro do Partido desde 1976, fazia parte da célula dos trabalhadores da Câmara Municipal de Palmela.

★ ★ ★

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Porto

Virgínia Moura homenageada

Desde sexta-feira passada, um busto de Virgínia Moura recorda às gerações vindouras, no Largo de Soares dos Reis, no Porto, a vida desta grande figura de mulher e resistente antifascista que uma inscrição resume de forma simples: «Uma vida, uma luz na longa noite de pedra... Homenagem à mulher, à cidadã, à grande lutadora pela liberdade».

Da autoria do escultor Manuel Dias, o busto foi inaugurado precisamente no dia em que se completavam 50 anos sobre a primeira detenção de Virgínia Moura pela Pide, em frente ao edifício que albergava aquela polícia política e onde pela primeira vez a homenagem foi presa.

A retirada da bandeira da cidade que cobria o busto foi acompanhada por uma onda de aplausos e de cravos vermelhos agitados comovidamente pelos participantes, entre os quais se podiam ver Rui Sá e Maria José Azevedo, vereadores da Câmara do Porto, Ilda Figueiredo, eurodeputada comunista, Carlos Barral, ex-governador civil, o editor Jorge Araújo ou o actor Júlio Cardoso.

Numa breve intervenção, Maria José Azevedo, em representação da Câmara do Porto, invocou a figura de «cidadã e mulher exemplar» que foi Virgínia Moura, de que todos «nos devemos orgulhar», e Alexandra Soares, em nome da comissão de mulheres de onde partiu a iniciativa, reputou-a de «exemplo enorme», considerando que, pela sua vida, Virgínia Moura «merecia uma estátua», não apenas um busto.

Por sua vez, Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP recordou de Virgínia Moura «a personalidade indomável cuja coragem e inteireza impressionaram quantos a

conheceram», sublinhando que a sua vida como «a do seu companheiro inseparável», António Lobão Vital, «confundem-se de tal forma e durante décadas com a resistência antifascista e com a actividade do Partido Comunista Português, a que aderiram na juventude, que evocá-los é sobretudo falar da longa e corajosa luta do nosso povo pela liberdade e pela democracia».

Fazendo, depois, uma resenha do seu passado, das suas prisões e condenações, das agressões de que foi vítima e das inúmeras batalhas políticas em que corajosamente participou juntamente com o seu companheiro, lembrou que o pequeno escritório do António Lobão Vital e da Virgínia Moura, situado junto à Câmara, «estava transformado num activo centro de luta "legal" contra a ditadura. Abaixo-assinados, iniciativas políticas e culturais, acções dos trabalhadores, dos jovens, das mulheres, e de solidariedade aos presos políticos, circulação de informações – tudo acabava por convergir aí, mesmo quando eram diversos e invisíveis os fios que ligavam as várias dinâmicas unitárias à rede clandestina».

Como Edgar Correia também lembrou, não foram também pequenas as dificuldades económicas que Virgínia e Lobão Vital tiveram de enfrentar: «Negado o exercício nor-

mal das suas profissões pela perseguição que lhes era movida pelo regime e pelo ódio dos seus apaniguados, Virgínia Moura, a primeira mulher portuguesa licenciada em engenharia civil, teve que recorrer durante muitos anos a ministrar explicações de matemática e à elaboração de cálculos técnicos para colegas, enquanto o António Lobão Vital, arquitecto de valor, elaborava projectos que eram depois muitas vezes apresentados com a assinatura de



outros profissionais para assim escaparem à reprovação dos agentes que o governo fascista colocava à frente das Câmaras Municipais.»

Prosseguir a luta de Virgínia Moura

Invocando, em seguida, a figura de grandes democratas que, como Virgínia Moura e Lobão Vital, «impuseram ao regime fascista a realidade de uma continuada e combativa oposição democrática», Edgar Correia recordou que «a afirmação dos comunistas na cena

política nacional, como o 25 de Abril veio depois a evidenciar, resultou de um longo e minucioso trabalho que durante décadas enraizou o PCP em importantes pólos da classe operária e dos trabalhadores, da juventude e da intelectualidade, através de uma constante intervenção em defesa dos interesses populares e de luta contra a ditadura e pela democracia».

Assim, «unindo o combate democrático à afirmação do PCP e dos seus objectivos na vida nacional, Virgínia Moura – como Lobão Vital – não deram apenas um contributo corajoso à derrota do regime fascista e colonialista e à conquista da liberdade e da democracia tal como viriam a ser conquistadas pelo 25 de Abril. Eles identificaram também profundamente a sua luta com a causa da emancipação social e política dos trabalhadores, situando assim a sua vida exemplar no centro de combates e de transformações políticas e sociais mais profundas que marcaram o seu tempo e que continuam ainda a marcar, em condições muito mudadas, o nosso.»

Por isso, disse por fim Edgar Correia, a melhor forma «de mantermos viva a memória da camarada extraordinária que foi Virgínia Moura, é o prosseguimento da luta que foi a sua vida – pela liberdade, pela democracia, pelo socialismo».

A cerimónia terminou com uma romagem à campa de Virgínia Moura, junto da qual, após se guardar um minuto de silêncio, se entoou o hino nacional e gritou «25 de Abril sempre, fascismo nunca mais!».



PCP recebe delegação de Viseu

Na quarta-feira da semana passada, Carlos Carvalho, secretário-geral do PCP, e Edgar Correia, da Comissão Política, receberam no Centro de Trabalho da R. Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, uma delegação de subscritores da petição pela Universidade Pública de Viseu.

Oferta a Carlos Carvalho

Armando Moreno, acompanhado de sua mulher, Maria Guinot, deslocou-se, na semana passada, ao Centro de Trabalho do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes, onde se encontrou com Carlos Carvalho, secretário-geral do Partido, a quem ofereceu «O Mundo Fascinante da Medicina», obra de sua autoria constituída por 12 volumes.

Armando Moreno, doutorado em Medicina e licenciado em Línguas e Literatura Moderna, é professor catedrático da Universidade Técnica de Lisboa.

Afinal era véspera de ir à luta!

Descrever as fugas dos cárceres fascistas foi afinal um dos elementos mais preponderantes da iniciativa que levou, na passada sexta-feira, a Aires, António Dias Lourenço, 50 anos depois da sua prisão, com Georgete Ferreira, numa casa clandestina do Partido – ainda de pé – naquela localidade do concelho de Palmela.

As fugas de Peniche e de Caxias foram naturalmente as que mais fixaram os 70 presentes na iniciativa que a Comissão de Freguesia de Palmela do PCP realizou no Grupo Desportivo Airenses, curiosamente na véspera dos 45 anos passados sobre a fuga (a 18 de Dezembro de 1949) do próprio Dias Lourenço do «segredo» de Peniche, ganhando a terra após longas horas a nadar durante a noite num mar de final de ano, encapelado e gélido.

Com António Tereso, o mecânico-condutor do blindado que arrombou os portões de Caxias, convidado a descrever outras «avarias», a sessão viu-se atravessada de muito humor e grande confiança quanto ao futuro, a que não foi alheia a possibilidade de Dias Lourenço poder dirigir-se aos jovens que ali se encontravam em número significativo.

A Comissão de Palmela do PCP fez distribuir uma folha informativa com o testemunho de Dias Lourenço sobre os acontecimentos de Aires, que o «Avante!» reproduziu em parte na sua última edição.

Agostinho Lopes em Braga

Acompanhado por Jorge Matos, membro da Assembleia Municipal de Braga, o deputado comunista e membro da Comissão Política do PCP Agostinho Lopes foi recebido, na semana passada, pelo Comandante Distrital da PSP de Braga, com quem trocou opiniões sobre os problemas de segurança das populações, relativamente às áreas sob jurisdição daquela Polícia.

À tarde, Agostinho Lopes visitou as instalações da Associação Comercial de Braga e abordou com a sua direcção os problemas da aplicação do PROCOM – programa comunitário de apoio ao comércio – e da expansão das grandes superfícies.

Contrariamente ao que acontece noutros concelhos do distrito, na área social da Associação (Braga, Vila Verde, Amares, Póvoa do Lanhoso, Terras do Bouro, Vieira do Minho), segundo as conclusões do encontro, a aplicação do PROCOM não vai ter problemas de maior. Entretanto, foi comum a preocupação quanto à necessidade de um ordenamento comercial que salvegarde o comércio tradicional, cuja importância económica, social e cultural é reconhecida na região.

Por fim, Agostinho Lopes e Jorge Matos reuniram com uma delegação de Educadoras de Infância de escolas de Vila Verde, ameaçadas com a perda dos seus postos de trabalho.

Telecomunicações móveis

Subcontratação é injustificável

Cerca de quatro milhões de portugueses fizeram do telemóvel um objecto imprescindível, afirma a organização do PCP nas Telecomunicações-Móveis/Lisboa, numa apreciação pública sobre o sector.

No entanto, apesar dos avultados investimentos que as empresas de telecomunicações têm feito em publicidade, para a criação de «uma imagem simpática», continua a usar-se e abusar-se no sector a subcontratação para postos de trabalho que têm continuidade, que abrange hoje mais de 10 000 trabalhadores a prazo no conjunto do emprego das telecomunicações.

Na TMN, na Telecel e na Optimus, por exemplo, o aluguer de mão-de-obra é «indiscriminadamente utilizado para contratações a part time e a full time», quando o lógico seria que se assegurasse aos trabalhadores a escolha «sobre a forma contratual que lhes fosse mais favorável».

Sendo certo que parte destes trabalhadores não pretende fazer carreira deste trabalho, é também verdade que uma parte significativa deles não o encara «como uma fase de passagem» e é a estes que deve ser dada a possibilidade de passarem a fazer parte dos quadros das empresas e terem uma carreira.

Na opinião da organização do PCP, os postos de trabalho destes serviços têm continuidade, pelo que «faz todo o sentido dar perspectiva de carreira a quem o entender». Para além do mais, porque não é possível prestar um serviço de qualidade «com "colaboradores" insatisfeitos e a prazo». Os comunistas vão, pois, empenhar-se para alterar a situação, através designadamente «da luta pelo emprego com qualidade e com os direitos sociais reconhecidos na lei e na Constituição».

Portugal Telecom

Uma empresa «à deriva»

A Coordenadora do PCP para as Comunicações e Telecomunicações considera que a Portugal Telecom «é uma empresa à deriva», não se compreendendo que o Governo privatize uma das empresas mais rentáveis do SEE e, ao mesmo tempo, faça avultados investimentos em empresas emergentes concorrentes com a PT, como é o caso da E3G.

A realidade da empresa é «de uma confrangedora desorganização», dizem os comunistas, acusando o Governo de não ter uma política clara em defesa do Sector de Telecomunicações e não assumir as suas responsabilidades de árbitro nas medidas nefastas tomadas pela administração da empresa.

Quanto à administração do grupo PT, a coordenadora do PCP acusa-a de promover «uma gestão confusa e burocratizada» e de prejudicar os interesses da empresa ao reduzir drasticamente o investimento em meios humanos e técnicos e, através da segmentação do grupo por áreas de negócio, facilitar a especulação e a descapitalização da mesma.

Por seu lado, os comunistas da PT defendem a manutenção nas mãos do Estado do controlo das telecomunicações, a unidade orgânica do grupo PT e uma gestão competente e dinâmica que mobilize os meios disponíveis e respeite e valorize o trabalho.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Em causa apoios à modernização Governo enganou comerciantes

No debate de urgência realizado na passada semana por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP sobre o PROCOM (Programa de Apoio ao Comércio), o Governo foi finalmente obrigado a quebrar o pesado e comprometido silêncio a que se remetera nos últimos meses sobre esta matéria.

Não o fez, porém, da melhor forma. Seriam de esperar respostas objectivas e claras, capazes de esclarecer um processo sobre o qual se levantavam legítimas suspeições quanto à lisura da postura governamental. Sobretudo depois de ter sido insistentemente instado a fazê-lo, em diversas ocasiões e por diversas formas, pelo PCP. Mas tal não sucedeu. Às questões levantadas no debate pelo deputado Lino de Carvalho, o secretário de Estado do Comércio não foi capaz de prestar esclarecimentos satisfatórios. Embrulhando-se nas explicações, aquele membro do Executivo não conseguiu desmentir a ideia generalizada de que a operação lançada pelo Governo antes das eleições — acenando com milhões de contos e com a promessa de uma subvenção a fundo perdido aos comerciantes e autarquias que apresentassem projectos de renovação dos seus estabelecimentos e dos respectivos espaços urbanos — mais não foi do que uma operação de aliciamento visando mobilizar simpatias e, por essa via, obter dividendos eleitorais.

Isto porque — e foi isso que o debate confirmou no essencial — já nessa altura o secre-

tário de Estado do Comércio sabia bem que não tinha nem verbas para dar resposta aos efeitos dessa mobilização junto dos comerciantes, nem os serviços dispunham de recursos humanos suficientes para dar resposta aos compromissos assumidos pelo Governo.

Para Lino de Carvalho não restam dúvidas, pois, que se tratou de uma inqualificável manobra pré-eleitoral do Governo PS, que sabia bem que, contrariamente às promessas feitas, não podia homologar no prazo de três meses os projectos apresentados e muito menos pagar no imediato as respectivas subvenções.

Do debate, a que assistiu o presidente da Confederação do Comércio, bem como representantes de várias associações comerciais e comerciantes, resultou entretanto o compromisso do Governo de pagar as subvenções de todos os projectos cujas obras estejam concluídas até final de 1999 e cuja respectiva documentação seja entregue.

Quanto aos restantes projectos, segundo o secretário de Estado, transitarão para o III Quadro Comunitário de Apoio, não havendo no entanto a certeza quanto à suficien-

cia de verbas para corresponder aos projectos pendentes, nem se as taxas de comparticipação serão as mesmas que foram adoptadas no quadro que agora termina.

Uma certeza, essa, tem o Grupo comunista e foi revelada por Lino de Carvalho: o PCP continuará a acompanhar de perto esta questão e em Janeiro próximo, em sede de comissão parlamentar de Economia, chamará o Secretário de Estado do Comércio para fazer um ponto de situação sobre o assunto.



Os comerciantes, a quem o Governo acenou com milhões antes das eleições, estão à espera que aquele cumpra o que prometeu

Respeitar a tradição e a vontade do povo de Barrancos

Estava prevista para ontem, depois de terem sido apreciados na semana transacta, a votação dos diplomas que visam tornar legais as touradas de morte em Barrancos.

Esta questão tinha já sido discutida este ano na Assembleia da República, em Maio, quando foram debatidos os projectos de lei do PS, PCP e PP. Na ocasião, os projectos baixaram à Comissão de Agricultura, sem votação. Ou seja: a questão das corridas de touros em Barrancos não ficou resolvida porque ao PS e ao PSD faltou a coragem política para enfrentar a situação e resolvê-la em definitivo.

Espera-se agora, face às expectativas criadas e às promessas entretanto feitas pelo PS,

que essa vontade política não volte a faltar, como observou no debate o deputado comunista Rodeia Machado.

Isto para que a Assembleia da República não defraude as aspirações do povo barranquenho e «as suas seculares tradições, ancoradas nos usos e costumes de um povo trabalhador e hospitaleiro que, através da sua vivência colectiva, mais não quer do que viver em paz e tranquilidade».

Com esse sentido voltou o Grupo comunista a apresentar o seu diploma. Trata-se, como explicou Rodeia Machado, de «criar um dispositivo legal que acolha a tradição local, e onde esta se tenha mantido desde 1928, como é o caso de Barrancos».

Para o PCP, como fez questão de esclarecer o deputado comunista, não se trata de propor a generalização dos touros de morte em Portugal. Não. O objectivo visado, frisou, é o de que a Assembleia da República «reconheça a legitimidade barranquenha». Por outras palavras, «o que se pretende é que, no respeito por outras sensibilidades, se acolha a diversidade da nossa cultura, não querendo uniformizar o que não é uniformizável».

Daí a absoluta discordância da bancada comunista relativamente ao projecto do CDS/PP, que, em síntese, estabelece um normativo que corresponderia à generalização das corridas de morte em Portugal.

Críticas do PCP mereceu também a iniciativa do Bloco de Esquerda ao propor uma moratória de cinco anos sobre a matéria. Para além de revelar um desconhecimento absoluto sobre a vontade e o querer da população de Barrancos, tal proposta, se aprovada, significaria, na opinião de Rodeia Machado, apenas um adiar do problema por esse período, «um lavar de mãos ao mais puro estilo “quem vier atrás que feche a porta”».

Quanto ao projecto do PS, embora mereça a aprovação dos deputados comunistas, contém aspectos que carecem de melhor avaliação em sede de especialidade.

UNITA de Savimbi responsável pela guerra

O Grupo Parlamentar do PCP acusou a UNITA de Savimbi de ser a responsável pela guerra em Angola e defendeu que Portugal deve nas instâncias internacionais em que participa desenvolver esforços diplomáticos próprios com vista a contribuir activamente para o fim do conflito.

Na responsabilização da UNITA de Savimbi e de quem sustenta a sua máquina militar reside a questão essencial da guerra de Angola, segundo João Amaral, que lamentou a destruição que devasta o país e o rasto de morte e miséria que atinge as suas gentes.

O deputado comunista falava a propósito de um voto de cariz profundamente reaccionário subscrito pelo CDS/PP respeitante a um relatório recentemente divulgado pela instituição «Global Witsesse». Discordando «frontalmente» do teor da iniciativa dos populares, João Amaral, sem deixar de reconhecer que «esta é de facto uma guerra em que se movem os mais poderosos interesses das grandes empresas dos diamantes e dos petróleos», considerou que esta constatação «não pode servir para iludir responsabilidades», isto é, que o «debate internacional sobre Angola é sobre a guerra» e que esta é «da responsabilidade, internacionalmente definida, da UNITA de Savimbi e de quem a apoia».

Por tudo isto, ainda na perspectiva da formação comunista, não pode a Assembleia da República «passar o tempo a pronunciar-se sobre a política interna de Angola com o paternalismo mal-disfarçado que emerge de pretensões neocolonialistas».

Estatuto dos Militares das Forças Armadas

Esta questão foi suscitada a propósito das «imperfeições e erros de concepção» que passam o novo estatuto dos Militares das Forças Armadas, em consequência, no entender de João Amaral, exactamente da «falta de diálogo institucional com organizações representativas dos militares».

Foi na passada semana e estava-se em plena apreciação parlamentar (ratificação), requerida pelo Grupo comunista, àquele estatuto dos Militares e ao decreto-lei que o aprovou, visando introduzir-lhe um conjunto de alterações indispensáveis, do ponto de vista do PCP, à melhoria do seu articulado.

Mas a questão de fundo

nesta matéria prende-se com o facto de o Estatuto dos Militares das Forças Armadas ter sido objecto de alterações em três momentos diferentes que se traduziram na sua revogação e substituição integral em menos de dez anos. Perante esta evidente «instabilidade legislativa», assim lhe chamou, João Amaral interrogou-se sobre as razões de tanta pressa.

Para logo responder: «Quando se olha para determinado leque de alterações que o novo Estatuto dos Militares das Forças Armadas contém é evidente uma desgradação funcional, particularmente em quadros intermédios. Trata-se no fundo de procurar cobrir com uma ina-

ceitável desqualificação as dificuldades criadas às Forças Armadas com o estreitamento da sua base de organização, um serviço militar reduzido ao osso, e agora a ser substituído por profissionais que existirão escassamente e não chegarão para as necessidades».

O sentido global de algumas das «novidades» do novo Estatuto traduzem ainda, na perspectiva de João Amaral, um «certo espírito de desvalorização da condição militar e dos militares». É contra esse espírito e contra essa desgradação funcional, vertido em várias normas, que são dirigidas as propostas de alteração agora apresentadas pela bancada comunista.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

PCP propõe redução dos gastos com medicamentos

Gerir melhor os recursos

Combater interesses ilegítimos

Uma redução substancial dos gastos com medicamentos, com vantagens quer para o Serviço Nacional de Saúde quer para os utentes, tal é o objectivo de um programa proposto pelo PCP e agora vertido em projecto de lei. Entregue na passada semana na Mesa do Parlamento, o diploma estabelece um conjunto de medidas que alteram aspectos do regime de prescrição e de comparticipação, as quais se traduzirão para o SNS numa poupança na ordem das dezenas de milhões de contos por ano e, simultaneamente, em menos custos e mais comodidade para os utentes.

Em vez do actual regime de prescrição e de comparticipação que continuam a favorecer os medicamentos mais caros à custa do SNS e dos utentes, as medidas propostas pelo PCP vão no sentido da prescrição médica por substância activa, nome genérico ou denominação comum internacional, bem como pela implantação de um Formulário Nacional de Medicamentos, acompanhada pelo desenvolvimento do mercado de genéricos e da função de farmácia no âmbito do SNS.

Entendendo que é inaceitável a existência de medicamentos prescritos nos serviços do SNS cujo custo de

comparticipação acaba por ser superior ao que se gastaria com a compra directa e dispensa aos utentes nos próprios estabelecimentos, os comunistas advogam que nestes casos tais medicamentos sejam dispensados gratuitamente, o que se reflectirá igualmente em ganhos substanciais tanto para o SNS como para os utentes.

Todos os ganhos obtidos com a aplicação das diversas medidas preconizadas neste programa, de acordo com o projecto de lei, serão aplicadas no aumento da comparticipação de medicamentos essenciais por parte do Estado.



As medidas propostas pelo PCP permitirão ao SNS uma poupança de dezenas de milhões de contos por ano e, simultaneamente, menos custos e mais comodidade para os utentes

Numa quadro em que grande parte dos recursos do SNS são absorvidos pelos grandes interesses estabelecidos no sector, designadamente os da indústria multinacional de medicamentos, as medidas

agora propostas pelo PCP são um claro exemplo de que é possível administrar melhor os recursos públicos e defender o SNS. Que é possível, concretamente, combater a voracidade dos grandes interesses econó-

micos e o seu favorecimento ilegítimo, atacando, como se salienta no nota preambular do diploma, «o consumo de medicamentos desnecessários, ineficazes e dispendiosos».

Trata-se, em suma, de inver-

ter a actual situação em que a população é penalizada e os recursos do SNS são desbaratados, perante o «embolsar ilegítimo de recursos públicos pelos grandes interesses económicos».

Crise no ensino superior

Levantam-se as vozes contra a ineficácia governativa

A defesa e aperfeiçoamento da autonomia do ensino superior e politécnico, a par da elevação da qualidade e da garantia de financiamento sustentado do sistema público, constituem duas das medidas preconizadas pelo Grupo Parlamentar do PCP para aqueles graus de ensino. Inseridas num conjunto de

medidas por si consideradas urgentes para a reestruturação do ensino superior público e privado, estas propostas foram dadas a conhecer pela deputada comunista Luísa Mesquita em declaração política proferida faz hoje oito dias.

Desse grupo de medidas faz igualmente parte o apoio

ao aperfeiçoamento científico curricular e pedagógico, bem como a necessidade de prosseguir e generalizar os processos de avaliação e acompanhamento das instituições.

Entendendo que o alargamento da frequência do sistema público constitui uma prioridade, para a bancada

comunista importa simultaneamente que seja alargada a acção social escolar, do mesmo modo que urge defender a qualidade do ensino e os direitos educativos dos alunos do ensino privado, qualificando, para o efeito, os recursos humanos e dignificando e valorizando as carreiras docentes.

Esta é a resposta do Grupo Parlamentar do PCP ao que afirma serem os indicadores «muito preocupantes» que continuam a caracterizar o ensino superior. O diagnóstico feito por Luísa Mesquita, a este respeito, não deixa qualquer margem para dúvidas. Continuando Portugal a deter a mais elevada taxa de analfabetos da União Europeia e uma das mais elevadas do mundo, o que é um facto – e foi para ele que a deputada do PCP chamou a atenção – é que «não se vislumbram políticas que considerem a educação como prioridade para o desenvolvimento do País».

O caso do ensino superior, atravessado por uma grave crise que atinge as diferentes academias de Norte a Sul do País, é disso mesmo um testemunho.

«Associações de estudantes, federações e sindicatos de professores, conselho de reitores são unânimes em considerar que a ausência de medidas de financiamento e a desresponsabilização do Estado estão a pôr em risco o ensino superior em Portugal», lembrou Luísa Mesquita.

Dos ecos dessa realidade, que chegam de todo o lado, e das «vozes preocupadas perante a inoperância e a ineficácia do Governo do PS», falou desenvolvimento da deputada comunista. Exemplificando, citou, entre tantos outros casos, o Instituto Politécnico da Guarda, onde os alunos exigiram durante dois meses o início do ano lectivo. Elucidativa é também a situação dos estudantes dos diferentes institutos sociais do país, de quem partiu a denúncia de que a opção por uma licenciatura de Serviço Social obriga à frequência do ensino particular e cooperativo, com o pagamento de propinas elevadíssimas, porque não existem alternativas no ensino superior público.

Situação paradigmática é ainda a da acção social escolar, praticamente inexistente, quer no público quer no privado, como sublinhou Luísa Mesquita, que citou igualmente o caso da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, cujos alunos acusam o Governo de subfinanciar a escola e de ignorar a situação deficitária em infra-estruturas, acção social escolar e corpo docente.

Parlamento aprova voto

Pelo regresso de Elian a Cuba

A Assembleia da República aprovou um voto de protesto pela situação em que se encontra nos Estados Unidos da América a criança cubana Elian González, impedida de retornar ao seio da família e ao contacto com o pai e os avós maternos e paternos. O texto acolheu os votos favoráveis do PCP, PS, BE e PEV, e os votos contra do PSD e PP.

Inicialmente subscrito pelo PCP e depois sujeito a uma ligeira alteração por proposta do PS, o voto considera que «não deve ser colocado qualquer obstáculo que impeça, em realização dos direitos da criança, a possibilidade do reagrupamento familiar e o exercício efectivo das responsabilidades de protecção, educação e tutela por parte do seu pai».

Mais exorta que não deve ser adoptada qualquer restrição à «liberdade de circulação que impenda sobre o pai da criança no sentido de lhe facultar, querendo, a possibilidade da sua deslocação ao exterior para reaver o seu filho».

Depois de recordar as circunstâncias que levaram o pequeno Elian a perder a mãe que pretendia emigrar ilegalmente para os EUA, o texto sublinha que seria de esperar que o governo norte-americano «procedesse de acordo com o que humanamente é justo e está contido na Convenção Internacional dos Direitos da Criança», isto é, que diligenciasse no sentido do imediato transporte para Cuba de «uma criança que, sujeita a uma dura provação, precisa, mais do que nunca, dos seus familiares directos».

Do mesmo modo que seria de esperar, lê-se no voto, «que as insistentes reclamações do pai de Elian pusessem termo à inaceitável utilização do drama de uma criança, como arma de arremesso político, entregando-a a quem tem a responsabilidade e o direito de criar e educar o filho e exercer o direito paternal».

O voto aprovado será enviado às embaixadas dos Estados Unidos e Cuba em Portugal.

Honduras e Nicarágua em diálogo directo

Representantes das Honduras e da Nicarágua encontram-se frente a frente a 29 de Dezembro, em Miami (Florida), para discutir e analisar as possíveis soluções do contencioso marítimo entre os dois países, anunciou segunda-feira Luigi Einaudi, representante especial do secretário-geral da Organização de Estados Americanos(OEA). Einaudi visitou Tegucigalpa e Manágua a semana passada e conseguiu agendar a reunião entre os ministros dos Negócios Estrangeiros das Honduras, Roberto Flores Bermúdez, e da Nicarágua, Eduardo Montealegre. As relações entre os dois países centro-americanos estão tensas desde que o Parlamento hondurenho ratificou um acordo marítimo com a Colômbia, a 30 de Novembro passado, que segundo Manágua a despoja de 130 000 quilómetros quadrados de jurisdição marítima.

Prioridade a África

A presidência norte-americana do Conselho de Segurança da ONU, em Janeiro de 2000, vai começar por dar prioridade às questões africanas, anunciou esta semana o embaixador Richard Holbrooke. «Faremos de Janeiro o mês de África», disse Holbrooke, considerando que de todas as regiões do mundo, «a África é a mais explosiva». O embaixador norte-americano, que efectuou no início de Dezembro um périplo africano centrado no conflito da República Democrática do Congo (RDC), considera que o futuro da ONU depende em grande parte da maneira como vai resolver os conflitos na África central. O diplomata reconhece que a ONU foi lenta a intervir na RDC, mas acrescenta que «não é uma questão de rapidez» o que o preocupa, mas o «fazer bem as coisas». O representante norte-americano afirmou ainda que vai organizar debates públicos no Conselho sobre países em conflito (Burundi, RDC, Angola, Serra Leoa), assim como sobre a SIDA que devasta o continente.

Impasse em Moçambique

À hora do fecho desta edição desconhecia-se ainda o resultado oficial das eleições gerais realizadas de 3 a 5 de Dezembro em Moçambique, após a Comissão Nacional de Eleições (CNE) ter adiado na segunda-feira, último dia legal, a divulgação dos resultados finais, por ainda estar a fazer o apuramento dos votos. «A CNE continua neste momento a trabalhar para que os resultados sejam conhecidos de todos os moçambicanos e da comunidade internacional. Pelo trabalho que estamos a fazer, que é apurado, precisamos de facto de mais tempo para divulgarmos os

Itália

D'Alema sucede a d'Alema

O primeiro-ministro italiano Massimo d'Alema apresentou sábado a sua demissão ao Presidente da República, Carlo Azeglio Ciampi, que segunda-feira o convidou para formar novo governo. Após 432 dias de funções, o 56.º executivo italiano desde o final da Segunda Guerra Mundial saiu de cena para dar lugar ao que a imprensa italiana baptizou de «d'Alema bis».

A crise aberta por d'Alema no seu governo de centro-esquerda visa, segundo afirmou o primeiro-ministro numa intervenção perante a Câmara de Deputados e o Senado, recuperar o espírito que levou a coligação Oliveira à vitória nas eleições de 1996, através de um governo «forte e renovado». Considerando que não dispunha de apoio parlamentar para formar um tal governo, d'Alema jogou a cartada da demissão para forçar as forças políticas de centro-esquerda a conjugar esforços para a formação de uma nova coligação governamental. Segundo afirmou, a Itália deve ter «um governo com condições de poder realizar as reformas necessárias e

possíveis e um parlamento que enfrente com coragem as reformas necessárias», que passam na sua opinião pela reforma geral do Estado e por uma nova lei eleitoral.

O facto de os sete principais partidos da coligação Oliveira (Democratas de Esquerda, Partido Popular Italiano, Democratas, Verdes, Renovação Italiana, ex-democratas cristãos e Partido dos Comunistas Italianos) terem manifestado de imediato o seu apoio à recondução de d'Alema - ao contrário do líder da oposição de direita, Silvio Berlusconi, que reclamou a convocação de eleições gerais antecipadas - retirou qualquer expectativa à mini-crise governamental. Segun-

do escrevia a imprensa italiana no fim-de-semana, a última crise governamental do século em Itália «consuma-se na indiferença», nas palavras do diário económico «Sole-24 Ore». Em artigo de fundo, o jornal considera que «o mexer, do governo, nas areias movediças da sua maioria parece dificilmente compreensível, nem é aceitável por parte dos italianos. E também aos analistas políticos é difícil



Massimo d'Alema

atribuir um significado àque-la que tem todo o aspecto de uma operação arbitrária». Uma opinião não partilhada pelo «Il Messagero», onde o analista Paolo Pombeni escrevia que o projecto político de d'Alema foi e é de reconstruir um governo de partidos, o que é «louvável, segundo muitos», mas «extremamente

difícil de pôr em prática devido à própria natureza da maioria que o apoia». Segundo o mesmo jornal, d'Alema tem uma ideia fixa: continuar primeiro-ministro, contra a vontade dos socialistas.

Crise a pensar em 2001

Despoletada em plena época natalícia, esta estranha crise - inicialmente prevista para Janeiro, após a aprovação do Orçamento para 2000 - obrigou o Presidente Ciampi a uma verdadeira maratona. Logo no domingo foram recebidos os presidentes do Senado e da Câmara de Deputados, os dirigentes dos partidos mais pequenos e a federação separatista Liga Norte. Na segunda-feira foi a vez do grupo O Trevo (coligação dos pequenos partidos - os socialistas do SDI, herdeiros do velho PSI de Bettino Craxi, os republicanos do PRI de La Malfa e os seguidores do UPR do ex-presidente da República Francesco Cossiga - que integravam a maioria governamental, cuja política entretanto passaram a contestar), dos dirigentes da coligação Oliveira, da coligação da oposição Pólo das Liberdades, para além dos três ex-chefes

de Estado vivos, Oscar Scalfaro, Giovanni Leone e Francesco Cossiga.

Se ninguém parece ter dúvidas de que o 57.º governo italiano será um «d'Alema bis», o mesmo não se pode dizer quanto à maior coesão que d'Alema diz pretender alcançar. D'Alema terá de obter a confiança do Parlamento antes de nomear o seu novo gabinete, no qual se vai integrar o partido Os Democratas, fundado este mesmo ano pelo presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, que foi quem de facto abriu a crise para dar novo impulso à coligação Oliveira.

Para o Partido da Refundação Comunista (PRC), a Itália vive uma crise da coligação governamental, mais do que uma crise de governo. Fausto Bertinotti, dirigente do PRC, compara mesmo d'Alema a Giulio Andreotti, o democrata-cristão que foi sete vezes primeiro-ministro da Itália: «A crise é completamente andreottiana», afirma, «porque só o que lhe importa [a d'Alema] é manter-se no poder.»

Num aspecto todos estão de acordo: se a jogada de d'Alema for bem sucedida, está garantida a sua confirmação como candidato da Oliveira nas eleições gerais de 2001.

Luzes no Coliseu

O Coliseu de Roma foi iluminado na sexta-feira, por dois dias, para assinalar a comutação de uma pena de morte nos EUA. Segundo a ministra dos Bens Culturais, Giovanna Melandri, a partir de agora sempre que uma pena de morte for suspensa ou comutada o Coliseu iluminar-se-á interiormente, com os projectores a enviarem para o céu uma luz dourada.

O Coliseu foi iluminado pela primeira vez quando a Albânia aboliu, há cerca de uma semana, a pena de morte, que estava suspensa no país desde 1995.

AI denuncia drama timorense

Mais de 100 mil timorenses continuam presos em «campos de refugiados» controlados por milícias, denunciou segunda-feira em Londres a Amnistia Internacional (AI).

«Os refugiados em Timor-Leste são considerados prisioneiros em alguns campos» e as «suas vidas estão a ser dirigidas pelas milícias que destruíram Timor-Leste», afirma a AI, para quem a vida no território continua sob o constante temor causado pelas milícias que intimidam, usurpam, assassinam e submetem a humilhações sexuais a população civil. A falta de informação sobre a situação e os ataques aos refugiados, adianta a Amnistia, desanimaram muitos timorenses que pretendiam regressar aos seus lugares de residência.

Em comunicado de imprensa, citado pela Lusa, a organização denuncia o deterioração das condições humanitárias nos campos de refugiados, onde a escassa protecção e os baixos níveis de sanidade originam a propagação de doenças como a diarreia crónica e a tuberculose. Segundo a AI, 32 crianças e três adultos morreram no campo de Tua Pukan entre 22 de Novembro e 1 de Dezembro.

Por outro lado, a AI afirma que o acesso ao Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR) e a outras organizações comunitárias está restringido e que o seu pessoal sofre ameaças e ataques quando visitam os campos. A Amnistia apela à comunidade internacional para que não ignore a continuação da crise e não deixe de pressionar as autoridades indonésias a desarmarem os grupos paramilitares.

México

Governo reprime estudantes

Os estudantes mexicanos da UNAM (Universidade Autónoma do México) estão há quase oito meses em greve de protesto contra o ataque à educação pública lançada pelo governo de Ernesto Zedillo no cumprimento dos ditames do Fundo Monetário Internacional.

No passado dia 11, mais de 600 activistas do Conselho Geral de Greve manifestaram-se frente à embaixada norte-americana na Cidade do México, numa iniciativa em que se pronunciaram pela amnistia de Mumia Abu Jamal, o jornalista negro condenado à morte pela justiça dos EUA, e saudaram as manifestações de trabalhadores, estudantes e ecologistas realizadas durante a reunião da Organização Mundial de Comércio (OMC) em Seattle, nos Estados Unidos. Quando os estudantes se retiravam, após uma marcha que decorreu sem incidentes, os granadeiros (policia antimotim) do governo da capital mexicana carregaram sobre os

manifestantes, perseguindo-os e atacando-os nos locais onde se refugiavam. A brutal repressão saldou-se em 98 activistas estudantis presos, entre os quais 27 menores de idade, e seis estudantes hospitalizados. Vários jornalistas foram igualmente agredidos pela polícia.

Segundo informação do Conselho Geral de Greve (CGG), os estudantes presos foram transferidos para a penitenciária do Estado no passado dia 13, não havendo da parte do governo qualquer sinal de pretender libertá-los. Entretanto, o representante legal da embaixada norte-americana apresentou uma queixa por alegados danos materiais sofridos.

O CGG responsabiliza o governo mexicano (do Partido da Revolução Democrática - PRD) e o governo federal pelo ocorrido, e decidiu suspender o processo de diálogo com as autoridades universitárias até à libertação dos seus companheiros presos. Paralelamente,

o CGG decidiu implementar um plano de luta em defesa dos presos, iniciado com uma marcha, no dia 13, do Monumento à Revolução até à Câmara dos Deputados. Também os alunos da Preparatória 2 (escola pré-universitária) se solidarizaram com o protesto levando a cabo uma greve de fome e um bloqueio de avenidas que culminou no dia 16 de Dezembro numa mega marcha da Secretaria de Relações Exteriores à Embaixada dos Estados Unidos.

Os estudantes mexicanos apelam à solidariedade nacional e internacional com a sua luta contra a destruição da educação pública e pela libertação imediata dos seus companheiros presos. As mensagens de solidariedade devem ser enviadas para o Consejo General de Huelga (CGH): cgh@unam.8m.com; para a Comisión contra la represión del CGH: solidaridadunam@yahoo.com; e para a Secretaria de Gobernación del Gobierno Mexicano: segob@rtm.net.mx.

Rússia Comunistas ganham eleições mas perdem influência na Duma

O Partido Comunista russo foi o partido mais votado das eleições legislativas de domingo na Rússia. De acordo com os resultados disponíveis no encerramento desta edição, quando estavam escrutinados mais de 84 por cento dos votos, os comunistas alcançaram 24,2 por cento dos votos, à frente do Bloco Unidade (23,4 por cento), o partido criado pelo Kremlin para lançar a candidatura do primeiro-ministro Vladimir Putin às eleições presidenciais de Junho do próximo ano.

O Kremlin e a «família Ieltsin» estão satisfeitos com os resultados eleitorais apesar da vitória dos comunistas, já que embora estes tenham melhorado percentualmente o seu resultado em relação às eleições de 1995, subindo dois pontos, o seu número de deputados diminuiu. Ao contrário do que sucedeu há quatro anos, em que apenas quatro partidos conseguiram atingir a fasquia dos cinco por cento, mínimo exigível para eleger deputados, este ano foram seis os partidos a conseguir representação na Duma.

Para além dos comunistas e do Bloco Unidade, têm representação parlamentar a coligação A Pátria é Toda a Rússia (12,6 por cento), a União de Forças de Direita (8,7 por cento, que tal como o Bloco Unidade também fez campanha por Putin), o Bloco Jirinovski e o Iabloko, ambos com pouco mais de seis por cento.

Estes resultados, tendo em conta as previsíveis alianças que se vão estabelecer, fazem prever que a próxima Duma estará mais em consonância com o Kremlin, o que abre a porta a toda uma série de reformas que os comunistas e os seus aliados lograram impedir na anterior legislatura, como a da reforma fiscal e a propriedade privada da terra, ou

ainda a ratificação do tratado START II.

A administração norte-americana não escondeu a sua satisfação pela «vitória do Kremlin»,

das» terem «conquistado cerca de metade dos votos». «Esperamos (ver) uma Duma pragmática, menos ideológica», acrescentou.

O apoio de Washington às forças reunidas em torno da candidatura de Putin à presidência russa tinha ficado já claro na reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros do G-8 realizada a semana passada em Berlim. Na ocasião, enquanto a secretária de Estado Madeleine Albright sublinhava a necessidade de manter uma «relação funcional» com a Rússia a longo

prazo, o subsecretário de Estado, Strobe Talbott, deixava claro que Washington estava disposta a apoiar Putin e a não levantar grandes questões em relação à Tchetchénia, esperando em troca que Moscovo reveja a sua

posição contra a revisão do tratado ABM (mísseis balísticos), com que os EUA pretendem regressar aos planos da chamada «guerra das estrelas» (criação de um «guarda-chuva» nuclear sobre o seu território). A Rússia tem rejeitado rever o tratado de desarmamento e já ameaçou os EUA de se lançar numa nova corrida armamentista caso Washington prossiga os seus planos.



Manifestação de reformados em Moscovo, uma semana antes das eleições, pelo aumento das reformas num país onde continuam a degradar-se as condições de vida da maioria da população

trados nas presidenciais de Junho. Se até lá não cair em desgraça, como sucedeu a tantos dos «protegidos» de Ieltsin, e se a guerra na Tchetchénia for resolvida a contento, Putin será um candidato de peso.

trados nas presidenciais de Junho. Se até lá não cair em desgraça, como sucedeu a tantos dos «protegidos» de Ieltsin, e se a guerra na Tchetchénia for resolvida a contento, Putin será um candidato de peso.

trados nas presidenciais de Junho. Se até lá não cair em desgraça, como sucedeu a tantos dos «protegidos» de Ieltsin, e se a guerra na Tchetchénia for resolvida a contento, Putin será um candidato de peso.

Principais partidos

Às eleições legislativas da Rússia concorreram 26 formações políticas, mas apenas seis conseguiram ultrapassar a barreira dos cinco por cento, mínimo exigido para conseguir representação parlamentar. De acordo com a lei eleitoral russa, apenas 225 dos deputados (metade da Duma) são eleitos pelo sistema proporcional; os restantes 225 são eleitos por maioria nos círculos uninominais (um por cada círculo).

São as seguintes as principais forças políticas:

Partido Comunista da Federação da Rússia - Dirigido por Guennadi Ziuganov, é a principal organização política do país e a única com implantação a nível nacional.

Bloco Unidade - Liderada pelo ministro para as Situações de Emergência, Serguei Choigu, é uma formação criada há dois meses pela «família Ieltsin».

União de Forças de Direita - Coligação encabeçada pelo ex-primeiro-ministro Serguei Kirienko e o ex-vice-chefe de governo Boris Nemtsov, declaradamente direita, pró-ocidental e pró-governamental. A Pátria é Toda a Rússia - Organização de apoio ao presidente da Câmara de Moscovo, Iuri Lujkov, que apresentou como cabeça de lista o ex-primeiro-ministro Yevgueni Primakov.

Iabloko - Formação que se afirma pró-ocidental e reformista, dirigida por Gregori Iavlinski, o «pai» das reformas económicas.

Bloco Jirinovski - Novo nome dado ao Partido Liberal Democrático após a sua exclusão pela Comissão Eleitoral Central. Trata-se de uma formação ultranacionalista bem à imagem do seu peculiar dirigente.

resultados», disse em conferência de imprensa o presidente da CNE, Jamisse Taimo, explicando que o órgão ainda está a reverificar os editais informatizados nas províncias, nomeadamente de Nampula (última província) com a análise dos votos nulos e reclamados. Moçambique vive num ambiente de tensão desde que a Renamo se auto-proclamou vencedora das eleições (o que contraria os resultados parciais oficiais divulgados) e anunciou que não aceitará outro resultado que não seja a vitória.

Eleições

no Sri Lanka

Cerca de 11,5 milhões de votantes foram terça-feira às urnas no Sri Lanka para escolher um novo presidente da República, em eleições antecipadas marcadas pelos atentados de sábado em que morreram 33 pessoas. A própria presidente, Chandrika Kumaratunga, que se recandidata ao cargo, foi um dos muitos feridos num dos atentados, podendo vir a perder a visão do olho direito. O atentado à bomba que feriu a presidente foi perpetrado por um atacante suicida, uma mulher presumivelmente ligada aos separatistas tameses, e fez 22 mortos. O segundo, à granada, visou um comício eleitoral do Partido Nacional Unido, PNU, a principal força política da oposição, e causou a morte de 11 pessoas. No total, os observadores independentes registaram cerca de 800 actos de violência ao longo dos 30 dias da campanha eleitoral. As eleições foram disputadas por candidatos de 10 partidos, mas os favoritos são Chandrika e o líder do Partido Nacional Unido, PNU, Ranil Wickremasingue.

Russos controlam aeroporto de Grozni

As tropas russas detêm desde o início da semana o controlo total do aeroporto civil de Grozni, a capital da Tchetchénia, informou o Ministério da Defesa. O aeroporto situa-se poucos quilómetros a norte de Grozni. O exército russo completou entretanto o seu dispositivo de bloqueio da fronteira leste da Tchetchénia, partilhada com o Daguestão, para impedir qualquer fuga de combatentes tchetchenos pelas montanhas. «A via está cortada, para o fornecimento de armas, para a passagem de mercenários e para a fuga dos grupos de bandidos de Grozny», declarou o general Trochev, comandante da operação. O Ministério de Defesa russo desmentiu entretanto que as forças tchetchenas tenham retomado o controlo da estrada que liga o território à Geórgia através das zonas montanhosas do Sul, garantindo que a mesma continua sob controlo russo.

Encontro em Chipre



O II Encontro Mediterrânico das Forças de Esquerda, organizado pelo AKEL - Partido Comunista de Chipre - realizou-se em Limasol entre 10 e 12 de Dezembro.

No Encontro, em que participaram 46 delegações de 26 países, estiveram em debate os seguintes temas: a política da defesa na Europa e no Médio Oriente, a guerra na Jugoslávia, o papel da ONU, NATO, OSCE; a crise de Chipre motivada pela ocupação turca do norte da Ilha; e o fosso Norte/Sul.

O PCP fez-se representar por Domingos Lopes, membro do Comité Central.

Cuba em luta por Elian Gonzalez

O Parlamento cubano solicitou esta semana o apoio de todos os Parlamentos, governos e partidos políticos de todo o mundo para reclamar o regresso a Cuba de Elian Gonzalez, a criança de seis anos retida nos Estados Unidos, à guarda de familiares, depois da morte da mãe no naufrágio de uma embarcação de emigrantes clandestinos ao largo da Florida no final de Novembro. Numa declaração conjunta e na presença do presidente cubano, Fidel Castro, os 600 delegados da Assembleia Nacional exigiram dos Estados Unidos «que o rapto de Elian Gonzalez acabe de uma vez por todas». Este pedido foi também dirigido às Organizações não governamentais espalhadas pelo mundo, ao Secretário Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, ao Presidente da Assembleia Geral da ONU e ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O pai e os avós do pequeno Elian estavam presentes no Parlamento.

Na ocasião, Fidel Castro afirmou que «a batalha» pela devolução de Elian «é uma das mais importantes que se travou em Cuba» e garantiu que no país «existe força para prosseguir este combate», que «vai durar o tempo que for necessário».

Entretanto, cerca de 20 000 pessoas concentraram-se anteontem em frente da Secção de Interesses dos Estados Unidos, em Havana, para exigir a devolução de Elian. Durante a concentração, que durou duas horas, discursaram vários estudantes e personalidades, como o escritor e deputado cubano Miguel Barnet.

Transição de Macau O fim do império português

A passagem de Macau para a China também foi comemorada em festejos populares

Com a substituição da bandeira portuguesa pela chinesa, Macau foi entregue à China e Portugal viu o seu império terminar. À meia noite de segunda-feira, o território passou a constituir uma Região Administrativa Especial, 442 anos depois de ter sido concedido à coroa portuguesa o seu contrato de arrendamento em troca da luta contra os piratas. A despedida foi emocionada, mas o que fica da cultura e da presença portuguesa? A socióloga Conceição Gomes defende que não será muito.

A emoção pautou as cerimónias de transição, que incluíram a condecoração de 29 personalidades ligadas a Macau e um banquete oficial com quase 2500 convidados. O Governador Rocha Vieira cede o seu lugar a Edmund Ho à frente do território, cuja governação se baseará nos próximos 50 anos

na Declaração Conjunta assinada pelos governos de Portugal e da China.

Até 2049, os poderes executivo, legislativo e judicial permanecem independentes (incluindo o julgamento em última instância) e continua a existir autonomia económica e um território aduaneiro separado. O chinês

torna-se a língua oficial, embora os acordos garantam a sua igualdade com o português.

Na tarde de segunda-feira, 500 soldados chineses entraram em Macau através da fronteira das Portas do Cerco, percorrendo algumas zonas mais populosas da cidade. A futura guarnição do território terá o dobro dos efectivos. Para o Presidente Jian Zemin, a entrada das tropas chinesas «é um importante símbolo de que a China reassumiu o exercício da soberania» sobre Macau.

Sampaio: nova etapa numa amizade antiga

Jorge Sampaio, no seu discurso na cerimónia oficial da



transferência de poderes de Macau, reafirmou o seu «empenho solidário no futuro território» e considerou que o acordo entre Portugal e a China representa «uma forma sensata e pacífica» de os dois países «prosseguirem uma nova etapa no seu relacionamento velho de séculos, mudando o que era exigido pelas novas realidades e mantendo o que faz de Macau uma realidade singular.»

Sublinhando «o compromisso firme de que os habitantes do território continuarão a gozar dos direitos, liberdades e garantias que são património da sua maneira de viver e fizeram a singularidade e a prosperidade desta terra», o Presidente da República referiu que Macau «passará para o próximo século, sob a bandeira da República Popular da China, em estatuto de respeitosa convivência entre modelos sociais, que a fórmula “um país dois

sistemas” veio expressar sem reticências.»

«É com esta cidadania universal de valores e de direitos que Macau se manterá no encontro entre a Europa e a Ásia. Com isso, continuará Macau a vocação secular de mediador na encruzilhada de gentes, civilizações e interesses, e, por essa via, a reforçar a sua identidade própria», sublinhou Sampaio.

Zemin: um país, dois sistemas

«Conforme a tendência histórica, as partes chinesa e portuguesa conseguiram realizar, através dos esforços conjuntos, a transição estável e a transferência bem sucedida de Macau», afirmou por seu lado o Presidente chinês, Jian Zemin, garantindo que «os

residentes de Macau são, todos, donos desta terra e gozarão, em pé de igualdade, dos direitos e das liberdades assegurados pela lei, independentemente da sua raça e convicção.»

«Guiado pela grande concepção de “um país, dois sistemas” formulada por Deng Xiaoping, o Governo chinês resolveu, com êxito, a questão de Hong Kong e Macau. Isso constitui, para o povo chinês, um enorme avanço na sua grande causa da reunificação da pátria. A prática de “um país, dois sistemas”, em Hong Kong e Macau, desempenha e desempenhará um papel exemplar de grande relevância para a solução definitiva da questão de Taiwan. O Governo e o povo chineses têm a confiança e a capacidade para resolver, quanto antes, a questão de Taiwan e concretizar a reunificação completa da China», considerou o Presidente chinês.

João Amaral no Parlamento Aprofundar as raízes da amizade

O deputado comunista João Amaral, falando na Assembleia da República na semana passada sobre a transferência de soberania do território de Macau, sublinhou que «não estamos a celebrar o fim de uma era», mas sim a «assinalar solenemente a continuação de uma amizade de raízes fundas».

João Amaral afirmou que as decisões adoptadas tiveram por base o consenso nacional: «a opção pela autonomia orgânica e funcional, pela localização, pelo desenvolvimento de infra-estruturas que faltavam, pelo levantamento de uma arquitectura jurídica e judicial então incipiente, pela promoção da língua portuguesa, então em baixíssimo grau de presença, pela preservação do património macaense, quer chinês, quer de origem portuguesa.»

«Olhamos para o passado sem saudades do Império. Deixamos esse encargo a outros. Os Impérios são o domínio de povos por outros povos. Todos os Impérios se fazem em nome do “Bem” e do “Progresso”, todos deixam atrás de si um terrível lastro», afirmou João Amaral.

«Macau não foi a característica colónia do Império, foi o porto do encontro. Serviu a China

como porta para as relações externas. Serviu os portugueses como plataforma para o comércio do Extremo Oriente até ao Japão», considerou o deputado comunista.

«É justo que aqui se distinga Portugal. No seu começo, no século XVI, Macau não nasceu na ponta da baioneta. Nasceu na vertigem do comércio, e o comércio é uma das maiores realizações humanas. Cresceu no conhecimento, nas transferências de produtos e de tecnologias. Viveu o século XX como porto de abrigo. Foi assim porto de comércio, porto do encontro de culturas, porto de transferências, porto de abrigo. O sítio chinês da história de Portugal. O porto português da história da China», defendeu.

João Amaral sublinhou a confiança em relação ao futuro sentida por todos e afirmou que esta radica em factos concretos, nomeadamente na via negocial seguida (defendida pelo PCP desde o seu VI Congresso, em 1965), na Declaração Conjunta, nos mecanismos jurídicos, económicos e sociais instituídos e na vontade de cooperação de todas as partes.

A herança portuguesa

Muito se tem falado sobre a presença portuguesa em Macau. Os símbolos oficiais foram retirados mas a alma e a cultura perduram, repetem dirigentes e jornalistas. Mas, olhando para os dados, salta à vista que dos 430 mil habitantes 97 por cento são chineses. E muitos dizem que pouco ou nada se identificam com Portugal.

A socióloga Conceição Gomes, autora do livro «Macau: o Pequeníssimo Dragão» que escreveu conjuntamente com Boaventura Sousa Santos, defendeu recentemente numa entrevista à revista alemã «Transvia» que pouco vai ficar de Portugal no território.

E aponta razões: «A administração portuguesa depois do 25 de Abril podia ter feito mais. Devia ter tido há mais tempo a preocupação de dar atenção à população de Macau para criar condições que permitissem uma autonomia em relação à China, e que alguma influência da cultura portuguesa pudesse perdurar.»

«Qual é a garantia de manutenção do sistema jurídico? O Código Civil português foi publicado em chinês há três ou quatro meses. Nestas condições estou pessimista», afirmou Conceição Gomes, citada pela Lusa.

O seu livro, que partiu de um estudo socio-jurídico realizado em Macau por encomenda do antigo governador Carlos Melancia, revela que a maioria da população macaense recorre muito pouco aos tribunais para resolver os problemas. «É uma administração que funciona em português para 97 por cento da população chinesa, que não fala português», afirma, explicando que aceder à Justiça é um processo caro e complicado visto envolver intermediários de ambas as línguas.

Para agravar a situação, o Código Penal que vigorou em Macau até 1996 foi o Código Penal português do século passado, que em Portugal já não estava em vigor. «Andava-se a operar com leis estranhas àquela comunidade, e que também não faziam nenhum sentido num contexto ocidental e português», diz a socióloga.

As reportagens de jornalistas estrangeiros no território referem mesmo o desejo da passagem de Macau para a China, esperando que o novo governo ponha fim ao crime organizado, às tráfades e à prostituição e citam habitantes de Macau que acusam Portugal de ter fechado os olhos aos problemas e de só se terem preocupado nos últimos 15 anos.

JCP Encontro Nacional do Secundário JCP defende ensino de qualidade

Coimbra foi palco, no sábado, do 7.º Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP sob o lema «Mais Intervenção, Revolução na Educação», uma iniciativa que juntou centenas de estudantes comunistas e que contou com a participação de Luisa Araújo, da Comissão Política do PCP. O encontro constitui o ponto de partida para uma intervenção mais forte da JCP e dos seus militantes nas escolas. No fim, a cidade encheu-se de bandeiras vermelhas e ouviu as palavras de ordem dos jovens pedindo uma sociedade nova.

A política educativa e a organização e a actividade da JCP foram os dois principais temas discutidos no Encontro, num debate que permitiu a troca de experiências e opiniões e que definiu as linhas de orientação para os próximos anos.

O descontentamento dos estudantes em relação ao Governo foi o tópico dominante, constando a sua «política educativa de direita, orientada pelo capitalismo, que põe de parte os pro-

blemas reais, direitos, aspirações e necessidades» dos jovens.

E muitos foram os pontos criticados: as más condições humanas e materiais das escolas, a falta de educação sexual, o regime disciplinar e as suas medidas de repressão, o novo diploma de autonomia administrativa e gestão escolar, os *numerus clausus* e a alteração do regime de acesso ao ensino superior, a quase inexistente avaliação contínua e o processo

burocrático em que está envolvida a legalização das associações de estudantes.

«É contra tudo isto que temos desenvolvido a nossa intervenção nas escolas do país, defendendo, de mãos dadas com os estudantes do ensino básico, uma escola nova, mais justa, mais fraterna e solidária, onde existam as condições necessárias para uma efectiva formação profissional e pessoal, onde haja educação sexual e planeamento familiar, onde se dê voz aos estudantes e às suas reivindicações. Para que nós participemos na construção desse espaço, onde aprender a viver e a pensar seja uma realidade», afirmam os jovens comunistas.

Os participantes na iniciativa defenderam ainda a necessidade de criar empregos dignos e com direitos e manifestaram a sua solidariedade com o norte-americano Mumia Abu-Jamal.

EM FOCO



Multinacionais ameaçam os povos de todo o mundo

João Vieira foi um dos poucos portugueses que participou nas manifestações em Seattle contra a Organização Mundial do Comércio. Juntamente com Ana Gonçalves, da Associação de Agricultores do Porto, João Vieira representou naquela cidade americana a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), que há muito vem alertando para os perigos da liberalização do comércio dos produtos agrícolas.



Entrevista com João Vieira

O alarme soou em Seattle



Texto
Carlos
Nabais

Fotos
Jorge Caria
e arquivo

Multinacionais ameaçam os povos de todo o mundo

O alarme soou em Seattle

Entrevista com João Vieira



Os acontecimentos de 29 de Novembro a 3 de Dezembro em Seattle impressionaram quer pela dimensão das manifestações com gente de todo o mundo quer pelas imagens de violência e repressão policial que infelizmente lhe estiveram associadas. Foste alvo de repressão ou de violência?

Não. A grande manifestação de 30 de Novembro, que impressionou o mundo ao reunir mais de 60 mil pessoas e mil organizações não governamentais de vários países, decorreu de forma pacífica. Esta manifestação partiu de um campo de futebol, onde se concentraram milhares de americanos e canadianos e as delegações estrangeiras, e foi organizada e encabeçada pela confederação dos sindicatos americanos AFL-CIO.

Os actos de violência aconteceram já depois do grosso dos manifestantes ter destruído e foram provocados por grupos isolados que agiram dia e noite por sua própria iniciativa. Refira-se que as manifestações sucederam-se durante toda a semana promovidas pelas mais diversas entidades e grupos.

Na quarta-feira, dia 1 de Dezembro, ainda participei numa outra manifestação, juntamente com as delegações das organizações de agricultores, que foi convocada e encabeçada pela Igreja Metodista Americana. Desta vez a concentração fez-se num templo – um enorme anfiteatro, sem imagens religiosas, com capacidade para milhares de pessoas.

A violência foi gerada por grupos infiltrados com fins provocatórios?

Não posso afirmar isso ao certo, mas é um facto que nestas coisas há sempre quem se integre para partir vidros e causar distúrbios, o que acaba por desvalorizar os objectivos dos manifestantes. A verdade é que no dia seguinte à grande manifestação todas as montras do centro de Seattle estavam cobertas com painéis de madeira, situação que se manteve toda a semana.

A televisão mostrou imagens de manifestantes que estavam sentados e não propriamente a partir montras, a serem arrastados para dentro de carrinhas.

Isso aconteceu com manifestantes que durante toda a semana não arredaram pé do hotel onde estavam alojados os ministros. A polícia interveio na sequência de distúrbios e destruições, mas também pagaram alguns justos por pecadores.

As organizações promotoras condenaram os espancamentos da polícia e as 600 prisões efectuadas. Entre os detidos havia muitos que tiveram um comportamento curioso: não traziam qualquer identificação, todos davam o nome de John WTO (as iniciais de World Trade Organization – Organização Mundial do Comércio). Isto indica que estavam muito bem organizados.

Por quem?

Segundo creio saber, trata-se de uma organização denominada Acção Global dos Povos, que tem grande peso na Índia e costuma evidenciar-se neste tipo de momentos. À primeira vista o seu objectivo central é a luta contra as multinacionais e contra o seu órgão principal – a Organização Mundial do Comércio. Mas nós discordamos da sua forma de agir, que frequentemente degenera em actos de violência que desvalorizam os objectivos do protesto.

Já assim foi em Genebra, há dois anos, quando atacaram as montras dos principais bancos, notícia que no dia seguinte ocupou as primeiras páginas dos principais jornais. A nosso ver isso é negativo porque o objectivo da manifestação é demonstrar que a violência vem da OMC.

A CNA esteve em Seattle a convite de alguma organização americana?

A delegação da CNA foi convidada por uma organização de agricultura familiar americana, como membros da Coordenadora Agrícola Europeia, em Bruxelas, e da Via Campesina, que é uma organização internacional que coordena todo este movimento, com grande peso na Ásia e na América Latina, onde os camponeses continuam a representar entre 80 a 90 por cento da população.

Os partidos políticos ficaram de um modo geral arredados dos acontecimentos de Seattle. Esta é uma luta apenas das orga-

nizações não governamentais, sindicatos e associações profissionais?

Acho que não. Mas nesta fase é um facto que são as organizações de massas e populares (sindicatos, associações de agricultores e sobretudo organizações não governamentais) que estão a agarrar esta questão.

Desde a guerra do Vietname que os EUA não conheciam movimentações sociais desta envergadura. Acha que está a nascer uma nova consciência social nos Estados Unidos que leva sindicatos e as mais diversas organizações a tomarem posições mais avançadas?

Essa nova consciência social já existe, a própria manifestação testemunha-o. Por outro lado, organizações americanas de agricultores e de vários quadrantes agradeceram a presença das delegações estrangeiras, em particular da Europa, pelo apoio e o estímulo que lhes deram na realização desta grande manifestação, cuja necessidade há muito sentiam. Penso que alguma coisa está a mexer na sociedade americana para que as pessoas sintam a necessidade de se manifestar.

A grande lição de Seattle

É ponto assente que em Seattle marcaram presença todo o tipo de organizações e grupos levantando as mais diversas bandeiras. Contudo, tomando só o caso das organizações de agricultores, interrogo-me se todas lá estariam em defesa dos mesmos interesses. Ou seja, é difícil conceber que os interesses dos agricultores norte-americanos coincidam com os dos camponeses sul-americanos, africanos ou indianos.

Essa é a grande lição de Seattle. Ali os povos fizeram história ao caminharem para uma convergência na luta contra a desregulamentação das trocas comerciais.

Falei com um português já nascido nos EUA que reside na Califórnia onde tem uma exploração com 900 vacas leiteiras. Para que se perceba, em Portugal, 200 vacas já é uma grande exploração. No entanto, hoje nos Estados Unidos aquela é uma exploração familiar comparável a uma no nosso país com 50 vacas. Apesar das diferenças evidentes de dimensão e produtividade, ambos os agricultores enfrentam hoje grandes dificuldades.

Donde vêm as dificuldades desse agricultor americano?

Hoje os problemas da agricultura resultam da política das multinacionais, de descida sistemática dos preços em todo o mundo, em benefício da agro-indústria e da grande distribuição. Isto afecta todos os produtores, qualquer que seja o sector, dimensão ou nível de desenvolvimento.

Posso relatar outro caso de uma agricultora canadiana que tem 500 hectares de cereais. Segundo me afirmou o rendimento da propriedade mal dá para sustentar a família. Por isso esteve em Seattle, tal como muitos outros agricultores, grande e pequenos, a lutar contra um adversário comum – a liberalização do comércio, que começa a atingir mesmo camadas que eram consideradas privilegiadas. Constatou-me que em Seattle até estavam latifundiários brasileiros...

A baixa de preços tem sido assim tão acentuada?

Temos que ver uma coisa. A competitividade, ratoeira na qual caíram os agricultores norte-americanos, implica dimensão da propriedade; ultramecanização; ultraproductividade; construção de instalações; automatização dos processos. Numa palavra, exige grandes investimentos que foram calculados com base em determinados preços à produção. Contudo, as multinacionais puxaram-lhes o tapete debaixo dos pés, diminuindo-lhes os preços. Por isso entraram em crise não conseguindo rentabilizar os investimen-

tos efectuados. Ouvimos agricultores dizerem que não conheciam uma crise assim desde os anos 30.

Cheguei a perguntar ao tal português da Califórnia: mas se tu com 900 vacas estás a dizer que tens dificuldades, então quem é que na América consegue sobreviver? Aqueles que têm sete mil vacas, respondeu-me. O problema é que, se calhar, daqui a 20 anos as sete mil vacas já não chegam.

Isto leva-nos ao cerne da questão: será verdade que o caminho para o agricultor português para vencer no mercado actual é tomar-se competitivo, como tão insistentemente se diz? Qual será o limite dessa competitividade?

A pequena dimensão e baixo nível de desenvolvimento da agricultura portuguesa faz pensar que já está fora deste jogo.

Passamos de facto por grandes dificuldades que têm aumentado desde Marraqueche em 1994, onde foi criada a Organização Mundial do Comércio, em substituição do GATT. É aí que as multinacionais conseguem integrar a agricultura no comércio mundial. Penso que em Portugal se discute pouco o assunto e até dá ideia que não se fala para não «incomodar». Mas se os americanos, com a sua dimensão, protestam contra a OMC, então muito mais razões têm os agricultores portugueses para o fazer.

Nós apanhámos tudo que se ao mesmo tempo. Primeiro foram as restrições impostas pela União Europeia e agora já estamos na fase da mundialização. As pessoas têm dificuldade em reagir porque pensam que Organização Mundial do Comércio não lhes diz respeito. Agricultura não é comércio.

Quais são as reivindicações da CNA face à OMC?

A CNA quer que a agricultura seja retirada da OMC. A agricultura produz alimentos e estes não são uma mercadoria qualquer que possa ser negociada como se negocia um televisor, um frigorífico ou um automóvel. Obedece a uma especificidade e terá de ser negociada em condições próprias. O grande problema é que as multinacionais consideram os produtos agrícolas como outros quaisquer.

Exigimos também que seja abolida a cláusula que dá acesso a cinco por cento dos mercados às exportações das multinacionais. Esta cláusula foi estabelecida em Marraqueche e obriga os Estados a abrir pelo menos cinco por cento dos seus mercados. Pode não parecer muito mas é o suficiente para desestabilizar o mercado interno a nível de preços.

Outra das reivindicações feitas em Seattle é que cada país deverá ter direito à sua soberania alimentar e não estar dependente daquilo que os outros lhe querem fornecer.

Pensas que alguns países podem ficar à mercê das multinacionais?

Se as agriculturas nacionais forem arruinadas, as multinacionais ficam em posição para poder usar a arma alimentar contra os povos. Há muitos países do terceiro mundo que estão submetidos pela «boca» porque não produzem nada. A própria ajuda alimentar é nalguns casos uma forma de dominação.

Com regras mais claras e consensuais a OMC poderia ter um papel positivo?

Há quem diga que é preciso democratizar a OMC, dar-lhe transparência, fala-se mesmo na criação de um tribunal para julgar a OMC. Mas quem serão os juizes que vão julgar as multinacionais?

A vitória dos manifestantes

Ficou-nos a ideia de que a Conferência de Seattle terminou num fracasso. Foi uma vitória dos manifestantes e uma batalha ganha na luta com a OMC.

Foi certamente uma vitória dos manifestantes, mas sabemos que as multinacionais não vão desistir dos seus objectivos. Nem o governo americano nem os negociadores contavam com tal manifestação e ela foi factor determinante para o fracasso da Conferência, na medida em que influenciou e reforçou as posições de alguns países que queriam impor um outro rumo às negociações, por exemplo os negociadores africanos. Estes sentiram-se confortados com o que se estava a passar na rua e ganharam



“Depois de Seattle, as pessoas vão começar a interrogar-se sobre a OMC e a perceber quais são os seus objectivos e de que modo vai interferir na vida de todos os sectores. É apenas uma questão de tempo.”

força para impor os seus argumentos. Por isso, a Conferência terminou na sexta-feira à noite sem acordo sobre coisíssima nenhuma.

Nada foi acordado?

Nada. O discurso de Clinton é disso a prova, quando disse que era preciso «compreender os manifestantes». Teria ele tido aquele discurso sem a manifestação? É evidente que não. Como toda a gente, foi surpreendido e é por isso que Seattle foi um passo importante, um passo histórico, para a próxima ronda das conversações que começa já em Janeiro.

Os agricultores representavam uma parte importante dos manifestantes?

Não. Nos EUA e no Canadá o número de agricultores é muito reduzido. Por isso penso que no futuro as manifestações de agricultores deverão fazer-se conjuntamente com outros sectores, até porque a alimentação e a agricultura passaram a ser uma questão de sociedade.

O que é isso de a agricultura e da alimentação passarem a ser um questão de sociedade?

As multinacionais estão a impor um modelo de agricultura industrial altamente concentrado que elimina a agricultura familiar e tradicional que produz de acordo com a natureza.

Mas talvez seja a única forma de podermos comer todos bife...

Não é verdade. Isso é o que dizem os defensores do modelo agro-industrial que fracassou em Seattle. Se aqueles que se

industrializaram lá estavam a gritar significa que o modelo não tem futuro.

Os efeitos da agro-indústria

Mas quando dizem que se trata de uma questão de sociedade é também por que está em causa a saúde pública e o meio ambiente?

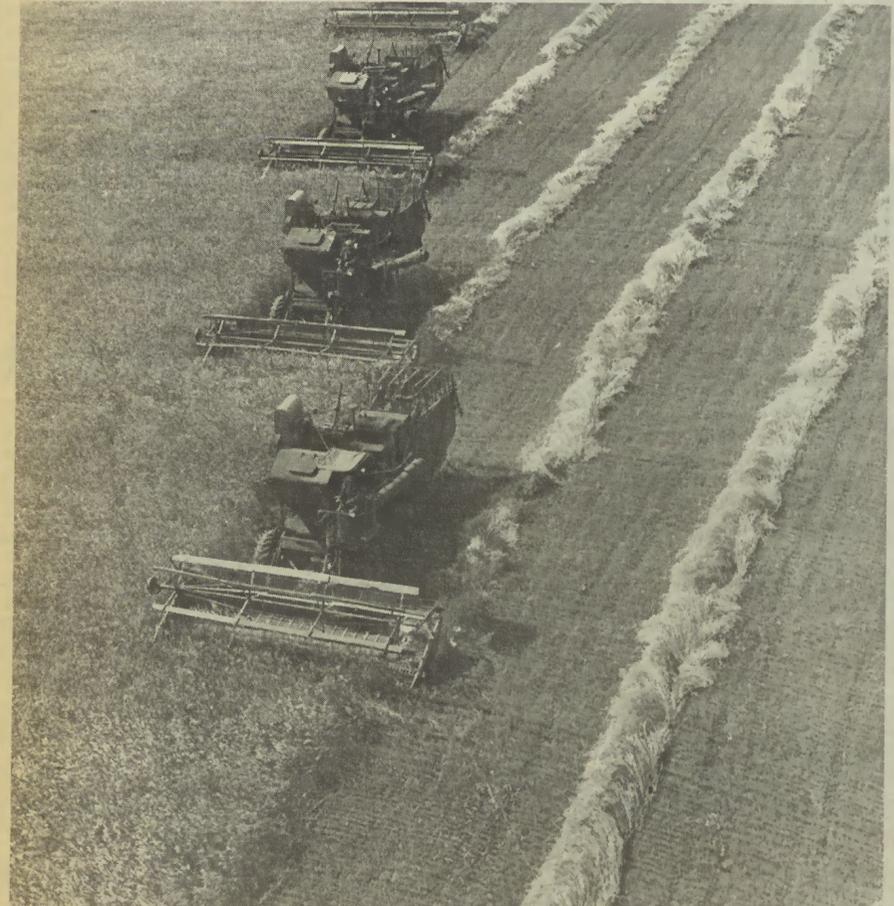
Exactamente. Temos hoje provas nesse sentido. Os frangos com dioxinas, os ovos com salmonelas, a carne com BSE, os porcos com antibióticos, as sementes geneticamente transformadas, etc. Tudo isto não é produção de uma agricultura familiar, mas sim o resultado do modelo agro-industrial promovido pelas multinacionais, que estão a encharcar o mercado de outros países com produtos abaixo do preço de custo com os quais ninguém pode competir. Para alimentar a humanidade não são precisos esses exageros. Pelo contrário, esses exageros vão arruinar as agriculturas menos desenvolvidas e isso irá provocar a fome pelo menos numa parte do mundo.

A pequena agricultura também recorre a produtos químicos...

Tenho 60 anos e nasci na agricultura. Lembro-me do tempo em que não se utilizava uma grama de pesticida e os frutos amadureciam sem criar bicho. Hoje, não se pode cultivar sem tratar, o que representa um grande negócio para a indústria dos agroquímicos.

Isso também de deve à necessidade de produzir mais?

Sim. Dantes, as pessoas contentavam-se com o que a natureza dava e podia-se beber água em qualquer sítio. Agora é preciso produzir tanto por hectare, por metro quadrado, por árvore – daí o recurso aos adubos, pesticidas e herbicidas. Para além disso, praticamente desapareceram as frutas autóctones, que



Multinacionais ameaçam os povos de todo o mundo

eram espécies adaptadas ao nosso país e resistiam a certas pragas e doenças sem necessidade de tratamentos. Por imposições várias, foram substituídas por variedades de outros países, que trouxeram novas doenças, e híbridas criadas em laboratório, que são muito frágeis. Por isso não se consegue ter nada sem tratar.

A agricultura tem de voltar aos métodos antigos?

Não defendemos o regresso ao burrinho e à carroça. Queremos uma agricultura sustentada, técnica e cientificamente desenvolvida, mas sem sementes geneticamente modificadas, sem mixórdias nas rações dos animais. É inadmissível e distorce a própria concorrência que nalguns países da União Europeia se aproveitem os restos das estações de tratamento de esgotos para fabricar farinhas animais. Mas é assim que conseguem preços extremamente baixos, com os quais ninguém pode competir usando métodos racionais e equilibrados.

O processo de globalização é reversível?

Bem, isso não anda para trás, penso eu. No entanto, a agricultura tem de ter neste contexto um tratamento particular porque é um sector específico, cuja única vocação é produzir alimentos de qualidade e em quantidade suficiente para alimentar a humanidade. O que se está a pretender é que seja um comércio como outro qualquer.

A União Europeia e os Estados Unidos têm mostrado grandes divergências quanto ao comércio mundial, com acusações de parte a parte. Por exemplo, os

EUA afirmam que os agricultores europeus são muito subsidiados...

...Mas a agricultura americana é tanto ou mais subsidiada que a europeia. Simplesmente os subsídios são encapotados, sob a forma de seguros de produção. Se o agricultor não atingir uma determinada produção é compensado pelo seguro.

Quanto às divergências e contradições, penso que se resumem à luta pela partilha dos mercados. No essencial, os interesses da União Europeia e dos Estados Unidos são idênticos. Basta dizer que a França é o segundo exportador mundial de produtos agrícolas. Foram eles que criaram a OMC. Na Europa, começou-se a abrir este caminho desde 1992, com as reformas da PAC que reduziram os preços à custa dos rendimentos dos agricultores.

O objectivo comum é dominar os mercados para que as multinacionais coloquem livremente os excedentes agrícolas do mundo ocidental. Neste processo, a grande distribuição também está interessada porque pode adquirir produtos ainda mais baratos e aumentar as suas margens de lucro.

Mesmo com produtos de baixa qualidade.

A qualidade para eles não interessa e o consumidor está cada vez mais desligado da terra e desconhece o que come. As pessoas já estão a perder o paladar. Por isso penso que a luta dos agricultores devia ser ligada à luta dos consumidores, porque ambos têm interesses comuns. Infelizmente o sistema já conseguiu inculcar a ideia de que o que se come não é importante. O importante é comer barato para poder sobrar algum dinheiro para comprar automóveis e televisões.

Que tipo de acções a CNA vai desenvolver proximamente?

Vamos prosseguir a nossa acção de esclarecimento para os perigos que pairam sobre a agricultura tradicional e continuar a luta contra a liberalização dos produtos agrícolas. Na próxima reunião ministerial da OMC, em Janeiro, lá estaremos com a nossa bandeira.



Depois da OMC o quê? Mais OMC tudo na OMC?

No final da guerra de 39-45, a procura de (re)ordenar o mundo baseou-se numa Nações Unidas, com agências especializadas, para as questões sociais (OIT, transformando/actualizando a estrutura de 1919), a cultura (UNESCO), a agricultura (FAO), o desenvolvimento industrial (ONUDI), etc., além do Banco Mundial e do FMI. No entanto, para o comércio internacional, necessariamente mais aberto e com novas regras, não se chegou a uma organização. Apesar dos esforços dos EUA, mais liberalizantes, em quadro institucional – também desregulamentador –, para aproveitar terem chegado ao fim da guerra com grande supremacia económica, metade do PIB e 80% do stock de ouro monetário mundial, não se passou dum compromisso de acordo geral, o GATT. E com o GATT se viveram décadas, em permanente negociação internacional.

Foram, entre 47 – ano da criação do GATT – e 86, oito ciclos de negociações entre as chamadas «partes contratantes». Depois de 61, foram as «rondas» – Dillon (61-63), Kennedy (64-67), Tóquio (73-79) e Uruguai (86-93) – e nelas começaram por ter papel relevante os países «em vias de desenvolvimento», particularmente os «não-alinhados».

Não obstante o comércio internacional ter sempre reflectido a supremacia relativa do modo de produção capitalista, nas «rondas», as negociações nunca foram fáceis, e muitas vezes houve posições coincidentes, e por isso mais fortes, dos países socialistas e dos PVD, o que levou a que tivessem sido *forum* para confrontos que, sendo comerciais e económicos, também tinham grande significado político.

Durante o Uruguai Round (UR), erodiu essa frente que se opunha à corrente que, com a capa e os argumentos do livre/leal comércio, procurava desregulamentar o que traduzisse regulação a níveis nacionais. E a frente erodiu com o desaparecimento dos países socialistas, que deixou os PVD sem apoios e sem alternativas.

Mas não se ficaram por aí as consequências nefastas desse desaparecimento, que hoje tanto se explora com a renovada apregoação da relevância e do simbolismo da queda do muro de Berlim. Três anos após o termo programado da UR, o seu prolongamento para lá de 90 possibilitou que tal negociação tivesse ido mais longe que o anunciado, embora tivesse arrancado com o objectivo de «atacar as causas profundas dos obstáculos às trocas internacionais». Sobretudo, evidentemente, as causas profundas dos interesses dos PVD...

Por isso, nas novas condições, sem países socialistas, com os PVD enfraquecidos em si mesmos e também por ausência de apoios, o UR, criando a Organização Mundial do Comércio, alcançou o que, no final da guerra, não fora possível, a institucionalização do liberalismo e da mercadorização por via da comércio internacional, sem os «entraves» de rondas negociais entre «partes contratantes», inter-nações. Pretende-se que a OMC seja a cereja no topo do bolo do liberalismo, expressão do estágio supremo do capitalismo transnacional – repare-se: transnacional é o que passa por cima do que é inter-nacional! Ao seu nível, institucional, isso alcança-se por aprofundamento da mercadorização nos campos que lhe estão cometidos e por extensão a outros campos.

Em Seattle não se discutiu a agenda de uma ronda negociada entre «partes contratantes», mas sim no interior de uma organização supra(ou trans)nacional. Na ronda procurar-se-á aprofundar o «avanço» de Marraqueche, já do âmbito da OMC, e estender a acção desta às áreas dos serviços (GATS), da propriedade intelectual (TRIP's), da cultura, do investimento em todas as áreas (recuperação do abortado AMI na OCDE), da saúde (como tão convincentemente reivindicam meios de negócios norte-americanos, atentos às potencialidades de tal negócio quando envelhece a população e pode florescer o mercado da saúde, dos cuidados médicos e medicamentosos).

As forças consequentes na defesa do que são direitos e não mercados e mercadorias e a chamada opinião pública, pelas ONG (e não só), mostraram estar atentas. Mas é preciso lembrar que estas são negociações (internas... mas negociações) para durar. Distracções podem ser muito graves!

A empresa global geradora por excelência da precariedade

■ Eugénio Rosa

É importante não esquecer que o objectivo fundamental no capitalismo continua a ser a maximização do lucro, seja a curto, a médio ou a longo prazo, e também o domínio económico. E este objectivo continua a ser o motor do seu desenvolvimento actual, evidentemente em novas condições determinadas pelas profundas transformações já verificadas e que se continuam a verificar no contexto em que as empresas actuam.

Na análise que iremos fazer vamos partir da empresa, do elo mais concreto da economia de cada país ou mundial, para tornar compreensível a forma como se está a gerar o agravamento da precariedade no trabalho, da exclusão social, e das desigualdades no mundo de hoje.

E para isso vamos começar por distinguir, para além das empresas que produzem apenas para o mercado interno, as empresas internacionalizadas, as empresas multinacionais, e as empresas globais, pois elas representam, a nosso ver, fases diferentes do desenvolvimento das empresas no actual fase do capitalismo, para mostrar como fundamentalmente a actuação desta última - a empresa global - está a gerar a precariedade, a exclusão social, e desigualdades crescentes quer em cada país, quer entre países diferentes, nomeadamente entre o Norte e o Sul.

Empresas internacionalizadas, empresas multinacionais e empresas globais

Quando a Jerónimo Martins e a Sonae, duas empresas portuguesas, abriram hipermercados, a primeira na Polónia e a segunda no Brasil, está-se perante uma internacionalização das empresas portuguesas, mas não de uma globalização. E continuaria a ser uma internacionalização, se no lugar de abrir um hipermercado apenas num país, abrissem em meia dúzia de países. E porquê? Porque estas empresas apenas foram para esses países fazer o que já faziam em Portugal, normalmente da mesma forma e trabalhando para o mercado local.

Diferentemente, uma **empresa global**, que é o estado mais avançado da empresa no capitalismo, representa não só um salto quantitativo (actuar em múltiplos países) mas também um salto qualitativo (actuar de uma forma totalmente nova e diferente). E um bom exemplo, é a Nike que todos conhecem. Esta empresa praticamente já não possui fábricas próprias. Subcontrata a produção nos países onde os preços são mais baixos. Hoje pode ser na Coreia e na Indonésia, amanhã na Malásia.

A empresa multinacional será um estado intermédio entre as duas. Tem fábricas próprias, portanto investe em capital fixo, em determinados países a partir das quais abastece não um mas vários mercados. O caso da Autoeuropa é um bom exemplo.

Em resumo, enquanto que a empresa internacionalizada e a multinacional realizam investimentos fixos, sendo a mudança de um país para outro mais difícil, pois têm sempre de desinvestir e de enfrentar a oposição social e mesmo dos governos a tal comportamento, a empresa global já não tem essas restrições, pois ou não investe nada ou investe muito pouco, sendo global e flexível não só em termos de mercado mas também no campo da produção; aproveitando (parasitariamente?) investimentos já feitos ou obriga outros a suportar a totalidade ou a maior parte desses custos fixos, bem como dos custos de subaproveitamento e obsolescência.

Por outro lado, a fragmentação da produção é substituída cada vez mais pela fragmentação da cadeia de valor, como base da sua estratégia global, porque é a partir desta que se apropria da maior parte do valor criado.

Controlar o que interessa

Utilizando a cadeia de valor proposta por Michael Porter, embora simplificando-a para a tornar mais compreensível, já que facilita a análise e a compreensão, poderemos dividir as actividades desenvolvidas por uma empresa da seguinte forma:

(1) Geração, concepção e desenvolvimento do produto ou serviço; (2) Produção; (3) Marketing e venda; (4) Distribuição; (5) Serviço pós-venda.

E o que fazem as empresas globais? - Não realizam todas as fases do processo, mas apenas concentram nas suas mãos os elos nobres da cadeia que lhes permite controlar a cadeia e apropriar-se da maior parte do valor criado, e que são normalmente a concepção, o marketing e a venda aos distribuidores. E subcontratam os elos da cadeia que não permitem o seu controlo e que facilmente podem ser realizados em qualquer parte do mundo, pois a tecnologia utilizada na sua produção ou distribuição está cada vez mais divulgada e banalizada. É o que sucede com a Nike ou com a Martel, um gigante de brinquedos, que têm empresas subcontratadas a produzir para si na Indonésia, na Malásia, no México, na Polónia, etc., ou seja, nos países onde os custos de produção são mais baixos. Mesmo em Portugal,

no sector dos têxteis, existem já várias empresas que produzem com base em modelos fornecidos por empresas estran-



geiras, as quais depois põem a sua marca e os vendem sem que os consumidores fiquem a saber que foram produzidos em empresas portuguesas.

Portanto, a empresa global investe cada vez menos em capitais fixos. Os outros que o façam por ela, correndo os consequentes riscos de subutilização ou de desactualização rápida ou obsolescência

A nova concorrência

É evidente que a empresa global não é ainda a dominante, coexiste com outro tipo de empresas (a empresa internacionalizada, a empresa multinacional que tem fábricas suas nos países onde os custos são mais baixos e daí abastece vários mercados, etc.), coexiste com empresas nacionais, que constituem a maioria das empresas de cada país, nomeadamente PMEs, com as quais muitas vezes estabelece acordos de desigualdade e domínio (em Portugal, são exemplos bem visíveis as cadeias da MacDonalds, a actuação da Coca Cola, etc., etc.).

No entanto, as empresas globais conjuntamente com as empresas multinacionais estão cada vez mais a liderar o processo de mundialização, de liberalização total, primeiro de capitais, já conseguida, e agora do comércio.

Como consequência e associado a todo este processo, surge aquilo que já começou a ser chamado a **nova concorrência**, uma concorrência cada vez mais global, de produtos e serviços com origem em países cada vez mais diversos, sendo a competitividade, face a esta concorrência global, o critério de sobrevivência das empresas. E esta competitividade, nesta fase actual

do capitalismo, está cada vez mais associada à flexibilidade das empresas, à criação de redes de empresas ligadas por subcontratações muitas vezes desiguais, ao *franchising*, a parcerias estratégicas, etc., etc.

Mas a flexibilidade das estruturas das empresas e desregulamentação agrava a precariedade, a exclusão e as desigualdades. E como e porquê?

A precariedade na lógica do sistema

As empresas globais provocam a generalização da precariedade a toda uma empresa, pois o que fica em perigo não é o posto de trabalho deste ou daquele trabalhador, mas de todos os trabalhadores da empresa, com consequência do subcontrato que assinam com empresas nacionais para os elos menos nobres da cadeia de valor, subcontratos desiguais, em que impõem preços muito baixos, pelo menos após terem consolidado a dependência da empresa nacional, transferindo para as empresas locais o ónus da exploração agravada dos trabalhadores (trabalho infantil, salários de miséria, negação de direitos elementares, etc., - serve de exemplo as manifestações contra a Nike nos países da Ásia). E como podem facilmente rescindir o contrato num país transferindo-se para outro, onde as condições lhe sejam mais favoráveis, são criadoras por excelência da precariedade e exploração. As restantes empresas, dentro da lógica do sistema, e com o argumento de que só assim conseguem ser competitivas procuram também impor a precariedade.

Este círculo infernal da precariedade acaba por envolver todas as empresas, sejam nacionais ou estrangeiras, grandes ou pequenas. E isto porque a precariedade do trabalho, imposta através dos contratos a prazo, do trabalho a tempo parcial, do recurso a trabalhadores independentes e ao *outsourcing*, etc., torna-se o instrumento por excelência utilizado pelas empresas para aumentar a competitividade, transferindo para os trabalhadores os custos do actual funcionamento do sistema, enfim, para manter ou mesmo aumentar as taxas de lucro, na fase actual do capitalismo global e liberal, e as empresas que não se submetem a esta lógica correm o risco de serem esmagadas pelas empresas que têm possibilidades de o fazer, ou porque já actuam como empresas globais, ou porque através da deslocalização das suas próprias fábricas para os países de mão-de-obra mais barata o conseguem, ou porque são empresas de países onde os custos totais de produção são mais baixos. Tudo isto é facilitado, e tornado possível, pela liberalização crescente do comércio, pelo rápido desenvolvimento das novas tecnologias de transporte e de informação, o que lhes permite colocar os seus produtos ou serviços nos diferentes países a um preço onde a relação qualidade/preço é melhor do que a dos produtos ou serviços nacionais.

Desta forma, a liberalização total dos movimentos de capitais já existente, que permite a obtenção de gigantescos lucros especulativos; a liberalização cada vez maior do comércio, pelo menos nos sectores que interessa aos países desenvolvidos e às empresas multinacionais e globais; a nova concorrência; a desregulamentação crescente; a redução/corrosão dos poderes dos Estados nacionais, o que anula ou, pelo menos, reduz drasticamente a sua capacidade para intervir como contrapoder ao poder dos mercados; tudo isto está a determinar o aprofundamento das desigualdades e o aumento da precariedade e da exclusão social, não só nos chamados países da periferia, ou do Sul, com movimentos financeiros especulativos que abalam e destroem periodicamente sectores importantes das suas economias, mas também nos próprios países desenvolvidos, também chamados países do Norte. Esta é uma questão que nos propomos tratar num próximo artigo.

Cuidado com o Poder e Boas Festas

■ Modesto Navarro

É triste dizê-lo, mas, «no tempo da outra senhora», o acesso aos órgãos de comunicação social era menos «cientificamente» controlado, em muitos aspectos, do que é hoje. Agora, os espaços pequenos e grandes são concedidos ou negados em função de interesses muito definidos, políticos, económicos, sociais e culturais, e os filtros e controlos são ferreamente exercidos.

Naquele tempo, a censura cortava, proibia e a PIDE aprendia, mas havia jogos de fuga e de ataque que, às vezes, resultavam. Nesta situação «altamente democrática», de posse ditatorial dos meios de comunicação social, só tem acesso a espaços quem os conselhos de administração e os directores entendem, numa selecção cujos critérios são objectiva e subjectivamente definidos, até em função do que é necessário estimular aqui e ali, para confundir, para separar e para infiltrar problemas e dissensões onde muito bem lhes interessa.

Portanto, usar a escrita ou a palavra pode ser, e é, uma das formas variadas de poder. Daí que valha a pena ter sempre presente o que nos vai acontecendo, seja no exercício de outros poderes, na Assembleia da República, na vida política partidária, no poder local, nos sindicatos ou nas mais diversas entidades colectivas, seja nessa coisa tão natural e bela que é (devia ser), escrever e falar onde nos abrem (tão poucas vezes e a tão poucos...) as portas.

Quando rebentou o 25 de Abril, foi necessário, obviamente, substituir os presidentes das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia em todo o país. Em processos tanto quanto possível participados, em cada vila do distrito de Bragança, as forças democráticas que então havia nomearam ou elegeram Comissões Administrativas para as Câmaras que foram estudadas e negociadas com o então ministro da Administração Interna, Magalhães Mota. João Vicente e eu próprio, como membros da direcção do Movimento Democrático Português em representação do distrito, fizemos esse trabalho em Lisboa. Logo a seguir, quando fui a Vila Flor, várias pessoas bateram à porta de casa dos meus pais com ofertas (azeite, cabritos e outros mimos assim...) e pedidos de emprego, e inícios de processos de tráfico de influências...

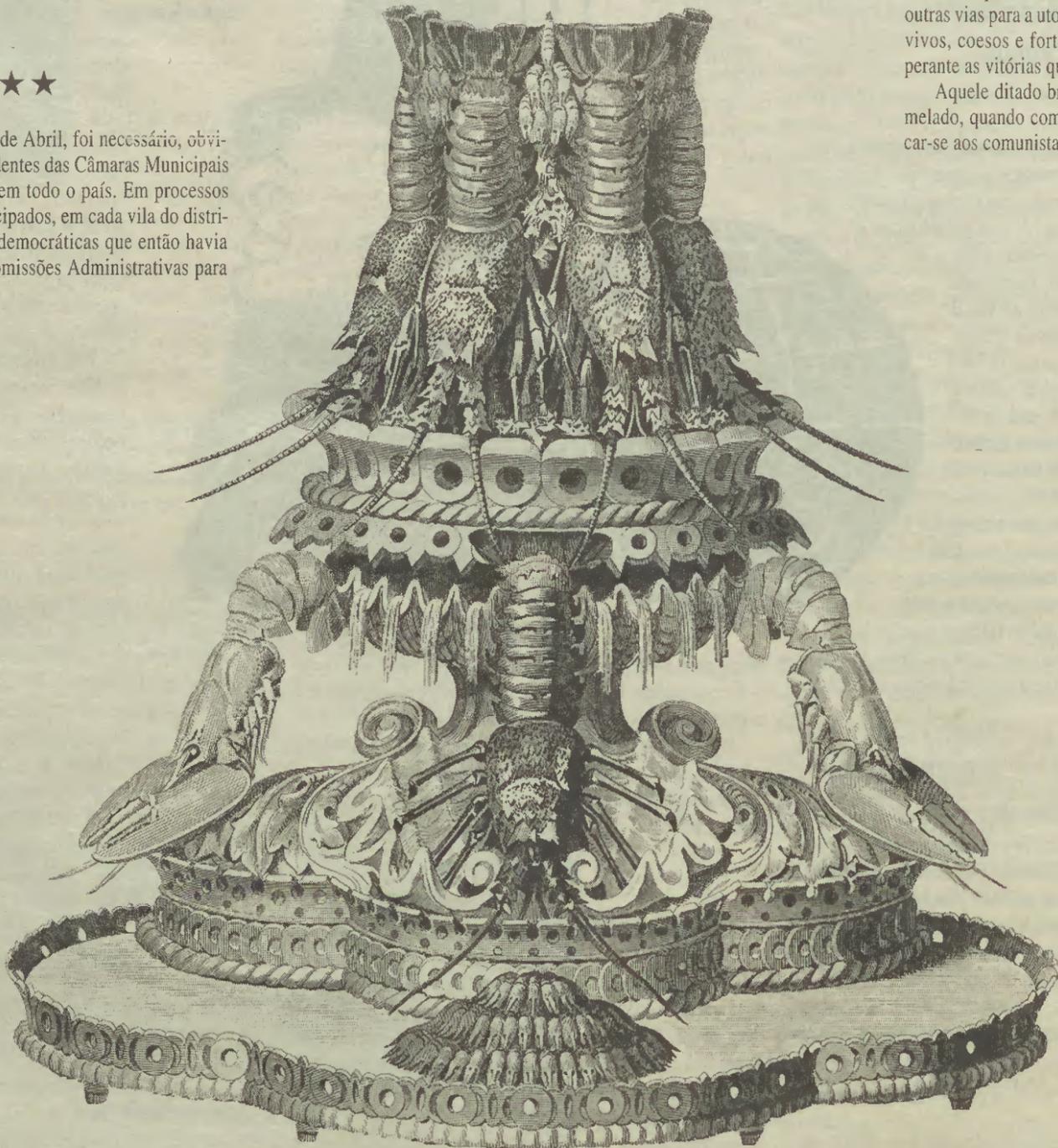
Foram corridos a toque de caixa, perante o que era a brutal ou insidiosa repetição de usos, hábitos e abusos do fascismo. Tratava-se de rodear, de incensar, de levar a apodrecer rapidamente o que devia ser participado por todos e constantemente remetido à responsabilidade popular.

Agora, as situações são mais complexas e finas. Se um ou outro de nós tentar publicar um artigo, por exemplo no «Diário de Notícias» ou no «Público», recebe uma negativa mais ou menos enviesada ou directa. A mim, no «Público», disseram-me redondamente que não, a certa altura, e, no entanto, devo ter publicado já centenas de artigos em jornais e revistas antes e depois do 25 de Abril. No «Diário de Notícias», a resposta da direcção foi que podia escrever para o suplemento cultural... Cada um de nós terá a sua experiência. Mas, como convirá pela noção individual e colectiva de como estas coisas se jogam, valerá a pena analisar sempre porquê, a certa altura, nos dão espaço e, noutras alturas, nos fecham as portas.

Connosco, comunistas e outros democratas que não cedem, que não namoram nem recuam, as coisas são o que são, ou

devem ser, nuas e cruas. Por isso, valerá sempre a pena pensar, e pensar bem, que, ao estarmos em situações de representação do Partido, seja onde for, não estamos sós. Estão connosco os milhares e milhares de militantes, os milhares e milhares de simpatizantes, os que sofrem e trabalham, os que são silenciados e humilhados e explorados. Daí que a palavra, ao ser usada, tem de representar a todos, no seu conjunto, e ter sobretudo em conta os sonhos, as aspirações, os sofrimentos e as ambições de mudança e transformação do mundo que nos caracterizam e marcam.

Na primeira infância do socialismo que acabaram por significar, em sentido histórico e prático, os ex-países socialistas (desde 1917 até há poucos anos), foram cometidos erros brutais, coisas criminosas até, sobretudo pelas repercussões negativas e altamente prejudiciais que tiveram e vão continuar a ter na luta da classe operária e de todos os trabalhadores do mundo pela



conquista de direitos e pela manutenção dos que foram alcançados nesses anos de maior ou menor equilíbrio mundial e de libertação dos povos. Mas, nesses processos tão decisivos, não foram realizadas obras e transformações que marcam e marcam indelevelmente a história de avanços fulcrais da humanidade? E quem governou e quem traiu, por exemplo na União Soviética, nos últimos anos (veja-se a brutal contradição e lição), não eram filhos de operários e de outros trabalhadores que tinham ascendido ao saber e aos poderes superiores por obra e graça dos processos revolucionários?

Então, valerá a pena ter em conta estas questões complexas e ricas, quando falamos das experiências tão diversas de implantação e avanços do socialismo e dos recuos e das traiçõ-

es acontecidas. Quando estamos próximo de poderes ou observamos o que se passa em situações até de pequenos exercícios de responsabilidade, aqui entre nós, vemos como se comportam outros, às vezes a maioria, à volta desses responsáveis... Bajulam, rodeiam, pedem e exigem autoritarismo, se quem ocupa esses lugares não usa o poder discricionariamente e tenta devolvê-lo às responsabilidades de quem trabalha consigo. Não nos enganemos. Estamos na infância do uso do poder e já à nossa volta se configuram situações delicadas, de hábitos criados à volta, de namoros e de deslumbramentos mais ou menos evidentes.

Tenhamos cuidado. Ser responsável, seja no Partido, seja a que nível for, na Assembleia da República, numa Câmara Municipal, numa Junta de Freguesia, numa Assembleia Municipal ou de Freguesia, num Sindicato ou numa Federação, União ou Confederação, numa Associação ou Colectividade, tem exactamente os perigos e as responsabilidades que tem e que já conhecemos, por experiências dos outros, em todos os lados do mundo, e pelas nossas, aqui e agora, ontem e hoje. Por isso, não há ingenuidade, fascínio ou esplendor que valha ou desculpe, quando os outros tentam utilizar-nos, quer silenciando-nos sistematicamente, quer amplificando extraordinariamente a nossa voz. Tenhamos cuidado e sejamos responsáveis perante as dezenas de milhar de pessoas que anseiam, que sonharam, que acreditaram e que continuam a querer fazer e descobrir outras vias para a utopia e para o sonho de estarmos vivos, coesos e fortes perante o infortúnio como perante as vitórias que vão acontecendo.

Aquele ditado brasileiro «Quem nunca comeu melado, quando come se lambuzo» não deve aplicar-se aos comunistas.

Andava a encher e andava para despejar isto. Recentemente, numa iniciativa da OR de Lisboa sobre as ditas «novas leis» para o poder local, o camarada Lino Paulo colocou uma questão interessante, que já me andava também a pesar. Porquê deixámos de realizar aquelas conferências e aquelas iniciativas nacionais e regionais que eram (às vezes excessivamente...) preparadas e voltadas para a reflexão colectiva, na base de contributos individuais ou de conjuntos de camaradas? Aí está um caminho bonito e impulsionador, para a reflexão colectiva e individual, perante novos e velhos problemas que nos tocam. Sim, porque quando estamos lá, poderemos não abrir a boca, mas sentimos que outros camaradas nos trazem o que baila mais ou menos claramente nas nossas cabeças e o que resulta das muitas práticas e vontades. Façamos isso, antes de «botar-

mos» a boca no trombone amplificado e traiçoeiro que às vezes nos oferecem. Antes de partirmos para fora com posições e propostas e dúvidas e banalidades que só não são isso porque a alguém interessa que não sejam, saibamos unir ainda mais o que vale a pena, ou seja, essa força enorme que é estarmos juntos, mesmo quando às vezes pensamos que estamos sós e isolados.

É isso que devemos aos que lutaram, aos que morreram e aos que estão sempre vivos ao nosso lado, nesta caminhada tão linda que é termos razão antes de tempo e já estarmos ansiosos por novas descobertas, libertações individuais e colectivas e transformações imparáveis do mundo.

Feliz Ano Novo, Camaradas.

A greve vitoriosa das enfermeiras da Irlanda

Ao fim de 9 dias de greve, que foram descritos pelas enfermeiras como «os mais duros da sua vida», o governo irlandês aceitou satisfazer várias das reivindicações apresentadas por estas trabalhadoras. A greve foi suspensa em 27 de Outubro, após reunião em que se formalizou o acordo e se discutiram os detalhes da sua aplicação imediata.

A já considerada maior greve alguma vez realizada na Irlanda, iniciada pelos enfermeiros em 19 de Outubro de 1999, tem as suas raízes na política governamental para com este sector da área da saúde.

Em Fevereiro de 1997, o Sindicato dos Enfermeiros Irlandeses - Irish Nurses Organization, (INO) - suspendeu uma greve quando o governo garantiu a criação de uma comissão para a enfermagem, tendo por objectivo a análise dos problemas da profissão, incluindo a estrutura da sua carreira profissional, condições de trabalho, formação e qualificação profissional, tendo ainda prometido disponibilizar 85 milhões de libras irlandesas para aumentos salariais.

Na Irlanda existem cerca de 28 000 enfermeiros no serviço público, na sua grande maioria mulheres. Este sector profissional é também «novo» no sindicalismo, uma vez que a INO só foi reconhecida como sindicato em Janeiro de 1990. As enfermeiras irlandesas também nunca tinham realizado uma greve.

Uma recomendação do tribunal de trabalho propôs a fixação do aumento salarial, das 20 023 libras irlandesas anuais propos-

tos dos deputados das 34 000 £i anuais que detinham para 44 000 em Dezembro de 1997.

Este aumento foi justificado por, como disse um deputado da maioria, «...não ser justo que os deputados trabalhem seis dias por semana e trabalhem no duro por 34 000£i...».

Pelos vistos o mesmo critério não serve para os trabalhadores.

A maior greve de sempre na Irlanda

Na manhã de 19 de Outubro de 1999, os piquetes de greve começaram a comparecer e a organizar-se à porta de cerca de 1000 hospitais e outras instituições de saúde da República da Irlanda, dando início à primeira greve nacional na história das cerca de 30 000 enfermeiras irlandesas, contando com mais de 90% de adesão.

Esta greve efectua-se num quadro de anos de verdadeira «hemorragia» do pessoal de enfermagem na Irlanda, que fruto das

«...estamos em greve porque os políticos não querem ouvir as nossas reivindicações»

mesmo tempo providenciarem cuidados de emergência gratuitamente, dando garantias de que os cuidados a prestar aos pacientes são centrais.».

Crescimento económico, igual a desenvolvimento e justiça social?

Os governantes irlandeses gabam-se sempre que podem do crescimento económico verificado no seu país e por serem os melhores a cumprir as regras ditadas pelo tratado de Maastricht. *Cá na nossa terra compete-se com eles a ver quem é o melhor aluno.*

A outra face, a face que tentam ocultar, é a política privatizadora, retirar o direito à saúde aos mais desfavorecidos, e o resultado tem sido o encerramento de alas em hospitais públicos, e a saída dos profissionais de saúde do próprio país. Conclusão, os êxitos económicos apregoados não têm beneficiado o povo e os trabalhadores. Outros haverá, com certeza, a poderem dizer que estão a beneficiar de tal política.

O pessoal de enfermagem na Irlanda, predominantemente feminino - razão porque me tenho referido a esses trabalhadores também no feminino -, durante décadas só foi olhado como merecedor de tarefas consideradas menores, num país onde o sector tem vindo a ser controlado tanto pelo Estado como pela Igreja. Ao invés, a educação, formação profissional, reconhecimento social e, claro está, a prática lucrativa da medicina ficaram reservadas para os homens da «elite» do sector.

Estas mulheres têm trabalhado arduamente para ultrapassar esta herança e conseguirem ser reconhecidas como as profissionais qualificadas, competentes e dedicadas que são.

As enfermeiras estão revoltadas na Irlanda. De facto têm razões para isso. É que não foram os governantes que passaram e passam pela angústia de ter que recusar doentes ou pelo drama de os ver sofrer e até a morrer por causa da sua política desumana. São as enfermeiras que estão na primeira linha, com os seus doentes.

Esta luta é por isso uma greve de revolta contra uma política de saúde injusta, muito para além das questões salariais. Por essa razão tem merecido o apoio crescente do povo irlandês.



tas pelo governo, para 27 522. O sindicato reivindicava mais 7000 libras além deste último valor.

Actualmente uma enfermeira na Irlanda vence 17 747 £i anuais em média. Mas, o governo pretendeu que o rendimento das trabalhadoras fosse «resolvido» através do aumento do número de horas extraordinárias, obrigando-as a fazer turnos mais longos, a realizar mais trabalho nocturno e em dias de descanso normal.

O governo recusou-se ainda a comparecer às reuniões arbitrais no tribunal de trabalho e renegou os acordos estabelecidos com o sindicato em Fevereiro de 1997. Em suma, não cumpriu a sua palavra.

Cortes nos salários... aumentos para os cargos políticos

O governo de coligação entre o Fianna Fail e os Democratas Progressistas, receando o alargamento do movimento de luta dos trabalhadores da administração pública, optou por não satisfazer as reivindicações das enfermeiras, argumentando com o elevado custo financeiro das melhorias no sistema de saúde e dos salários reivindicados, e sem assomo de vergonha tentou ainda acusar o sindicato de não «honrar os compromissos». Neste quadro ilustrativo do conceito de palavra e de honra desse governo, a maioria parlamentar em que se apoia decidiu aumentar os rendimen-

políticas governamentais tem optado por outras actividades e tem inclusivamente emigrado, sobretudo para os EUA e Grã-Bretanha.

Esta situação sucede-se, enquanto os governantes irlandeses se gabam dos recordes económicos do «Tigre Celta», durante a década de oitenta.

Os trabalhadores irlandeses começam agora a iniciar acções reivindicativas, acompanhadas de greve, exigindo a justa parte da riqueza produzida.

Lenore Mrkwicka, secretária-geral adjunta da INO descreve assim o estado de espírito dos associados do sindicato: «...claro que estão muito preocupados. É novo território, mas temos comités de greve apertadamente organizados e nos locais».

Tem também uma palavra para o público utente: «O público deve retirar daí (da presença dos piquetes de greve), conforto, porque apesar de todas as dificuldades que as enfermeiras enfrentam nesta terrível terça-feira negra, nós vamos assegurar que seja dada cobertura de emergência.»

De facto, os comités de greve do sindicato assumiram a responsabilidade pela determinação dos cuidados de urgência em cada um dos locais de trabalho.

A INO não tem fundo de greve para os seus 26 000 associados, e sobre isto Lenore Mrkwicka é clara ao dizer: «Eu penso que a determinação e resolução dos nossos associados é evidenciada ainda mais pelo facto de nós não termos fundo de greve, e no entanto eles estão determinados a permanecer lá (nos locais de trabalho), até que se alcance uma conclusão satisfatória e ao

Governo cede após nove dias de greve

Ao fim de 9 dias de greve, que foram descritos pelas enfermeiras como «os mais duros da sua vida», o governo irlandês aceitou satisfazer várias das reivindicações apresentadas por estas trabalhadoras. A greve foi suspensa em 27 de Outubro, após reunião em que se formalizou o acordo e se discutiram os detalhes da sua aplicação imediata.

As 1250£, em média, para revalorização dos salários, com retroactivos desde 1 de Agosto de 1998, os 2 por cento de aumento salarial com retroactivos desde Julho deste ano, as mais de 2350 promoções acordadas, o aumento do quadro de enfermeiras, o pagamento de 5 por cento de suplemento salarial por antiguidade, o direito a mais três ou quatro dias de férias de acordo com o tipo de função exercida e a categoria profissional só foram alcançados pela determinação e combatividade demonstradas pelas enfermeiras nesta luta. Mas, como disse Liam Doran, secretário-geral da INO, numa carta que dirigiu a todos os associados, saudando-as(os) pela sua combatividade e explicando o acordo: «No fim de contas, e isto deve ser compreendido, é apenas o fim do começo.»

Estas trabalhadoras escreveram uma das mais belas páginas da sua história e no entanto, que me tenha apercebido, não houve qualquer notícia divulgada na nossa comunicação social sobre esta luta. Ficam registados, mais uma vez, os critérios jornalísticos da nossa comunicação social.

■ Manoel
de Lencastre

Apesar de o mês de Maio ainda vir longe...

Londres, a relíquia

Há uma relíquia para conquistar-se em Inglaterra. Pela primeira vez, em Maio próximo, a capital metropolitana, Londres, elegerá um autêntico «mayor» (presidente da Câmara) através do voto directo dos seus milhões de habitantes. Nada a ver com o actual «Lord Mayor» que não passa de figura decorativa em nome dos interesses da City, o famoso, histórico centro financeiro que está habituado a governar o mundo. Desta vez, Londres terá um «mayor» real como acontece com todas as grandes capitais.

Hague, expulsou-o do partido declarando que, em sua opinião, a carreira política de «lord» Archer, o novelista multimilionário, estava terminada. Hague acusou-o de haver apresentado falsas garantias quanto à sua honorabilidade pessoal e, dado que Archer é deputado ao Parlamento, mandou que fosse afastado da bancada conservadora. Ora, toda a gente conhece o escritor de novelas sobre «businessmen» e golpes financeiros. O que se teria passado?

seta, agora, a bonita soma de três milhões de libras (960 000 contos). Espera-se que o caso volte ao Tribunal e que Jeffrey Archer seja julgado pelo crime de perjúrio, o que poderá levá-lo às galeiras de uma penitenciária.

Em 1992, vice-presidente do Partido Conservador, Jeffrey Archer fora feito par do Reino, uma das suas grandes ambições. Mas logo teve de sujeitar-se a investigações policiais por ter adquirido acções da «Anglia TV», uma empresa de que a esposa era directora. Comprara esse papel pelo respectivo valor nominal no conhecimento antecipado do preço a que seria, dias depois, colocado no mercado aberto através da Bolsa de Londres, para



Em cima,
Lord Archer;
em baixo,
o seu amigo
que o encobriu;
ao lado,
a esposa
do primeiro.
Um triângulo
de falsidades



Naturalmente, os partidos começaram a preparar entre os seus membros uma espécie de eleições primárias. Destas, emergirão os candidatos definitivos a submeter ao sufrágio da população da enorme cidade. Será um dia histórico, em Maio. Num trabalho próximo, ocupar-nos-emos das espantosas peripécias que estão a ocorrer na campanha interna trabalhista em que Tony Blair tem usado de todos os meios imagináveis e possíveis para travar o passo ao candidato preferido pelo povo. Este, um corajoso político da esquerda, não se manifesta preparado para abandonar os seus princípios. Hoje, porém, examinaremos os escandalosos acontecimentos que estão a marcar a candidatura dos conservadores e a desacreditá-los, mais, ainda, perante o país.

«Um homem de golpes»

Ao contrário dos trabalhistas, os «tories» já tinham candidato definitivo. Era Jeffrey Archer, ou «lord» Archer, bem conhecido como escritor, um dos mais excêntricos «grandes senhores» da classe dirigente. A sua vida, sempre feita de altos e baixos, ora tem tocado as portas da glória, ora tomba na lama e no descrédito. Os «tories», apesar de imensas dúvidas quanto à real credibilidade oferecida pelo candidato, um «homem de golpes», preparavam-se para apoiá-lo. Ele era e é, no fim de contas, o preferido de Margaret Thatcher que ainda tem influência no partido. Pelo contrário, os trabalhistas achavam-se mergulhados numa campanha que os dividia entre vários candidatos mas só um dispõe do apoio de Blair: Frank Dobson, ex-ministro dos Assuntos Sociais.

Um inevitável escândalo, porém, rompeu todas as barreiras que ao longo de vários anos fora possível erguer para impedir ao mundo o conhecimento da verdade sobre Jeffrey Archer. Assim, a 23 do mês passado, o «leader» conservador, William

Escritor do capitalismo

Archer conseguira fazer uma considerável fortuna através de negócios mais ou menos especulativos até que, em 1974, se achou envolvido no colapso fraudulento da empresa canadiana «Aqua-blast» e sofreu, conseqüentemente, um considerável desastre financeiro – faliu. Inventou, então, para sair da crise em que tombara, o golpe do grande escritor de novelas sobre o universo dos negócios. Ao publicar «Not a penny more, not a penny less» (Nem mais nem menos um «penny»), realizou um «bestseller» e viu-se, uma vez mais, elevado à altura da riqueza e da fama que já conhecera. As novelas «Abel e Caim», «A Filha Pródiga» e «Primeiro entre Iguais» confirmaram-no como autor de bons recursos no género que escolhera. Milionário, reentrou na vida política, em 1985, ao serviço dos «tories», evidentemente.

No ano seguinte, porém, a Inglaterra viveria, perplexa, o escândalo resultante de revelações publicadas pelo «Daily Star» segundo as quais Jeffrey Archer teria sido visto em Mayfair (um dos mais elegantes e afluentes bairros londrinos) na companhia de uma prostituta, Monica Coghlan, a quem pagara 2000 libras. Num julgamento que excitou todo o país, o novelista, acusando o referido jornal de difamação e estreneamente defendido pela própria esposa, Mary Archer, conseguiu provar a sua inocência, que não tinha estado com a referida prostituta em certa noite, mas, sim, a jantar com um amigo em dado restaurante. O caso morreu e Archer recebeu meio milhão de libras do «Daily Star», como compensação.

Mas, agora, o amigo que pretendeu ter jantado com Archer na noite fatal em que este estivera com Monica, disse a verdade. Não se tinham, de facto, encontrado. Não sabia onde Jeffrey Archer estivera nessa noite e apenas se prontificara a dar-lhe o essencial álibi de cobertura para que a esposa, a mencionada Mary Archer, não sofresse. O «Daily Star» já oficiou ao Tribunal que considerava o escritor como inocente, em 1987, a exigir a restituição da indemnização paga que, acrescida dos juros respectivos, repre-

fazer, o que aconteceu, um espectacular lucro. Que princípios, que garantias pode este senhor «lord» Archer, oferecer para o desempenho do lugar de «mayor» da cidade de Londres? O seu fim político deixou os conservadores sem candidato à relíquia que desejariam capturar. Outros já se perfilam para empunhar a bandeira dos «tories» perante o povo da grande cidade. Steve Norris, personalidade com ligações vivas à capital britânica, será, talvez, o escolhido para uma das mais difíceis tarefas da história do partido de Disraeli. Mas a vergonha dos golpes e dos pecadilhos de Jeffrey Archer continua na ordem do dia e não será esquecida.

Blair quer privatizar o Metro

Londres, como é evidente, voltar-se-á em massa para os trabalhistas. Mas, para quem, entre eles? O povo exige Ken Livingstone porque recorda o seu trabalho quando «leader» do «Greater London Council», o célebre GLC, que Margaret Thatcher aboliu em 1986. Há, também, quem prefira Glenda Jackson, uma famosa artista de teatro e cinema, popular em todo o país. Mas o todo poderoso Blair, já disse: «O nosso candidato é Frank Dobson!».

Entretanto, o grosso do partido trabalhista da zona de Londres parece decidido a não obedecer às ordens do primeiro-ministro. Exige que o homem da esquerda, aquele que a cidade prefere, não seja afastado da lista dos candidatos partidários. O perigo para os «blairites» está em que, se a máquina do «New Labour», sob a influência de Downing Street, conseguir marginalizar Livingstone, este apresentar-se-á ao eleitorado londrino como candidato independente e ganhará a Câmara, contra Blair, para uma política defensora dos interesses do povo. Especialmente no campo dos transportes, Londres viveria uma revolução. Eis aquilo que atormenta Blair. O primeiro-ministro, na verdade, tem trabalhado na sombra, todo sorrisos, todo bonitas maneiras, para privatizar o Metropolitano...

■ José Decq Mota

Com dor amargura saudades e lucidez

No dia 11 de Dezembro último um dramático desastre de aviação trouxe a estas ilhas, de forma inesperada e violenta, a mais aguda dor, a mais vincada amargura, a par de uma profunda saudade que a morte de muitos amigos, conhecidos e conterrâneos sempre provoca. Tratou-se de um dramático e violento desastre aéreo que é ainda mais dramático por se tratar de um avião da nossa SATA que transportava gente destas ilhas, vizinhos de todas as nossas portas, amigos velhos, conhecidos de sempre.

A queda do «Graciosa» tocou no mais fundo de todos nós porque o «Graciosa», o «Santa Maria» e o «Flores» são, quer queiramos quer não, partes da nossa vida.

A queda do «Graciosa» sublinhou a insularidade em que vivemos e a dependência que temos do transporte aéreo.

A queda do «Graciosa» certamente que abriu feridas profundas que custarão a sarar, porque destruiu famílias, porque empobreceu diversas comunidades, porque semeou o luto, mas este triste acontecimento abriu também uma outra séria ferida na medida em que trouxe para o topo das preocupações de toda a nossa sociedade a questão da segurança no transporte aéreo.

Como acontece sempre que há rupturas, nada ficará como dantes.

Temos entretanto que ter um permanente e constante rigor na avaliação desta questão. Falar hoje de segurança é uma exigência que resulta da ruptura que se verificou, embora vários dos segmentos deste assunto, nomeadamente no que toca a aeroportos, muito provavelmente nada tiveram a ver com o acidente do passado dia 11.

A SATA tem créditos como empresa com alto padrão de qualidade. Temos que valorizar esse património sem qualquer dúvida, mas temos também que saber defender essa qualidade de todas as tendências que possam existir ou vir a existir para dar primazia a actos economicistas de gestão.

A ANA, SA gere quatro aeroportos na Região e está a investir fortemente na segurança e no conforto. A Região gere a aereogare civil das Lajes e quatro aeródromos.

A diferença na operacionalidade entre os quatro aeroportos e os quatro aeródromos é muitíssimo acentuada.

Não podemos deixar de trazer para a ordem do dia a reflexão daquilo que há a fazer para melhorar muito a operação nos aeródromos e melhorar ainda a capacidade operacional dos aeroportos.

A NAV, EP, tem a seu cargo, com alto grau de eficiência, a navegação aérea entre as ilhas do arquipélago, mas tal não impede que se questione se há ou não necessidade de se melhorar as ajudas rádio ou outro tipo de ajudas técnicas.

Ninguém duvida, também, da capacidade técnica e científica do Instituto Nacional de Meteorologia, mas tal não nos pode impedir de perguntar se o apoio meteorológico à navegação aérea está a ser feito com todos os meios e recursos próprios de uma previsão actualizada.

O comandante Mesquita, com quem tinha uma relação de boa amizade há vinte anos, era, sem qualquer lugar para dúvida, um excelente e muito experimentado piloto, mas não obstante isso foi com ele que sucedeu este dramático acidente. Quero sublinhar com esta referência que o facto da SATA ter excelentes pilotos – como efectivamente tem – não resolve todos os problemas de segurança que as linhas aéreas levantam.

No dia em que alinho estas opiniões simples estão a decorrer ainda os funerais das 35 pessoas que perderam brutalmente a vida neste acidente.

A amargura que me invade é, certamente, comum a muitos milhares de açorianos. Sabemos que o desastre ocorreu, vemos os destroços, estamos junto das urnas, partilhamos a dor das famílias, sentimos uma ilimitada solidariedade para com todos os que se empenharam na recolha dos corpos, mas apesar de tudo isso, ainda não acreditamos que não voltamos a falar com o velho amigo do Liceu que lá ficou, com aquele companheiro de luta sereno e muito esclarecido com quem se aprendia sempre, com aquela amiga de longa data, ou com aquele comissário de bordo que era sempre impecavelmente simpático, ou ainda com aqueles dois pilotos com quem voámos muitas horas ao longo de muitos anos.

Esta dor, esta amargura e esta saudade que nos faz não querer acreditar na brutalidade mortal do acidente, não pode entretanto fazer apagar ou diminuir a lucidez que nos tem que acompanhar.

Todos desejamos que a Comissão de Inquérito faça um trabalho metucioso e rigoroso.

Todos desejamos que desse inquérito resultem recomendações úteis e adequadas à nossa realidade.

Todos queremos que essas recomendações sejam prontamente aceites e aplicadas.

A nossa condição insular exige que tudo se faça para que, do sacrifício destas 35 vidas, possa resultar mais e melhor segurança nas ligações aéreas.

Aos governos, às companhias aéreas, às entidades aeronáuticas, aos serviços especializados cabe a pesadíssima responsabilidade de criarem as condições essenciais para que a confiança seja reposta.

Para que não haja mais dor inútil é necessário olhar para o futuro sabendo colher com inteligência as lições do presente.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Actualidade

Natal

Do que se fala
esta semana
é do Natal

Está na hora
de mandar embora
os sentimentos perversos
e pôr açúcar na filhós da frase.

Quando chegarem ao fim destes versos
Natal é quase.

Presépio

Jesus
pequenina semente
num grãozinho de gente
um grãozinho de luz.

Já uma sombra de cruz
na memória de um halo
se projecta?

Pois já. Para salvá-lo
corre o poeta.

Siemens, etc.

Vejo nos telediários
passar o desassossego
com as centenas de operários
que vão para o desemprego.

Vão sofrer o desemprego
onde, na celebração,
o mal do desassossego
não é farinha de pão.

Que, um dia, prometida
vem, na estrela que está
caída, mas não vencida.
Que vencerá. Vencerá.

Post-scriptum

«Ó pá
(diz o Menino
à porta já
do seu destino
na estrada louca)
tiraste-me as palavras da boca»!

Pontos nos ii

Vamos lá, meus senhores
dos cânticos e louvores
este Natal
esta fé
esta adoração da luz.
Vamos lá resolver isto:
o Natal é
dos que adoraram Jesus
ou dos que mataram Cristo?

■ Socorro Gomes*

Amazónia brasileira sob ameaça de internacionalização

Está em curso uma campanha sem precedentes para subtrair ao Brasil aproximadamente metade do território nacional: a Amazónia. Baseada em falsidades, tal campanha tem como elemento central o questionamento insidioso e por vezes a negação explícita da plena soberania brasileira sobre a Amazónia. A motivação geral dos seus protagonistas é a promoção de interesses dos potentados internacionais, económicos e geo-estratégicos, acobertados por um discurso supostamente preservacionista que tem o poder de cooptar para a corrente de um movimento antinacional certas correntes de opinião no interior do próprio país.

Fazendo limite com sete países, a Amazónia brasileira detém 4 978 247 km², representando mais de 2/3 das fronteiras do Brasil; 4/5 das suas florestas; 1/5 das florestas tropicais da terra. As suas entranhas guardam as maiores jazidas minerais do planeta, que tornam o Brasil o maior produtor de ferro do mundo e o detentor de 15% das reservas mundiais de bauxite, para além de imensas reservas de tungsténio (90% das reservas brasileiras desse mineral encontram-se na Amazónia), urânio, quartzo, nióbio, titânio e outros minerais estratégicos. É uma das maiores, senão a maior, província mineral do mundo.

Na actualidade, são ponderáveis as opiniões segundo as quais a maior riqueza da Amazónia é a sua diversidade genética, embora pouco mensurada. Em um hectare de mata na Amazónia podem-se encontrar 500 espécies vegetais diferentes! Existem no mundo cerca de 50 milhões de espécies, das quais apenas cerca de 1,5 milhões são conhecidas. Ocupando menos de 7% da superfície terrestre, as florestas tropicais possuem metade das espécies do planeta. A Amazónia é, portanto, além da maior província mineral do planeta, a mais rica em diversidade genética. Detém 1/3 das reservas florestais da Terra.

A bacia hidrográfica da Amazónia desafia a imaginação. Não há nada parecido. É maior que a do Nilo, a do Congo, a do Mississipi-Missouri. A quinta parte de toda a água doce do planeta está concentrada na Amazónia. Enquanto que no primeiro mundo há escassez do precioso líquido, há na região o maior volume de água «de beber» da face da terra. No território amazónico estão concentrados os principais elementos essenciais à vida na Terra.

Não é de hoje que esse «paraíso de recursos naturais» tem provocado a cobiça das grandes potências.

As tentativas de assalto e domínio da região ocorreram em outros momentos da vida brasileira. Já em meados do século passado os Estados Unidos fizeram as primeiras investidas nesse sentido. Desde então, era corrente a opinião dos círculos governamentais daquele país de que a Amazónia, esse formidável manancial de riquezas, era um espaço à espera das «raças fortes e decididas» para a empresa da sua conquista científica e económica, não podendo ficar «fechado à humanidade»(!) Através dos tempos, tem sido essa a tese invocada para justificar a cobiça dessa parte substancial do território brasileiro. Os ambiciosos norte-americanos sempre cuidaram de não mencionarem às claras as suas pretensões, antes as encobriram sob a capa dos «interesses dos demais membros da grande família internacional», conforme refere o escritor, estudioso da Amazónia e ex-governador do Estado do Amazonas, Arthur César Ferreira Reis, na sua preciosa obra «A Amazónia e a Cobiça Internacional». Jornais norte-americanos veiculavam artigos sobre as imensas fontes de riquezas nos trópicos, ao mesmo tempo que falavam da «incapacidade dos brasileiros para a operação do desenvolvimento da região». Esses argumentos foram urdidos pela primeira vez em 1850. Século e meio depois são repetidos com ares de novidade.

Ainda segundo Ferreira Reis, naquela altura a estratégia dos EUA centrou-se na tentativa de obter a livre navegação no interior da Amazónia. A opinião pública brasileira foi disputada pelos abandeirados da «Amazónia para o mundo». O Congresso e o governo dos Estados Unidos exerceram forte pressão sobre o

governo brasileiro, o que se expressou, por exemplo, no relatório reservado do então embaixador do Brasil nos EUA, Teixeira de Macedo, ao ministro brasileiro, aconselhando que o Brasil entregasse ao mundo a navegação no interior da Amazónia, mediante o «pagamento dos direitos de consumo» e um contrato assinado, o qual, para maior «cau-

tela», condicionasse a livre navegação nos rios da Amazónia ao reconhecimento do domínio exclusivo do Brasil sobre a região por cem anos. Se tal acordo tivesse vingado, a Amazónia brasileira passaria para outros donos a partir de 1950.

«Proteja a Amazónia, mate um brasileiro»

A campanha actualmente orquestrada contra a plena soberania brasileira sobre a Amazónia é feita principalmente pelos EUA e pelos demais países do chamado grupo dos Sete Grandes, o G-7. Os argumentos são os mesmos: defesa da humanidade, do bem comum, da ciência, acrescidos do simpático discurso em defesa do meio

ambiente. Há muito se sabe que tanto em Miami como no Reino Unido circulam carros com autocolantes com o slogan «defenda a floresta, queime um brasileiro» ou, «proteja a Amazónia, mate um brasileiro», sem que o governo brasileiro tenha manifestado algum protesto contra o que, sem sombra de dúvida, se assemelha a um estímulo, um apelo ao genocídio dos brasileiros se uma eventualidade mais grave se apresentar. Esta é a face mais tosca e primária da corrente de opinião que vai sendo fabricada contra o Brasil e a Amazónia. Os mentores de tal campanha são autoridades de governos que defendem abertamente os seus interesses. Já na década de oitenta, a ex-primeira-ministra britânica, Margareth Thatcher, exigia que os países em desenvolvimento vendessem tudo, inclusive os seus territórios, para pagar a dívida externa. O actual vice-presidente dos EUA, Al Gore, que se auto-intitula ambientalista, vociferava em 1989 que «ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazónia não é deles, é de todos nós». A expressão *todos*, no caso, refere-se aos Estados Unidos da América e aos seus aliados. No mesmo ano o presidente francês, François Mitterand, «orientava»: «o Brasil precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazónia». Por sua vez, o primeiro-ministro britânico, John Major, em 1992, por ocasião da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, foi elucidativo quanto às intenções das superpotências: «... as campanhas ecológicas internacionais sobre a Amazónia entram na fase operativa que, obviamente, pode ensejar intervenções militares directas na região».

A agressividade crescente nos discursos dos representantes dos países do G-7 corresponde às mudanças ocorridas na correlação de forças mundial, com a derrocada da URSS e a decorrente destruição do poder de contenção que esta e os demais países do Leste europeu representavam. Relaciona-se ainda com a explicitação crescente da dependência em



EM FOCO



sua viagem aos Estados Unidos. Para efeito propagandístico, o propósito transcende o aspecto económico, por tratar-se de medidas para assegurar a «protecção das florestas».

Da propaganda à ameaça militar

Se o alarde em torno da «protecção florestal» é preocupante do ponto de vista dos interesses nacionais, é grave o silêncio, e suspeito, para não dizer criminoso, das autoridades e dos meios de comunicação em torno da assinatura dos ajustes complementares para cooperação no projecto de pesquisas sobre a biosfera-atmosfera na Amazônia, que através da Agência Espacial Norte-Americana (NASA) já está em execução sem que o Congresso Nacional, os pesquisadores brasileiros, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tenham opinado a respeito das possíveis consequências da primazia que terá a NASA sobre as informações adquiridas durante a pesquisa. Aliás, uma primazia obtida por concessão do governo brasileiro, que assim renuncia ao acesso aos dados originais, a não ser depois que os americanos fizerem as cópias. Esse acordo, cujas agências executoras serão o INPA e a NASA amolda-se ao figurino de tantos outros, com a particularidade de que agora é feito com o cérebro do programa espacial norte-americano e uma instituição nacional sucutada. Os objectos de pesquisa são de grande importância estratégica para o conhecimento da região. A pesquisa visa obter respostas sobre os efeitos que as mudanças no uso da terra e as alterações climáticas terão sobre o funcionamento biológico, químico e físico da Amazônia, incluindo a sua sustentabilidade e a sua influência no clima global. Obter informações detalhadas, desnudar a Amazônia sempre foi um dos objectivos das potências ocidentais.

Tudo indica que a ofensiva estrangeira em direcção à Amazônia está ingressando numa nova fase, nesta época de hegemonismo norte-americano no mundo e de maior dependência do país no quadro da globalização neoliberal. Rapidamente, passa-se da propaganda para a tomada de posições políticas e a formulação de ameaças militares. Anuncia-se que o G-7 convidou o presidente Fernando Henrique para participar em Florença na próxima reunião desse fórum do imperialismo mundial. Sinal de prestígio do professor Cardoso, como gosta de ser chamado lá fora esse Silvério dos Reis redivivo, ou da pujança do Brasil no concerto das grandes nações? Ledo engano. O motivo é que na pauta da dita reunião estará a discussão de «parcerias relativas às florestas amazónicas, inclusive pesquisas científicas». Em português claro, a internacionalização dessa imensa região constitutiva do território nacional. No que se refere à ameaça militar, foi o chefe do órgão de informação do Exército norte-americano quem declarou: «caso o Brasil resolva fazer mau uso da Amazônia que prejudique o meio ambiente dos EUA, temos que estar prontos para intervir imediatamente». Vê-se, portanto, que as potências imperialistas preparam objectivamente uma intervenção «ambientalista».

Tais ameaças têm gerado inquietação e provocado até mesmo a mobilização das Forças Armadas brasileiras, numa legítima reacção que reflecte o sentimento nacional. O comandante militar da Amazônia, general de exército Luís Gonzaga Lessa, explicou que o Exército brasileiro aumentou em muito os efectivos na região «porque estamos percebendo que as ameaças estão se avolumando». Há poucos dias um exercício militar rotineiro transformou-se em treino de guerra no lado brasileiro da fronteira com a Colômbia. Em menos de 12 horas deslocaram-se para lá mais de 8000 soldados, numa demonstração de que as Forças Armadas brasileiras estão a preparar-se para qualquer eventualidade em que se configure um ataque *de facto* à integridade territorial brasileira.

Subestimar a avidez das potências internacionais que se traduzem nessas graves ameaças à soberania nacional e à própria integridade territorial do país é uma postura que as futuras gerações de brasileiros não nos vão perdoar. Se as elites dominantes e o próprio governo, de cedência em cedência, entregaram na bacia das almas o património nacional, chegou a hora de fazer soar alto o alarme da consciência nacional. O Brasil só enfrentará tamanha ofensiva do imperialismo internacional se na sua defesa estiver empenhado o esforço cívico colectivo do seu povo. Uma nova corrente patriótica conjugada com o movimento político democrático e a luta pelo trabalho e pela existência poderá constituir a força capaz de defender a Amazônia como parte inalienável do território brasileiro e o país como nação soberana.

* Socorro Gomes é coordenadora do Movimento em Defesa da Amazônia no Pará.

recursos naturais das grandes potências, em especial os EUA. Um destacado representante do pragmatismo norte-americano, o ex-secretário de Estado Henry Kissinger, chamava a atenção do governo dos EUA em 1994 para o facto de que, segundo ele, os países industrializados não manteriam os seus impérios se não controlassem as fontes de reservas de recursos naturais, e que deveriam usar de pressão, coacção, diplomacia agressiva etc., para garantirem esse controlo. Não é por acaso que os EUA estão à frente de todos os grandes projectos de pesquisas científicas na região amazónica. E enquanto realizam tais actividades, os norte-americanos tentam inocular nos brasileiros, como já denunciava o senador Severo Gomes, de saudosa memória, «o veneno da incapacidade industrial», «o sentimento de sub-raça», contando para isso aqui e acolá com brasileiros a soldo de tão sórdida «tarefa».

Ingerência e prepotência em nome do Ambiente

A defesa do meio ambiente, nobre causa que sensibiliza pessoas honradas e bem-intencionadas em todo o mundo e corresponde a uma legítima aspiração dos povos, tem sido sistematicamente utilizada como pretexto para a adopção de um novo paradigma: a preservação ambiental como valor absoluto e universal, objectivo supremo em nome do qual podem ser apagadas as fronteiras nacionais. Tanto amor ao meio ambiente não resistiu, porém, à votação do Acordo Internacional sobre o Controlo da Emissão de Gases Poluentes na Atmosfera, rejeitado pelo Congresso norte-americano, em nome dos interesses das indústrias norte-americanas, mesmo sendo os EUA o país que mais contribuiu para o aumento da poluição no Planeta.

A dissertação de mestrado do pesquisador William Nazaré Gama, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, é ilustrativa do modo de intervenção dos países do G-7 nos projectos de pesquisas científicas no país. O projecto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais - PDBFF (convénio INPA/Smithsonian Institution - órgão de pesquisa do Congresso norte-americano), que é o objecto de análise da dissertação, tem origem numa expedição científica da ONG norte-americana WWF para pes-

quisar o
t a m a n h o
mínimo crítico de
um ecossistema amazónico

de forma a não haver perda da biodiversidade provocada pelos desmatamentos. Diz o pesquisador Nazaré Gama: «as decisões sobre o desenvolvimento do projecto são tomadas numa reunião anual realizada em Washington, onde a participação brasileira é minoritária, além disso os recursos financeiros são administrados directamente de Washington». Tal constatação, feita pelo fórum de avaliação dos convénios de cooperação internacional do Instituto de Pesquisas da Amazônia - INPA, não deixa dúvidas quanto à subordinação dos interesses brasileiros aos dos países estrangeiros, sem controlo de saída do material científico, com pouca ou nenhuma divulgação interna dos resultados, sem qualquer proveito para o país. Isso comprova que para atingir seus objectivos os países do G-7 contam com instrumentos políticos e legais que lhes facilitam a concretização de seus intentos. Segundo o ex-director do INPA, José Seixas Lourenço, havia uma incómoda situação de dependência. Os representantes estrangeiros mais pareciam chefes que parceiros.

Tanta permissividade por parte dos que governam o país, e portanto têm o dever inalienável de defender o património nacional, tem sido um estímulo ao avanço e aprofundamento das acções cada vez mais agressivas no sentido de vulgarizar, naturalizar a tese da soberania relativa do país sobre a Amazônia. Com a arrogância semelhante à do Império Romano quando próximo de sua decadência, os Estados Unidos têm utilizado a sua diplomacia agressiva e a subserviência das elites locais para fazer valer a sua vontade. Foi assim no caso Sivam, quando conseguiram assumir a liderança do projecto. Assim tem sido na pesquisa e lavra das grandes reservas de jazidas minerais. Constata-se o mesmo fenómeno com a tomada da direcção política e administrativa pelos países do G-7 do Plano Piloto para Protecção das Florestas Tropicais, assumida mercê de pressões diplomáticas e a concessão de migalhas pecuniárias. Outro projecto que se insere na mesma lógica é o que foi baptizado de «padrinhos da floresta», no Estado do Pará, inventado, como os outros, em escritórios de empresas norte-americanas. Esse projecto consiste na concessão por trinta anos de áreas florestais para pessoas físicas ou jurídicas brasileiras ou estrangeiras, incluindo ao que tudo indica o direito à pesquisa e ao registo de patente dos produtos nelas obtidos. Recentemente, a execução de tal projecto foi um dos temas da agenda do secretário de Planeamento do Estado e comitiva na

edições
Avante!

Promoção especial 99

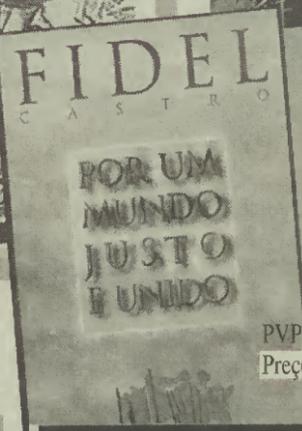
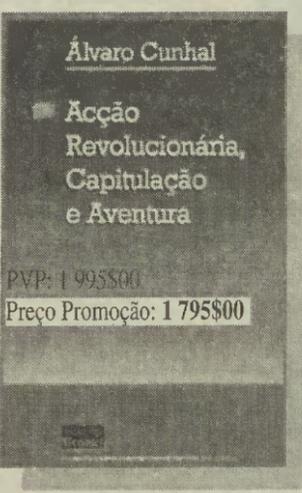
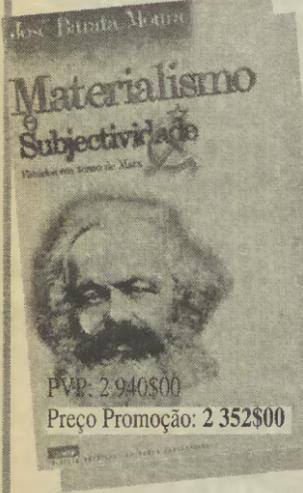
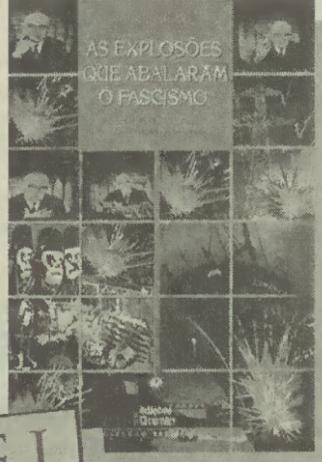
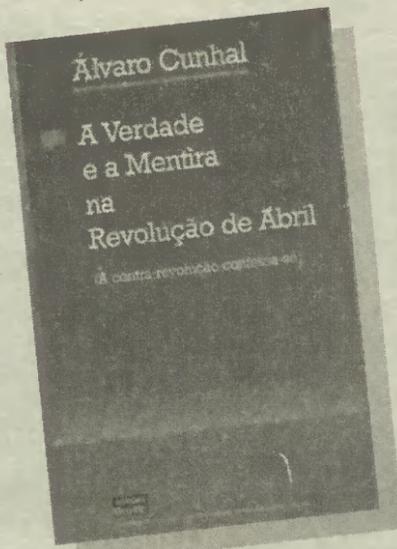
Camarada e amigo,
para assinalar a época natalícia e apostando na promoção do livro e da leitura, oferecemos-te a possibilidade de adquirires, a preços especiais, vários títulos por nós editados.
Para o efeito seleccionamos um conjunto de livros indispensáveis para quem procura conhecer, e sobretudo contribuir, para a transformação da sociedade em que vivemos e lutamos.

Aqui podes encontrar as nossas últimas novidades a par de outras interessantes obras do nosso fundo editorial. Tudo isto em condições muito vantajosas, pois durante esta promoção ou seja durante o mês de Dezembro, beneficias de descontos entre 10 e 20% nas tuas compras. Para adquirires os livros que pretendes, destaca e remete-nos a nota de encomenda inserida neste jornal devidamente preenchida para:

Edições Avante!
Av. Almirante Reis, 90, 7.ª
1169-161 Lisboa
escolhendo a modalidade de pagamento, que mais te convém.
Caso necessites de qualquer informação ou esclarecimento suplementar telefona-nos para o 218 153 511.

Novidades 99

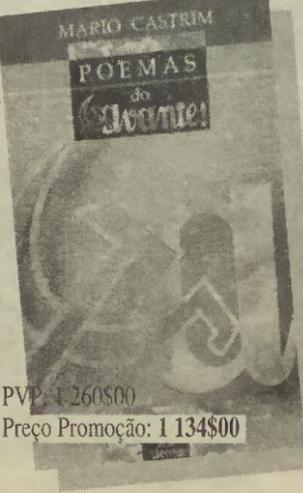
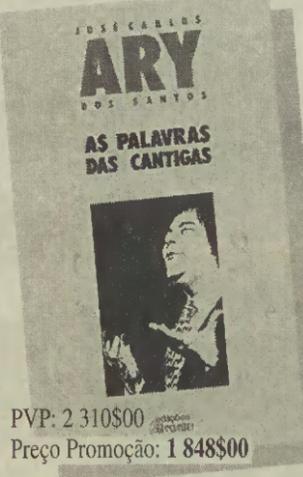
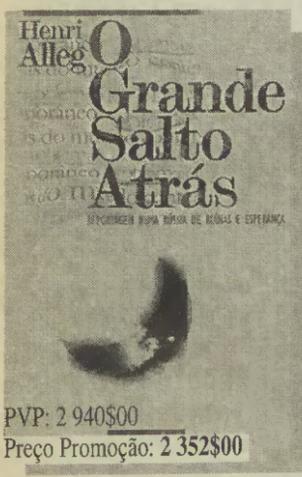
Código	Autores e Títulos	PVP	Preços de Promoção
63.019	Paraire, Philippe, A «Aldeia Global» e o seu Castelo. Ensaio contra o FMI, a OMC e o Banco Mundial	2940\$00	2646\$00
41.033	Serra, Jaime, As Explosões que Abalaram o Fascismo	1680\$00	1512\$00
99.082	Almeida, Pedro Ramos de, Salazar – Biografia da Ditadura	5565\$00	5008\$50
99.083	Castro, Fidel, Cultura, Soberania e Desenvolvimento	1260\$00	1134\$00
02.031	Cunhal, Álvaro, A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril	2480\$00	2232\$00
41.034	Teixeira, Armando Sousa, A Fábrica e a Luta em Construção, Barreiro – Uma História de Trabalho, Resistência e Luta (1946-62)	2520\$00	2268\$00



PVP: 4 680\$00
Preço Promoção: 4 212\$00

PVP: 840\$00
Preço Promoção: 756\$00

Destaques



PVP: 2 940\$00
Preço Promoção: 2 352\$00

PVP: 2 310\$00
Preço Promoção: 1 848\$00

PVP: 1 890\$00
Preço Promoção: 1 512\$00

PVP: 1 050\$00
Preço Promoção: 840\$00

PVP: 1 260\$00
Preço Promoção: 1 134\$00

PVP: 3 570\$00
Preço Promoção: 2 856\$00

Código	Autores e Títulos	PVP	Preços de Promoção
01.038	Programa e Estatutos do PCP (XIV Congresso)	798\$00	718\$00
02.006	Cunhal, Álvaro, A Revolução Portuguesa, O Passado e o Futuro	2520\$00	2268\$00
02.019	Cunhal, Álvaro, O Partido com Paredes de Vidro	1890\$00	1512\$00
02.029	Cunhal, Álvaro, Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura	1995\$00	1795\$00
02.030	Renovar e Reforçar a Organização e a Intervenção do Partido no seio dos Trabalhadores	1050\$00	840\$00
09.001	Gervásio, António, Lutas de Massas em Abril e Maio de 1962 no Sul do País	1050\$00	945\$00
09.002	Silva, Manuel da, 30 Anos de Vida e Luta na Clandestinidade	750\$00	675\$00
09.003	Cunhal, Álvaro, Duas Intervenções numa Reunião de Quadros	1050\$00	945\$00
09.004	DORN do PCP, Relatório Sobre a Manifestação de 15 de Abril no Porto contra a carestia de vida – 1972	1050\$00	945\$00
09.005	Vários, Governo de Marcelo Caetano, Tentativa de Salvar a Ditadura	1470\$00	1323\$00
09.006	Cunhal, Álvaro, IV Congresso do PCP – I Vol. – O Caminho para o Derrubamento do Fascismo	1890\$00	1701\$00
41.026	Moura, Virgínia, Mulher de Abril (Álbum de Memórias)	1050\$00	840\$00
41.027	Vilaça, Alberto, Para a História Remota do PCP em Coimbra (1921-1946)	2520\$00	2268\$00
41.028	Serra, Jaime, Eles Têm o Direito de Saber	1890\$00	1512\$00
41.030	Teixeira, Armando de Sousa, Barreiro – Uma História de Trabalho, Resistência e Luta (1926/45)	2100\$00	1680\$00
41.031	Brito, Carlos, Tempo de Subversão	1890\$00	1701\$00
63.016	Streif, Gérard, Ex-URSS: Um Novo Terceiro Mundo	1995\$00	1596\$00
63.017	Alleg, Henri, O Grande Salto Atrás	2940\$00	2352\$00
63.018	Barata-Moura, José, Materialismo e Subjectividade. Estudos em Torno de Marx	2940\$00	2352\$00
92.001	Cunhal, Álvaro, Desenhos da Prisão (I série)	4680\$00	4212\$00
99.071	Santos, Ary dos, As Palavras das Cantigas	2310\$00	1848\$00
99.072	Santos, Ary dos, Obra Poética	3570\$00	2856\$00
99.076	Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal – Subsídios para a História sob o regime fascista (1926-1974)	1260\$00	1008\$00
99.080	Castrim, Mário, Poemas do «Avante!»	1260\$00	1134\$00
99.081	Castro, Fidel, Por um Mundo Justo e Unido	840\$00	756\$00
1220.19	Hahn, Erich/ Kosing, Alfred, A Filosofia Marxista Leninista – Curso Básico	1470\$00	1176\$00

TELEVISÃO

Quinta, 23

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.15 Regiões
20.00 Telejornal
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Lições de Tonecas
22.40 Pedido de Natal
(de Ian Barry, EUA/1998, com Debbie Reynolds, Neil Patrick Harris. Telefilme)
00.20 24 Horas
01.05 Primeira Página
01.40 Julgamento e Castigo
02.40 NBA

- RTP 2
10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick
17.00 Bizâncio: O Império Perdido
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Mowgli

Sexta, 24

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Presentes de Natal
(de Alan Myerson, EUA/1996, com Cynthia Gibb, David James Elliott, Tom Irwin, Curtis Blank. Melodrama)
15.35 Canção de Lisboa
(de Cottinelli Telmo, Port./1933, com Vasco Santana, Beatriz Costa, António Silva, Teresa Gomes, Manuel Santos Carvalho. Comédia)
17.30 Infantil
18.20 Hugo
20.00 Telejornal
21.10 Mensagem de Natal do Patriarca de Lisboa
21.40 As Pontes de Madison County
(de de Clint Eastwood, EUA/1995, com Clint Eastwood, Meryl Streep, Anne Corley. Ver Destaque)
22.00 Trovante
(Concerto do Pavilhão Atlântico)
01.40 Noite de Natal
03.20 Duas Vidas e o Rio
(Longa-metragem)

- RTP 2
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick

Sábado, 25

- RTP 1
07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Cirque du Soleil
13.00 Jornal da Tarde
13.55 Top +
15.15 E Tudo o Vento Levou
(de Victor Fleming, EUA/1939, com Vivien Leigh, Leslie Howard, Olivia de Havilland. Drama)
19.00 Jet 7
20.00 Telejornal
21.00 Mensagem de Natal do PM
21.35 Santa Casa
23.15 Esquadra de Polícia
00.15 Gala de Macau
01.50 Isto (Não) É um Rapto
(de Ted Demme, EUA/1994, com Denis Leary, Judy Davis, Kevin Spacey. Ver Destaque)
RTP 2
07.00 Euronews
10.55 Bênção "Urbi et Orbi"
11.30 Missa de Natal
12.45 Quem Sai aos Seus
13.15 Heróis em Acção
14.10 A Terra
15.00 Uma Mulher do Século
16.00 Bailado: Boneco de Neve
17.00 Gala IAAF
18.35 2001

Domingo, 26

- RTP 1
08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Made in Portugal
15.40 Loja do Cidadão
16.40 Heidi (1ª Parte)
(de Michael Rhodes, EUA/Austria/Suíça/1993, com Jason Robards, Jane Seymour, Jane Hazlegrove. Telefilme)
18.15 The Beach Boys
19.15 Academia de Polícia
20.00 Telejornal
21.35 Os Principais
23.05 Boa Noite, Mr. Tom
(de Jack Gold, Gr.Br., com John Thaw, Nick Robinson, Annabelle Apsion. Telefilme)
01.15 24 Horas
01.55 Musical: Standing Stone
03.20 A Escola da Vida
(de Alek Keshishian, EUA/1994, com Joe Pesci, Brendan Fraser, Moira Kelly, Patrick Dempsey. Comédia Dramática)
RTP 2
07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.00 Missa
11.20 O Nome da Nossa Gente

Segunda, 27

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.30 A Lenda da Garça
22.20 Crónica do Século (Progr. 7)
23.30 Drácula de Bram Stoker
(de Francis Ford Coppola, EUA/1992, com Gary Oldman, Winona Ryder, Anthony Hopkins, Keenan Reeves. Ver Destaque)
01.40 24 Horas
02.10 Primeira Página
02.45 Chamas da Traição
(Filme de Farhad Mann, EUA/1993, com Mindy Clarke, John Clayton Schafer. «Thriller»)
RTP 2
10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick
17.00 Bizâncio: O Império Perdido

Terça, 28

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Não És Homem Não És Nada
22.40 Herman 99
00.30 Jesse
01.00 24 Horas
01.30 Primeira Página
02.05 Sequest, Brigada Submarina
03.05 Maximum Security
(Longa-metragem)
RTP 2
10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Derrick
17.00 Grécia Antiga
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Mowgli
20.35 Animais em Grande Plano

Quarta, 29

- RTP 1
08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 A Usurpadora
14.45 Consultório
16.00 Amigo Público
17.00 Infantil
18.30 Hugo
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.30 A Lenda da Garça
22.10 Nós, os Ricos
22.40 Como Pescar uma Italiana
(de Howard Deutch, EUA/1995, com Jack Lemmon, Walter Matthaw, Sophia Loren, Ann-Margret. Comédia)
00.30 24 Horas
01.05 Primeira Página
01.30 Diário de Maria
02.30 Alibi Perfeito
(de Eddy Matalon, Can./Fr./Gr.Br./1993, com Anthony Higgins, Leslie Hope, F. Murray Abraham. Comédia Policial)
RTP 2
10.00 Euronews
15.00 Informação Gestual
16.00 Caminho das Estrelas



Boccelli, de que a SIC parece ter assinatura: à noite, sexta e domingo

- 20.35 Animais em Grande Plano
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.45 Testemunha
23.00 Acontece
23.15 Juízo Final
23.45 O Renascimento
00.45 Mistérios de Ruth Rendell
01.40 CIA - Os Guerreiros Secretos da América (3)
02.40 O Destino
(de Youssef Chahine, Egipto/1996, com Nour El-Chérif, Laila Eloui, Mahmoud Hémeida, Safia El-Enary. Ver Destaque)

- SIC
08.00 Buérré
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Bravo Bravíssimo
22.30 Terra Nostra
24.00 Casa de Doidas
(de Mike Nichols, EUA/1996, com Robin Williams, Gene Hackman, Nathan Lane, Dianne Wiest. Comédia)
02.30 Último Jornal
03.05 Portugal Radical

- TVI
09.00 Animação
12.20 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.30 Acção em Acapulco
19.30 Directo XXI
20.00 Zona de Perigo
21.00 Directo XXI
21.10 Um por Todos
22.25 Net Force
(de Philip Spink, EUA/1998, com Zachary Martin, Stacy Grant, Tyler Thompson, Robert Burke, Richard Thomas. Policial)
23.55 A Bola É Nossa
02.00 Doido por Ti
02.30 Terra, Conflito Final
03.30 O Mundo do Futebol
03.30 A Balada de Hill Street
04.30 Mulher Perigosa

- 17.00 Bizâncio: O Império Perdido
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Mowgli
20.20 Programa Infantil
20.55 Animais em Grande Plano
22.00 Jornal 2
23.00 Cerimónias Religiosas (de Roma)
01.00 Juízo Final
01.30 O Renascimento
02.30 Royal Variety Performance

- SIC
07.00 Circo de Massy
08.00 Buérré
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 A Maior Loja do Mundo
(de Jane Prowse, EUA/1999, com Dervla Kirwan, Peter Capaldi)
16.00 Médico de Família
17.00 Um Polícia de Trazer por Casa
(de Michael Ritchie EUA/1994, com Chevy Chase, Jack Palance, Dianne Wiest. Comédia Policial)
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Bravo Bravíssimo
22.20 Terra Nostra
23.30 G.I. Jane - Até ao Limite
(de Ridley Scott, EUA/1997, com Demi Moore, Viggo Mortensen, Ann Bancroft, Jason Beghe, Daniel von Bargen. Ver Destaque)
02.00 Boccelli em Lisboa
03.30 Os Excesso
03.30 Ricky Martin
05.55 Gala TMN

- TVI
09.00 Animação
11.00 Mensagem do Papa e Missa de Natal
13.00 A Bela e o Monstro
(de Jerry London, EUA, com Junine Turner, Jamey Sheridan, Hal Holbrook. Drama)
15.00 Circo Chen
15.50 Ao Encontro do Amor
(Longa-metragem)
17.00 Especial Natal
21.00 Directo 21
22.00 Um Cãozinho Chamado Napoleão
(de Mario Andreacchio, EUA)
24.00 Sensibilidade e Bom Senso
(de Ang Lee, EUA/1995, com Emma Thompson, Alan Rickman, Kate Winslet, Hugh Grant. Ver Destaque)
03.35 Casos de Arquivo
04.35 A Balada de Hill Street
05.35 Mulher Perigosa



Histórias de Ruth Rendell: quinta à noite na RTP2

- 19.05 Onda Curta
(Lumière - Filme de André S. Labarthe, Fr./1995. Curta metragem)
20.05 Neste Século Aconteceu
21.00 Novos Heróis
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História - "Os Vagabundos do Céu"
23.50 O Renascimento
00.50 Alô, Alô
01.20 A Grande Barraca
01.50 A Virgária de Dibley
02.20 Será que Vai Nevar no Natal?
(Filme de Sandrine Veysset, Fr./1996, com Dominique Raymond, Daniel Duval, Jessica Martinez. Ver Destaque)

- SIC
08.00 Zip Zap
12.00 Circo de Monte Carlo (1)
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Sozinho em Casa (Parte 2)
(Filme de Chris Columbus, EUA/1992, com Maccally Calkin, Joe Pesci, Daniel Stern. Comédia)
16.10 Big Show Sic Especial Natal
20.00 Jornal da Noite
20.55 Bravo Bravíssimo
22.20 Mundo VIP Especial Natal
23.30 Perfume de Mulher
(de Martin Brest, EUA/1992, com Al Pacino, Chris O' Donnell, James Rebhorn, Gabrielle Anwar. Ver Destaque)
02.20 Último Jornal
02.50 Musical - Estrelas de Natal
03.50 2001, Odisseia no Espaço
(de Stanley Kubrick, EUA/1968, com Keir Dullea, Gary Lockwood, William Sylvester, Daniel Richter. Ver Destaque)
06.00 O Quarto Rei
(Longa-metragem)

- TVI
09.00 Animação
11.00 Mensagem do Papa e Missa de Natal
13.00 A Bela e o Monstro
(de Jerry London, EUA, com Junine Turner, Jamey Sheridan, Hal Holbrook. Drama)
15.00 Circo Chen
15.50 Ao Encontro do Amor
(Longa-metragem)
17.00 Especial Natal
21.00 Directo 21
22.00 Um Cãozinho Chamado Napoleão
(de Mario Andreacchio, EUA)
24.00 Sensibilidade e Bom Senso
(de Ang Lee, EUA/1995, com Emma Thompson, Alan Rickman, Kate Winslet, Hugh Grant. Ver Destaque)
03.35 Casos de Arquivo
04.35 A Balada de Hill Street
05.35 Mulher Perigosa



Inevitável na programação de Natal, o Circo

- 11.50 Memórias de Hotéis de Luxo
12.45 Quem Sai aos Seus
13.10 Fortunas Fabulosas
14.00 Jornal d' África
14.30 Desporto 2
18.10 Novos Heróis
19.00 Bombordo
19.30 A Minha Vida com os Animais
20.00 Artes e Letras - "Matthew Bourne"
21.00 A Alameda do Rei
22.00 Jornal 2
23.00 Horizontes da Memória
23.30 Travessa do Cotovelo
00.30 Nós e o Nosso Corpo
01.30 Fama
(de Alan Parker, EUA/1980, com Irene Cara, Lee Curreri, Laura Dean, Antonia Franceschi, Paul McCrane. Ver Destaque)

- SIC
07.30 Zip Zap
12.00 Circo de Monte Carlo (2)
13.00 Primeiro Jornal
13.30 Hook
(de Steven Spielberg, EUA/1991, com Dustin Hoffman, Robin Williams, Julia Roberts, Bob Hoskins, Maggie Smith. Aventuras / Fantasia)
16.05 Beethoven II
(de Rod Daniel, EUA/1993, com Charles Grodin, Bonnie Hunt, Nicholle Tom, Christopher Castile. Comédia Infantil)
17.45 Romeu e Julieta
(de Baz Luhrmann, EUA/1996, com Claire Danes, Leonardo Di Caprio, John Leguizamo. Drama)
20.00 Jornal da Noite
21.10 Um Sarrilho Chamado Marina
21.45 Residencial Tejo Especial
23.00 A Casa da Rússia
(de Fred Schepisi, EUA/1990, com Sean Connery, Michelle Pfeiffer, Roy Scheider. Romântico / Espionagem)
01.30 Último Jornal
02.05 As Divas ao Vivo
03.45 Bocelli - Árias Sacras

- TVI
09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Caras Lindas
14.30 Só Tu
(de Norman Jewison EUA/1994, com Marisa Tomei, Robert Downey Jr., Bonnie Hunt, Joaquim de Almeida. Comédia Romântica)
17.30 Segredo das Estrelas
19.00 Perdidos em S. Francisco
(de David R. Ellis, EUA/1996, com Robert Hayes, Kim Greist, Michael J. Fox. Aventuras / Infantil)
21.00 Directo XXI
21.20 Todo o Tempo do Mundo
22.30 Médicos
23.30 Ligação Imperfeita
(de Rod Hardy, EUA/1996, com Jennie Garth, Tim Matheson, Peter Facinelli. Drama)
01.30 O Quarto Poder
(de Stephen Surjik, EUA/1997, com Gabriel Byrne, Ben Kingsley, Mimi Rogers. Comédia)
03.30 A Balada de Hill Street
04.45 Mulher Perigosa



O espectáculo dos Trovante no Pavilhão Atlântico



Vai finalmente estreiar domingo à tarde na RTP "A Loja do Cidadão", com coordenação de Luís Osório

- 18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Juvenil
20.00 Mowgli
23.05 Animais em Grande Plano
22.00 Jornal 2
22.50 Testemunha
23.00 Acontece
23.15 Juízo Final
00.15 Segredos Reais
00.45 Perigo Iminente
01.40 Retratos: «Emanuel Nunes»

- SIC
08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
20.50 Clube dos Campeões
21.25 Terra Nostra
22.30 Roda de Milhões
00.40 Shooter, Atentado em Praga
(de Ted Kotcheff, EUA/1996, com Dolph Lundgren, Maruschka Detmers, Assumpta Serna. «Thriller» / Acção)
02.40 Último Jornal
03.15 Do Céu Caiu uma Estrela
(de Frank Capra, EUA/1946, com James Stewart, Donna Reed, Lionel Barrymore, Thomas Mitchell, Gloria Grahame. Ver Destaque)
05.45 Portugal Radical

- TVI
09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Acção em Acapulco
19.20 Directo XXI
20.00 Zona de Perigo
21.00 Directo XXI
21.10 República & Bananas
21.45 Pânico na Cidade
(de Mick Garris, EUA/1998, com Peter Gallagher, Mimi Rogers, Robert Vaughn, Jake Lloyd. «Thriller»)
01.50 O Rasto do Gang
(Filme de Rafael Zielinski, EUA/1993, com C. Thomas Howell, Renée Humphrey. Drama)
03.55 Doido por Ti
05.00 Adultos à Força
05.30 A Balada de Hill Street
06.30 Mulher Perigosa

- 21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.45 Testemunha
23.00 Acontece
23.15 Juízo Final
23.45 Animais e Plantas da Europa
00.45 O Livro de Cristal
(de Patricia Plattner, Fr./Suíça/Port./1994, com Jean-François Balmer, Valéria Brun-Tedeschi, Douglas Ransinghe. Comédia)

- SIC
08.00 Buérré
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.15 Terra Nostra
23.45 Rocky IV
(de Sylvester Stallone, EUA/1985, com Sylvester Stallone, Dolph Lundgren, Talia Shire, Burt Young, Carl Weathers. Desporto)
01.45 Último Jornal
02.20 Noites Longas - "A Nova Ópera"

- TVI
09.00 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Acção em Acapulco
19.20 Directo XXI
20.00 Zona de Perigo
21.00 Directo XXI
21.10 República & Bananas
21.45 Pânico na Cidade
(de Mick Garris, EUA/1998, com Peter Gallagher, Mimi Rogers, Robert Vaughn, Jake Lloyd. «Thriller»)
01.50 O Rasto do Gang
(Filme de Rafael Zielinski, EUA/1993, com C. Thomas Howell, Renée Humphrey. Drama)
03.55 Doido por Ti
05.00 Adultos à Força
05.30 A Balada de Hill Street
06.30 Mulher Perigosa

- 17.00 Os Vikings
18.00 Informação Religiosa
18.35 Juvenil
20.00 Mowgli
20.35 Amazônia Indómita
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.45 Testemunha
23.00 Acontece
23.15 Juízo Final
23.45 Sinais do Tempo ou Zoom
00.45 Artes de Palco - "Coros do Milénio"

- SIC
08.00 Buérré
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Médico de Família
16.00 Fátima Lopes
18.00 Andando nas Nuvens
19.00 A Força de um Desejo
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.15 Terra Nostra
23.40 Gena Fina, Um Vira-Latas no Parlamento
(de Jonathan Lynn, EUA/1992, com Eddie Murphy, Lane Smith, Sheryl Lee Ralph. Comédia)
01.40 Toda a Verdade
02.40 Último Jornal
03.15 Gala TMN (Videoclips '99)
04.45 Portugal Radical

- TVI
09.05 Animação
12.45 Estrela de Fogo
13.20 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
15.00 Colégio Brasil
16.00 Animação
18.20 Acção em Acapulco
20.00 Zona de Perigo
21.00 Directo XXI
21.10 Ri-te Ri-te
22.40 Filme (não designado)
00.50 Doido por Ti
01.20 PSI Factor
02.20 Adultos à Força
03.20 A Balada de Hill Street
04.20 Mulher Perigosa

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Destino

(Quinta, 02.40, RTP2)

Famoso argumentista, cineasta e diretor teatral egípcio, **Youssef Chahine** é o realizador deste filme premiado no Festival de Cinema de Cannes (1996) com o galardão que contempla todo o conjunto de uma carreira de 50 anos de actividade e que, segundo a antecipação da RTP, «constitui uma corajosa e emocionante evocação do filósofo árabe Averroés que, no século XII, a partir do reino árabe da Andaluzia, desafiou o incontestado poder dos integralistas do Corão com o seu revolucionário pensamento e obras.» Um filme e uma cinematografia a descobrir.



Meryl Streep e Clint Eastwood, numa cena de «As Pontes de Madison County», realizado por este



Al Pacino e Chris O'Donnell em «Perfume de Mulher», de Martin Brest

As Pontes de Madison County

(Sexta, 21.40, RTP1)

Ora viva! Uma estreia na televisão e logo a horas decentes! É caso para festejar! Não é este, de facto, um melodrama qualquer, mas um filme de extrema sensibilidade e inteligência, com uma atmosfera portentosa e duas interpretações de alto nível. Realizado por **Clint Eastwood** e brilhantemente protagonizado por este e por **Meryl Streep**, tudo neste filme nos coloca por dentro de uma história que, adaptada de um best seller de **Robert James Walker**, nos conta o encontro fortuito, tornado breve e intensa paixão, entre um fotógrafo da *National Geographic* em reportagem e uma pacata dona de casa, numa quinta isolada de *Madison County*, até que, passados quatro dias, as suas vidas prosseguem, separadas como até aí. Como sempre, também, uma excelente e bem cuidada banda sonora, mais uma vez com a intervenção de um velho colaborador de **Clint Eastwood**: **Lennie Niehaus**.

G.I. Jane: Até ao Limite

(Sexta, 23.30, SIC)

Em tempo de estreias nas nossas televisões, este *G. I. Jane* mostra-nos **Demi Moore** num papel invulgar e inesperado para o tipo de personagens a que nos habituou. Uma senadora do EUA consegue que uma mulher-tenente seja integrada numa unidade especial da Marinha, conhecida pela brutalidade e dureza dos seus treinos militares, conseguindo esta vencer os obstáculos, ao contrário de todas as previsões. Realizado com a habitual mestria por **Ridley Scott**, aqueles para quem o militarismo e o machismo são ideias desprezíveis (e tendo presente a velha máxima de que «as aparências iludem») procurarão saudavelmente afastar-se da visão deste filme...

Perfume de Mulher (Sábado, 23.30, SIC)

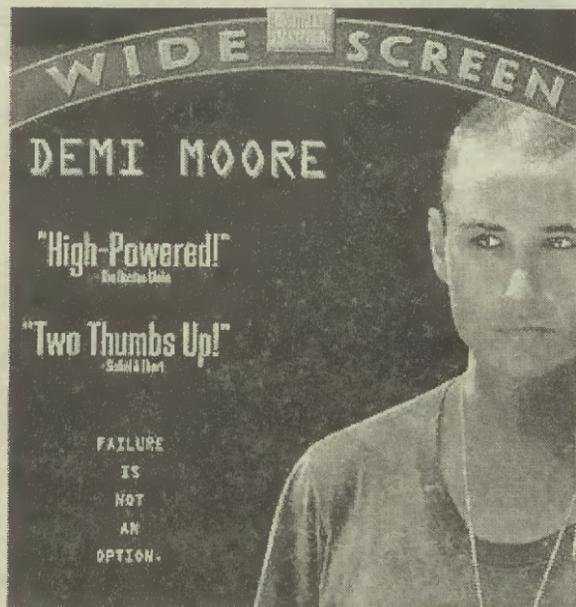
Ao que julgamos, trata-se de um remake americano para a adaptação livre de uma comédia negra de **Dino Risi**, que tinha em **Vittorio Gassman** um intérprete excepcional. Nesta versão dos anos 90, o papel principal está a cargo de **Al Pacino** na figura de um ex-coronel do exército, invisual, passando um movimentado fim-de-semana em Nova Iorque com um jovem estudante cuja tarefa era acompanhá-lo nesses dias mas que acaba por entreter grandes conversas com ele, envolvendo-se nas mais inesperadas situações e iniciando-se nos segredos da vida. Um filme simpático e humano, cujas recensões críticas são de certo modo contraditórias, embora todas apontem para a

neste cenário campestre que duas das filhas de Mrs. Dashwood, **Elinor** (**Emma Thompson**) e **Marianne** (**Kate Winslet**), descobrem as emoções, suspiros e agruras do primeiro amor. **Elinor**, a mais sóbria e sensata das irmãs, apaixona-se por **Edward** (**Hugh Grant**), o irmão da sua cunhada **Fanny**, defrontando a desaprovação desta e a rivalidade de outra mulher. **Marianne**, uma jovem ardente e impulsiva, despreza as convenções sociais e vive um romance intenso e apaixonado com o sedutor **Willoughby**. Assim resume a TVI, a primor, o filme que vai abrilhantar a sua noite de Natal, naturalmente (como o enredo deixa adivinhar) na adaptação ao cinema, realizada por **Ang Lee**, do romance de **Jane Austen** do mesmo nome. **Oscar** para **Emma Thompson** pela «melhor adaptação de argumento» (1996).

Será que Vai Nevar no Natal?

(Sábado, 02.20, RTP2)

Galardoada com o prestigiado Prémio Louis-Delluc de 1996, esta primeira obra da realizadora **Sandrine Veysset** desperta as atenções pelo tema que aborda: o drama de uma mulher que vive uma situação desesperada, entregue a um quotidiano de trágica miséria na companhia dos



Uma estreia de arromba e cheia de reservas: «G. I. Jane», de Ridley Scott, com Demi Moore

seus sete filhos numa propriedade rural do Sul da França e que, numa noite fria de Dezembro, decide pôr termo à sua vida e das suas crianças, arrependendo-se do seu acto num derradeiro instante. A descobrir.

2001: Odisseia no Espaço

(Sábado, 03.50, SIC)

Tal como acontece com *E Tudo o Vento Levou* (que também esta semana regressa ao pequeno ecrã), que mais poderá dizer-se sobre este filme, amplamente conhecido dos espectadores, senão que se trata de uma verdadeira obra-prima de **Stanley Kubrick**? Entretanto, para quem ainda não tenha visto esta obra fundamental da ficção-científica cinematográfica, aconselha-se porventura o videogravador, dado o adiantado da hora, mesmo em Noite de Natal.

Fama (Domingo, 01.30, RTP2)

O surgimento de uma série televisiva de sucesso, chamada *Fama*, teve origem precisamente no êxito que já conhecera este filme musical realizado por **Alan Parker** e cujo argumento é constituído pelo cruzamento das histórias do quotidiano de uma série de rapazes e raparigas, estudantes de uma escola de artes dramáticas e bailado situada em Nova Iorque. Um filme ágil, bem disposto e com excelentes números musicais.

Drácula de Bram Stoker

(Segunda, 23.30, RTP1)

Apenas transmitido duas vezes nas televisões portuguesas – e uma delas num horário verdadeiramente escandaloso – não deve perder-se esta versão do *Drácula*, já que é uma das mais brilhantes jamais transpostas para o cinema, arrebatando, em 92, nada menos do que três **Oscars**: Guarda-Roupa, Caracterização e Efeitos Sonoros. Embora cuidando mais da espectacularidade quase-operática da encenação do que da coerência narrativa da história (preferida que é ao simples relato cronológico dos acontecimentos, num intenso vaivém entre Londres e a Transilvânia) o filme é um dos que de forma mais excessiva e fascinante nos faz participar da imaginação visual do seu realizador (**Francis Ford Coppola**), aqui deixando-se apaixonar pela famosa personagem pela primeira vez trazida à luz do dia (melhor dizendo, às trevas da noite!), em finais do século XIX, por **Bram Stoker**.

Do Céu Caiu Uma Estrela

(Segunda, 03.15, SIC)

Um homem que dirige uma associação de ajuda aos mais carenciados está prestes a desistir da sua missão (e mesmo a suicidar-se) em virtude das acções de um ganancioso local que pretende deitar tudo a perder. Mas a aparição de um «anjo» e a demonstração que faz de qual seria o futuro desses desprotegidos se este homem bom desaparecesse contribui para que nele renasça a esperança na importância de estar vivo e disponível. Embora imbuído do habitual idealismo do seu autor (**Frank Capra**), o filme procura rejeitar qualquer sentimento de pieguice barata. Com **James Stewart**, **Donna Reed** e **Lionel Barrymore**.



Um fotograma de «Sensibilidade e Bom Senso», de Jane Austen/Emma Thompson/Ang Lee



Uma célebre e inquietante cena de «2001, Odisseia no Espaço», de Stanley Kubrick

grande interpretação de **Pacino** que, com ela, arrancou o **Oscar** de Hollywood (1992). Outra estreia.

Sensibilidade e Bom Senso

(Sábado, 24.00, TVI)

«Com a morte de **Henry Dashwood**, a segunda esposa e filhas ficam sem casa, devido a uma partilha de bens injusta. Em consequência disto vão viver para o campo, na propriedade de um primo, **Sir John Middleton**. É



«Fama», famosa adaptação ao cinema, por Alan Parker, de uma série televisiva



«Drácula de Bram Stoker» (**Francis Ford Coppola**) é um dos melhores filmes da semana

Um testemunho israelita

As entrevistas que Diana Andringa, acompanhada ou não por Carlos Santos Pereira, tem feito na TV 2 (que, decerto, é o único canal onde lhe é permitido inserir programas verdadeiramente importantes e úteis da área da Informação) talvez constituíssem, se eventualmente reunidas, uma espécie de antologia do modo de utilizar a televisão para efectivo esclarecimento de temas fulcrais do nosso tempo. A última emissão deste significativo esforço, aliás irregular no tempo e condicionado pelas oportunidades de momento, foi a entrevista feita a Elihu Katz, que foi director da televisão israelita. Como não se trata de ninguém altamente suspeito de convicções comunistas ou quaisquer ideias subversivas, como se dizia dantes, as suas palavras têm um peso e uma provável credibilidade que não teriam se fossem minhas, para não irmos mais longe.

Aliás, por minha parte nunca me atrevia a ir tão longe nestes tempos que vão correndo, porque ninguém gosta de correr o risco de ser linchado, mesmo que não o seja fisicamente. Calcule-se que Katz tem a cora-

Um depoimento para guardar

À questão de saber-se se, então, o advento das televisões privadas não corresponde a nenhum ganho, Elihu Katz responde que sim senhores, corresponde: trazem mais entretenimento e mais actividade comercial. Em contrapartida, enfraquecem o interesse pela actividade política e, diz ele, que em consequência de a personalizarem. Se bem o entendi, Katz quer dizer com isto que a política, para ser interessante, há-de ser construída com ideias e projectos, não com a imagem de sujeitos charmosos e supostamente carismáticos. Para mais, o antigo director da TV de Israel, e não da URSS ou de qualquer Estado do

defunto «socialismo do Leste», abrenúncio, sublinhou que as privadas, na sua avidez de arrebanharem públicos, não apenas cultivam o sensacionalismo que desvia as atenções do fundamental para o anedótico como também se aplicam à divulgação «leviana de boatos e notícias não confirmadas». Por uma boa razão, de resto: porque disso é que o público gosta, o público é o seu cliente e «o cliente tem sempre razão», que é princípio básico da vida comercial. Mas acrescenta uma frase que pode fazer os rangéis estrebuchar de indignação perante tão jurássica lucidez: «Se dermos ao público o que ele quer, estamos a entregá-lo à lógica da concorrência». E a lógica da concorrência sabemos nós qual é, nas TV's como em outros ramos de comércio: o que é bom é o que vende bem e dá lucro, não o que é útil para o público e o ajuda a viver.

Ao longo de toda a entrevista, Elihu Katz exprimiu opiniões que, por cá, têm sido sustentadas pela generalidade da crítica de TV, ainda que com maiores cautelas porque contra ela está

sempre engatilhada, pronta a disparar, a acusação de marxizante e vetusta. Também a de que, embora escrevendo sobre TV e reflectindo sobre ela por vezes há dezenas de anos, não percebe nada de TV porque nunca andou a meter o nariz nos estúdios. Como bem se compreende, pelo menos esta última acusação dificilmente pode ser lançada contra Elihu Katz, e a de ser comunista também não (quanto a ser marxizante é outra conversa, pois lembro-me de ouvir a insuspeitíssima Maria de Lurdes Pintasilgo dizer que hoje todos têm alguma coisa do marxismo). Compreender-se-á que o testemunho credenciado de Katz, mesmo que decerto ignorado pelos que hoje gerem a TV portuguesa e os que ganham com o seu actual estado, tenha sido grato de ouvir pelos que há anos repetem inutilmente verdades fundamentais. E que convém guardá-lo em lugar acessível da memória porque, um dia destes, de súbito, pode ser oportuno levá-lo em conta.

TVISTO

Correia da Fonseca



gem de defender a já mais que obsoleta e de qualquer modo irrecuperável existência de um único canal de TV, ou pelo menos que a TV existente seja apenas uma televisão pública. Quanto ao primeiro ponto, sustenta que a multiplicidade gera o desinteresse e que, quando um televisor puder sintonizar cem ou mais canais, a televisão deixa de o ser, ou pelo menos abandona a sua vocação primeira, e passa a ser uma loja de vídeos. Quanto à sempre afirmada superioridade da existência de canais privados para que a TV disponível seja mais independente e isenta, exprime a convicção de que as televisões públicas são mais independentes (sublinhando contudo que só no caso da sua gestão ser efectivamente democrática), pois as estações privadas não apenas dependem directamente do poder económico/empresarial como se coíbem de agressividades porque, como ele próprio disse, «não querem problemas» que lhes prejudiquem o negócio.

Serviços de Informações

Tréguas e «pacto de regime»

A recente eleição do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, por acordo entre PS e PSD, relewa um «pacto de regime» e de partilha do poder, envolvendo o «bloco central» e as suas clientelas na «comunidade de informações», mas surge igualmente como uma breve trégua na guerra pelo respectivo controlo. Em todo o caso, tal qual está o sistema de informações, nada há a esperar de particularmente positivo.

Numa matéria onde, no plano conceptual, PS e PSD estiveram quase sempre em sintonia, como é o sistema de informações, que aliás conceberam juntos desde a primeira hora, seria de esperar que a eleição por mútuo acordo do Conselho de Fiscalização fosse um episódio de circunstância do «pacto de regime» que os obriga quanto às políticas essenciais, com as limitações inerentes e recorrentes da dogmática neoliberal.

Mas, sendo isto verdade, também acontece que de tal forma se extremaram interesses e clientelas em áreas e aspectos diversos desta «matéria», que mais parece estarmos perante uma brevíssima trégua na mais longa e cruenta das guerras de poder entre PS e PSD.

Mesmo no que respeita ao Conselho de Fiscalização, não é líquido que a recente eleição tenha resolvido o problema.

Desde 1994, quando o desdour do SIS «cavaquista» e a luta do PCP contra as ilegalidades e a ineficácia da fiscalização levou o PS a «tirar-lhe o tapete», até à recente eleição do Conselho, passaram mais de cinco anos em que, na prática, o sistema não foi fiscalizado.

No início deste ano, a proximidade de eleições, a denúncia do inaceitável vazio e a acção do PCP para resolver o «impasse» obrigaram à sua eleição, mas não tardou coisa nenhuma até que o escândalo da «Moderna» engolisse o Conselho.

Agora, é o Presidente recém-eleito pelo Parlamento para fiscalizar o sistema dependente do Governo, que assume, como principal qualificação, a confiança do Ministro que tutela o mais importante dos serviços.

E é a confirmação de que um dos membros do Conselho, uma juíza proposta pelo PSD para funções estranhas à judicatura e aos Tribunais, entra em conflito com a independência da magistratura, tanto mais que tem a cargo o processo do ex-Director da Judiciária, demitido na sequência do «caso Universidade Moderna/Casa do Sino».

Isto é, estamos perante graves fragilidades que põem em causa a imparcialidade e eficácia democrática do Conselho e que, face à intervenção dos inimigos jurados da fiscalização, podem, em qualquer momento, fazer implodir este órgão. Sabe-se lá se por mais uns poucos anos.

Quanto aos aparelhos de informações, Guter-

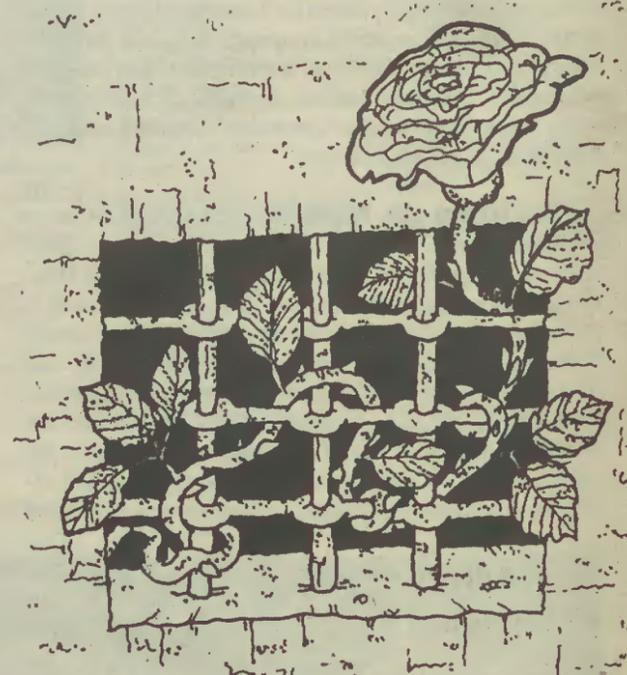
res decidiu já em 1995 seguir Sun Tzu, para quem «a culminância na arte da guerra está em vencer o inimigo sem o combater»; isto é, o PS optou por não romper os equilíbrios pré-existent e pela paulatina substituição de quadros em seu proveito.

CRÓNICA

Carlos Gonçalves

No caso do Serviço de Informações de Segurança (SIS) este objectivo foi parcialmente alcançado e houve melhorias procedimentais, mas o facto é que o SIS apareceu envolvido no eclodir do escândalo da Moderna, de forma nebulosa e que cheira a manipulação do PS, e que nem a bondade do resultado — a implosão da «nova AD» — pode justificar. Aliás, com o boicote ao inquérito parlamentar respectivo, o PS admitiu tacitamente a sua culpa a este respeito.

Desta forma, o SIS não terá a estabilidade de que carece para se configurar com o Estado de direito e há indícios de que, também neste Serviço, o «pacto de regime» pode não travar a luta pelo poder.



No caso do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares (SIEDM) falhou a tática PS e o ex-Director levou com ele na demissão o Ministro Veiga Simão, tudo envolto numa espiral de golpadas e conspirações em que valeu até a revelação de segredos de Estado — nomes de agentes e operações e ligações internacionais do SIEDM.

A situação, neste caso, é particularmente grave e imprevisível, com o «Independente» a publicar, com um cinismo criminoso, nomes e factos que põem em causa os interesses do país e que visam, tão só, a destruição do SIEDM e em que as mais retrógradas conexões militares da direita mandaram às malvas tréguas e «pactos de regime» e reassumiram o revelho objectivo de um único serviço de informações.

Assim se comprova que, também nesta matéria, não são os acordos PS/PSD que asseguram estabilidade e progresso democrático, mas antes um novo e radical empenho no cumprimento da Constituição e da Lei, na defesa dos interesses nacionais e no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, prevenindo ilicitudes e assegurando o efectivo controlo democrático e plural do sistema de informações.

VIDEO

Ciclos de Vídeo no Seixal

Prossegue no Seixal, o ciclo de vídeo na Sala de Visionamento Colectivo da Biblioteca Municipal do Fórum Cultural do Seixal. Para hoje e os próximos dias, estão previstas as projecções de «Sapatos Pretos», filme de João Canijo, com Ana Bustorf e Vítor Nobre, às 15.30. Amanhã, às 11 horas, os miúdos poderão assistir ao «Conto de Natal dos Marretas», um filme animado infantil, falado em português; e, às 15.30, será projectado o documentário «Pessoa e

Família»; depois do Natal, na terça-feira 28, o ciclo vai prosseguir com «A Bela e o Monstro», às 11 horas, outro filme animado infantil, falado em português; e às 15.30 «Feliz Natal Mr. Laurence, com David Bowie e Ryuichi Sakamoto; na quarta-feira, 29, será a vez de «Eduardo Mãos-de-Tesoura», de Tim Burton, às 11 horas, e o filme musical «Jagged Little Pill, Live - Alanis Morissette», às 15.30. A entrada é livre.



«Eduardo, Mãos-de-Tesoura» e «Os Marretas», no Seixal



CINEMA

Antes e depois de 2000 na Cinemateca

«Fim de milénio e fim do mundo coexistem na imaginação popular, despertando temores e fantasmas primitivos. Esses "fantasmas" revelam-se resistentes a todo e qualquer racionalismo, como testemunha a profusão de literatura e produção audiovisual à volta do tema neste mesmo momento em que a ciência é rainha e faz coincidir o fim do século com o do milénio, vindo ela mesmo a aumentar o número desses "fantasmas" com os possíveis "desastres" provocados pelo bug informático. O cinema que desde muito cedo soube explorar essa matéria, constituindo mesmo uma espécie de "semi-género" filiado na ficção científica, também não ficou imune à "febre" do milénio e filmes recentes têm como tema essa "passagem"». Assim começa o texto de enquadramento para

o ciclo intitulado «À Espera do Ano 2000» que, na passagem de 1999 para 2000, a Cinemateca Nacional apresenta na sua salinha da R. Barata Salgueiro (em Lisboa). Ainda antes do fim do ano, serão os seguintes os filmes a apresentar neste ciclo: terça-feira, 28, às 18.30, «Tribulation 99» (EUA/1991) de Craig Baldwin e «Sins of The Fleshapoids» (EUA/1965) de Mike Kuchar; quarta-feira, 29, às 18.30, «The Second Civil War» (EUA/1997) de Joe Dante e, às 21.30, «La Fin du Monde» (Fr./1930) de Abel Gance; finalmente, na quinta-feira, 30, às 18.30, «Logan's Run» (EUA/1976) de Michael Anderson e, às 21.30, «Strange Days» (EUA/1995) de Kathryn Bigelow. O ciclo continuará em Janeiro com a designação «E Depois do Ano 2000?».



Uma boa época para visitar os Museus

Nada melhor do que os feriados (ou eventualmente as férias) de que os leitores gozam nestes dias para fazerem uma visita aos museus. Como é habitual todos os anos, aqui vos propomos hoje alguns (situados em Lisboa) dos que podem contemplar os vários gostos pessoais, na certeza de que muitos outros ficarão por mencionar.

Por exemplo, agora provisoriamente no Parque das Nações, o Museu dos Coches apresenta para cima de três mil peças, ou seja, meios de transporte os mais variados datados desde o século XVI. No Campo Grande, o Museu Bordalo Pinheiro é o local indicado para conhecer muitas das peças imaginadas pelo famoso caricaturista português do século XIX. Arte relativamente nova, como tal reconhecida, é o design, circunstância que terá estado na base da decisão de lhe dedicar, entre nós, um excelente museu, o Museu do Design, que, inaugurado recentemente no Centro Cultural de Belém, expõe centenas de peças pertencentes à colecção de Francisco Capelo e representativas do design deste século. Outros dois museus, cujo conteúdo se refere a dois

extremos «opostos» da arte, são, por exemplo, o Museu do Centro de Arte Contemporânea (da Fundação Calouste Gulbenkian) ou o Museu de Arte Antiga. No primeiro caso, o visitante poderá apreciar muitas obras de arte do século XX, no campo da pintura, escultura, desenho, fotografia e gravura, pertencentes à Fundação. No segundo caso, é a escultura, o desenho, a ourivesaria, a cerâmica, os têxteis, o mobiliário e naturalmente a pintura datada dos séc. XII a XIX que constituem o acervo de um dos nossos mais impressionantes museus. Também o Museu Nacional do Azulejo (na R. Madre de Deus) merece uma visita, já que ali se encontram espécimes muito valiosos da famosa azulejaria portuguesa.

Se o seu interesse for o Teatro, aconselhamos-lhe uma visita ao Museu Nacional do Teatro onde, para além das habituais exposições de trajes, adereços, cenários, programas e fotografias relacionadas com esta arte cénica, está neste momento patente, até 16 de Fevereiro, uma importante exposição de fotografia dedicada a Amália Rodrigues e da autoria de Silva Nogueira.



TEATRO

Gil Vicente em Évora

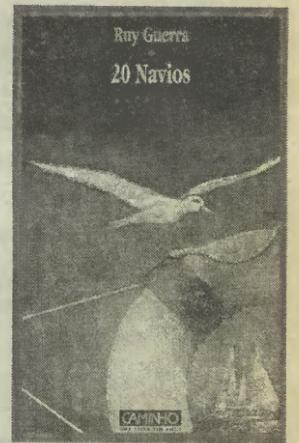
Na próxima semana, após as festividades do Natal e numa organização do CRAE - Centro Regional das Artes do Espectáculo, será apresentada no Teatro Garcia de Resende, em Évora, a peça «Auto Pastoril Português», de Gil Vicente. A encenação estará a cargo de Mário Barradas, José Russo e José Carlos Faria e a companhia que representará esta peça será o elenco do CENDREV. Os espectáculos terão lugar nos dias 20 e 30, às 21.30, e no dia 31, pelas 17.30.

LIVROS

20 Navios

É Chico Buarque quem apresenta este livro de crónicas de Ruy Guerra, um brasileiro que é mais do que apenas um escritor e que a Caminho publica. Com efeito, segundo as palavras de Chico Buarque diz assim: «Ruy Guerra, meu parceiro de canções, de peça de teatro, de roteiro de cinema, de mil projectos engatilhados, engavetados. Meu director de show, meu beque de roça, meu feroz adversário no ténis, meu parceiro de teco-teco, jipe, lombo de mula, na praia e na montanha. Meu mestre em informática, dietética, estatísticas, vampirismo, tauromaquia, entomologia e charutos.»

Mas se estas palavras entusiásticas nos dizem muito sobre quem é o autor destas crónicas, dos seus saberes e gostos, e sabendo nós que Ruy Guerra mais conhecido é entre nós como cineasta, já dos textos fala assim deles o nosso amigo Chico - e amigo dele, Ruy, com uma amizade a durar há mais de trinta anos: «As reminiscências, o quotidiano, o noticiário e a interpretação dos acontecimentos políticos estão nas crónicas de Ruy Guerra.» Vamos ler?



Kikia Matchko O desalento do combatente

Na mesma colecção em que foi publicado o livro que acima recensámos, Uma Terra Sem Amos, da Caminho, mais um livro de um escritor guineense. Trata-se de uma estreia literária de Filinto de Barros que, nascido em Bissau fez estudos em Tomar, em Coimbra e Lisboa. Depois da independência do seu país, foi embaixador em Portugal, entre 1978 e 1981. Depois exerceu na sua terra vários cargos ministeriais. Mas o que nos interessa é ler este romance, que o seu autor classifica como «pequeno exercício de ficção». E prepare-se o leitor para abordar uma das faces da vida da Guiné, onde a política e a vida se entrecruzam. E para, de vez em quando, consultar o glossário, que isto do português é língua que se ramifica e deita novas raízes.

ATAQUE DE FOICE

O saque e o Natal

A catástrofe que atingiu esta semana a Venezuela provocou entre 30 mil a 50 mil mortos, numa indefinição de vítimas que agrava ainda mais a dimensão da tragédia. Chuvas torrenciais abateram-se sobre o país num dilúvio de água e lama, levando de enxurrada pessoas e bens de povoações inteiras. Em poucas horas, dezenas de milhares de pessoas desapareceram no lodo e na lama e calcula-se que mais de 500 mil, arrasados que foram o tecto e os haveres, estrebucham neste momento na miséria do desalojamento. É um drama à escala planetária que, como tal, deveria mobilizar de imediato os imensos recursos da humanidade para acudir ao desastre, tanto mais que o país vitimado está longe, muito longe, de ter condições para o fazer.

Todavia, e apesar da quadra natalícia em que, quase sarcasticamente, a tragédia ocorreu, a humanidade também continua longe dos grandes gestos de solidariedade. Não pela humanidade em si — vasta, sem rosto e inesgotável no que no melhor a define —, mas por quem nela manda e a conduz.

Ora, quem manda na humanidade e a conduz é uma elite supostamente representativa dos interesses gerais e que faz dessa qualidade o alfa e o ómega não apenas do seu poder mas, sobretudo, da sua perpetuação nele. Fale-se de quem conduz os destinos de cada país ou, a partir de alguns deles, os destinos do próprio mundo.

Atendo-nos ao drama vertente na Venezuela, duas elites estão manifestamente envolvidas na tragédia e, sobremaneira, com tudo o que a montante a propiciou: uma, a dos dirigentes que têm conduzido os destinos da própria Venezuela nas últimas décadas, outra a que nos EUA e em conluio com a primeira, tem explorado desenfreadamente o povo e os recursos deste país da América Latina.

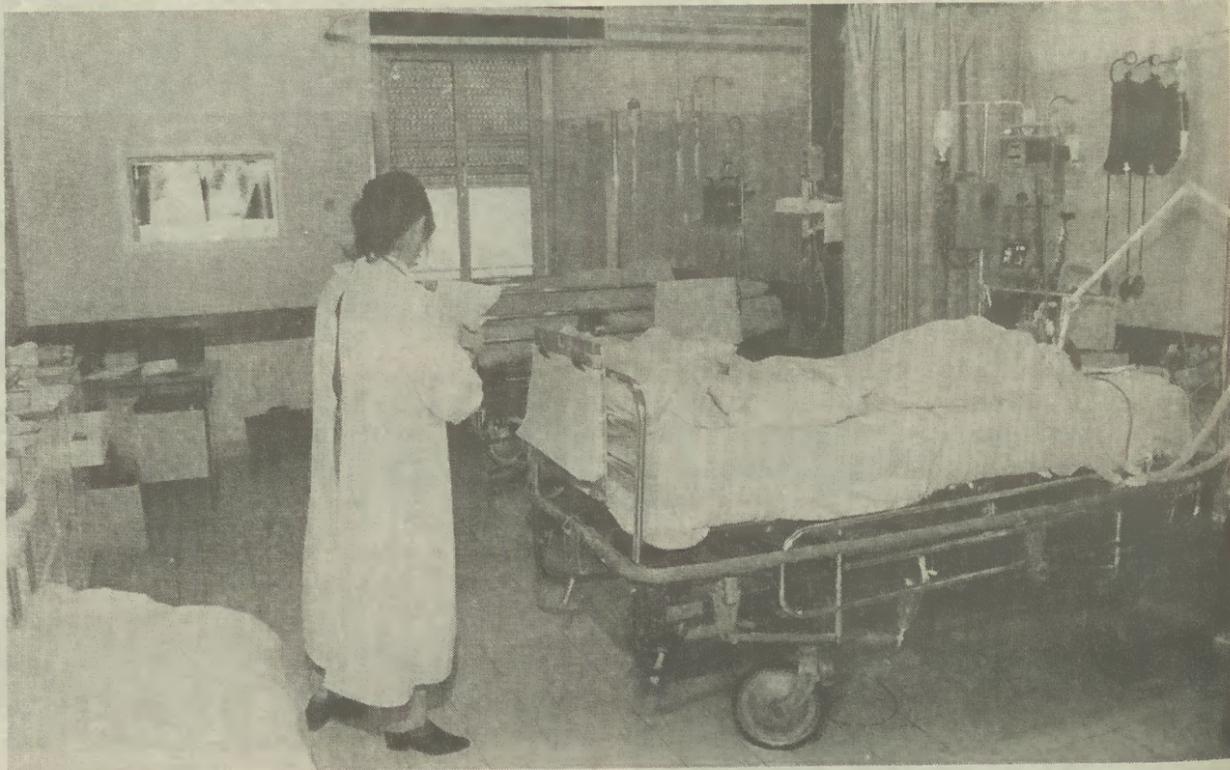
Têm sido estas duas elites que, substantivamente, se vêm apropriando do petróleo (de que a Venezuela é o terceiro produtor mundial) e do café, do cacau e da cana-do-açúcar, da pecuária e da exploração florestal que abundam neste país instalado entre a Amazônia e as Caraíbas, ao mesmo tempo que lançaram na miséria a maioria esmagadora da população, com o pormenor — banal e costumeiro — de que a parte de leão da pilhagem vai para as grandes multinacionais e interesses dos EUA, ficando o resto para os plutocratas autóctones.

É evidente que não foi esta voracidade rapace que fez desabar o dilúvio sobre a Venezuela. Para bem da humanidade, as suas elites governantes ainda não mandam no fundamental da Natureza. Mas foi esta voracidade rapace que circunstanciou a extensão da tragédia ao empurrar populações inteiras para desordenamentos urbanísticos de toda a ordem, onde muitos aglomerados populacionais foram proliferando ao sabor do improvisado e empurrados pela miséria, sem regras na construção nem qualidade nos materiais, sem estudos morfológicos nem planos directores, na indiferença ou ignorância para com os impactes ambientais, os cursos de água ou a natureza dos terrenos.

Não é por acaso que tempestades ou furacões de igual envergadura nunca provocaram tal devastação humana e material no território dos EUA. Ali, a acumulação da riqueza é de tal ordem que as elites se podem dar ao luxo de dispensar o suficiente para a segurança geral, impondo estudos e regras à construção habitacional. Nessa acumulação de riqueza nos EUA consta uma fabulosa fatia directamente extorquida à Venezuela, nas últimas décadas.

Imbuído de espírito de Natal, o governo de Bill Clinton já ordenou algum retorno do saque, enviando para a Venezuela umas toneladas de cobertores e comida enlatada.

■ Henrique Custódio



A manter-se a falta de profissionais de saúde é a prestação de cuidados de saúde às populações que poderá ser posta em causa

Carência de enfermeiros e médicos PCP defende plano de emergência

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um projecto de resolução propondo que a Assembleia da República recomende ao Governo a adopção, em colaboração com as instituições públicas que intervêm na área da saúde, de um «plano de emergência para o aumento de formandos nas profissões da saúde», por forma a que sejam garantidos «os recursos necessários à prestação de cuidados de saúde à população portuguesa».

Na base desta iniciativa da bancada comunista, que pretende ver o seu agendamento tão cedo quanto possível, está a consideração de que não é possível manter por muito mais tempo — sob pena de ser posta em causa a prestação de cuidados de saúde às populações —, a grave carência de pro-

fissionais de saúde, nomeadamente de enfermeiros e médicos.

Este é um défice hoje reconhecido por todas as forças sociais e políticas, para o qual diferentes entidades têm chamado a atenção e exigido medidas, sem que isso se tivesse traduzido até agora por

quaisquer medidas por parte do poder político.

Pelo contrário, como sublinha o projecto de resolução, «as políticas de sucessivos governos levaram à redução do número de alunos de enfermagem e mantiveram o «numerus clausus» no acesso às Faculdades de Medicina e às Escolas Superiores de Enfermagem».

Recordado no texto é ainda, por outro lado, o facto a todos os títulos inadmissível de 767 alunos com notas superiores a 17 valores não terem sido admitidos nas Faculdades de Medicina (a somar aos 2885 de 1997 e 1998) e de ter aumentado apenas em cinco o número

de vagas para o ano lectivo de 1999/2000.

Não menos escandalosa é a situação em termos do pessoal de enfermagem. Lembra o projecto de resolução que as previsões para 1999 apontam para uma necessidade de 9578 enfermeiros e que para o período de 2004-2006 essas necessidades se elevarão entre 11 000 a 12 000 profissionais de enfermagem. Pois bem, para o ano lectivo de 1999-2000 o número de vagas de acesso a enfermagem foi reduzido em 109 lugares.

A tudo isto importa ainda juntar o facto de o número de diplomados não chegar para suprir as vagas libertas por aqueles que, entretanto, se aposentaram ou estão em vias de o fazer nos próximos anos.

Um dia de salário por Timor Lorosae

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa entregou ao Comissário para o Apoio à Transição em Timor Leste a quantia de 10 983 867\$00 proveniente do contributo dos trabalhadores do Município da capital.

Esta verba, que o Sindicato considera demonstrativa

da solidariedade e fraternidade para com o povo de Timor Lorosae, resultou do contributo dos trabalhadores que deram o seu acordo para que a Câmara Municipal de Lisboa procedesse ao desconto de um dia do seu salário, em resposta à iniciativa nesse sentido lançada

pela CGTP-IN. Também o Sindicato, que em comunicado saudou os trabalhadores pelo seu gesto solidário, interveio activamente neste processo para que houvesse uma resposta positiva ao apelo, visando criar condições para que esta iniciativa tivesse a maior expressão possível.

Sem emprego, que Natal?

O problema do desemprego e dos salários em atraso foram motivo de análise por parte da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP que, na terça-feira passada, realizou, no Centro de Trabalho Vitória, um encontro com os órgãos de comunicação social para se pronunciar sobre a situação.

Fátima Amaral, deputada do PCP na Assembleia da Repúli-

ca, Carlos Grilo, membro da DORL, responsável pelo trabalho sindical, e outros dirigentes do PCP que participaram no encontro, estão preocupados com a dimensão que o fenómeno atinge no distrito de Lisboa e com as suas dramáticas consequências sociais e humanas.

«Que Natal podem ter as famílias dos trabalhadores que se encontram no desemprego ou

com salários em atraso?», perguntam os comunistas de Lisboa.

No encontro com os órgãos de informação, a DORL do PCP aproveitou para denunciar algumas das situações mais paradigmáticas do distrito e apontou as medidas imediatas que consideram indispensáveis para fazer diminuir o desemprego e melhorar a qualidade do emprego.

Violência contra as mulheres

O grupo de trabalho «Sobre a Violência Contra as Mulheres», do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres, reuniu-se segunda-feira, dia 20, com a ministra para a Igualdade, Maria de Belém Roseira.

A delegação incluía uma representante da Organização das Mulheres Comunistas. A audiência teve como pontos de discussão a violência que recai sobre as mulheres e as formas de intervenção que a ministra para a Igualdade pensa adoptar nesta matéria.



35799

51603199000445